

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Andrea Guida Bisognin

O processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização  
Linguística do Programa Nacional do Livro Didático

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Andrea Guida Bisognin

O processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização  
Linguística do Programa Nacional do Livro Didático

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Doutor Kazumi Munakata.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

---

---

---

BISOGNIN, Andrea Guida. 2010. *O processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do Programa Nacional do Livro Didático*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientação: Prof. Dr. Kazumi Munakata.

## Resumo

Esta pesquisa tem como objeto o processo de escolha dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e focaliza a seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística por professores que lecionam na rede municipal de Guarulhos – SP, no quadro da ampliação do Ensino Fundamental (EF) para nove anos de duração. Parte do princípio de que a análise da qualidade de participação dos professores frente à especificidade requerida pela tarefa de escolher as obras destinadas aos 1º e 2º anos desse segmento da Educação Básica deve considerar as condições sob as quais o PNLD se realiza. Nesse sentido, aspectos da microestrutura, como a organização escolar para a seleção dos livros didáticos, são analisados na relação com aspectos da macroestrutura – as ações do governo federal, as práticas comerciais das editoras, a gestão do processo na esfera municipal, bem como a política nacional de educação que torna obrigatória a matrícula de crianças no EF a partir dos seis anos de idade. Para descrever as práticas vivenciadas pelos professores de Guarulhos durante a escolha dos livros do PNLD 2010 em meio a essa trama de relações são utilizados como fontes: entrevistas realizadas com agentes envolvidos no processo de escolha (professores, coordenadores, diretores), registros do diário de campo utilizado durante observações realizadas *in loco*, informes e documentos oficiais (federais e municipais) relacionados tanto à regulamentação do EF de nove anos nos sistemas de ensino, quanto às questões de ordem pedagógica e de execução do PNLD. Autores como Apple, Choppin e Gimeno Sacristán dão importante suporte teórico às análises realizadas. Esta pesquisa possibilitou: a verificação de que os entraves relativos ao processo de seleção dos livros destinados aos alunos matriculados em classes de 1º e 2º anos do EF guardam semelhança com aqueles já identificados em pesquisas anteriores a esta; a constatação de que não foram levadas em conta as especificidades relativas a esse segmento da escolaridade, apesar das mudanças ocorridas, tanto na organização do sistema municipal de ensino para a incorporação de crianças de seis anos de idade ao EF, quanto nas orientações relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade nessas turmas; a identificação de aspectos da gestão dos

espaços de trabalho coletivo nas escolas que impuseram limite às possibilidades de realização de debates em torno de um projeto pedagógico relativo ao processo de alfabetização dos alunos dos anos iniciais do EF, bem como de efetivação de mudanças qualitativas no processo de escolha de livros didáticos; o reconhecimento de que a escolha dos livros didáticos da última edição do PNLD se deu em meio a um processo de transição, mesmo em uma rede de ensino onde os debates sobre a matrícula das crianças de seis anos no EF iniciaram há quase dez anos. E que, portanto, qualquer tentativa de análise da qualidade de participação dos professores na escolha das coleções destinadas a alunos do 1º e 2º anos do EF requer sua contextualização na trama de relações que esta pesquisa procurou tecer.

Palavras-chave: Livro Didático, Programa Nacional do Livro Didático, Ensino Fundamental, Letramento, Alfabetização Linguística.

## Abstract

The main object of this research is the process of choosing the books of the *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)* and focuses on the selection of collections from Literacy and Initial Linguistic Literacy by teachers who teach in public schools at Guarulhos-SP to the extensions of Elementary School (*Ensino Fundamental – EF*) during nine years. The research started on the analysis of the quality of teacher's participation regarding the specificity required by the task of choosing the books for First and Second years of this segment of Basic Education should consider the conditions under which the *PNLD* is held. Accordingly, aspects of the microstructure, such as school organization for the selection of textbooks, are discussed in the relation with the macrostructure – the actions of the federal government, the commercial practices of publishers, the municipal level of management on the process, as well as national education policy that determine the enrollment of children in Elementary School from six years old. To describe the practices experienced by the Guarulhos's teachers during the choice of *PNLD* 2010 books on this network of relationships were used as sources: interviews with staff involved in the process of choice (teachers, coordinators, principals), reports written during the observations *in loco*, reports and official documents (federal and municipal) related to the regulations on Elementary School of nine years in the education system, on pedagogical matters and on the execution of *PNLD*. Authors such as Apple, Choppin and Gimeno Sacristán provide theoretical support for this analysis. This research allowed its author to: verify that the obstacles that hinder the process of selecting books for students enrolled in the 1st and 2nd years of Basic Education are similar to those already identified in previous research; observe that the specificities of this education segment were not taken into account, despite the changes, both in the organization of the municipal school system to incorporate to the Basic Education System children from age six, as well as in the guidelines on the teaching of reading, writing and speaking in those classes; identify aspects in the management of spaces of collective work in schools that have imposed limits on the possibilities of holding discussions on a teaching project for the acquisition of literacy of students in the early years of Basic Education, as well as making effective changes in the process of selecting textbooks, the recognition that the choice of these books from the last edition of the (*PNLD*) took place in the midst of a transition process,

even in a school system in which debates on the registration of children in six years in the Basic Education began nearly ten years ago. And that, therefore, any attempt to analyze the quality of teachers' participation in the selection of book collections for students of 1st and 2nd years requires needs to be contextualized in the web of relationships that this research sought to weave.

Keywords: Textbook, *Programa Nacional do Livro Didático*, Elementary School, Literacy, Initial Linguistic Literacy.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>13</b>
Livros didáticos, os professores e o processo de escolha como objeto de estudo.....	13
1.1 Livro didático <i>versus</i> professor?.....	13
1.2 O espaço de escolha do professor como objeto de estudo – breve revisão das pesquisas realizadas no quadro do Programa Nacional do Livro Didático .....	22
<b>Capítulo 2 .....</b>	<b>30</b>
As condições sob as quais os professores escolhem os livros didáticos do PNLD.....	30
2.1 As relações estabelecidas entre as ações do governo, as práticas das editoras e as escolas.....	30
2.2 A gestão do processo de escolha de livros didáticos do PNLD na esfera municipal e no interior das escolas .....	41
2.2.1 Subsídios para a escolha de livros didáticos .....	42
2.2.2 Limites e possibilidades de organização do processo de escolha nas escolas.....	53
<b>Capítulo 3 .....</b>	<b>64</b>
O Ensino Fundamental de nove anos e a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010.....	64
3.1 A implementação do EF de nove anos em Guarulhos .....	66
3.2 Orientações para o ensino da leitura, da escrita e da oralidade sob a nova organização do EF e suas implicações no âmbito do PNLD .....	75
<b>Capítulo 4 .....</b>	<b>93</b>
A escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores de 1º e 2º anos do EF .....	93
4.1 Subsídios para a escolha dos livros didáticos destinados às turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.....	94
4.2 Limites e possibilidades da organização do processo de escolha nas escolas frente à especificidade requerida pela nova organização do EF .....	100
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>119</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>123</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>134</b>

## Lista de Figuras

Figura 4.1 - <i>A Escola é Nossa</i> - História e Geografia (capa do livro entregue pelo divulgador).....	116
Figura 4.2 - <i>A Escola é Nossa</i> – História (capa divulgada no Guia do PNLD).....	116
Figura 4.3 - <i>A Escola é Nossa</i> – Geografia (capa divulgada no Guia do PNLD).....	116
Figura 4.4 - <i>Projeto Prosa</i> – Letramento e Alfabetização Linguística (exemplar de outra coleção recebido por remessa postal).....	117
Figura 4.5 - <i>A Escola é Nossa</i> - Português (exemplar entregue pelo divulgador).....	117

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de matrículas no ensino fundamental por dependência administrativa Guarulhos / 1997-2001.....	4
Tabela 2 - Número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa - Guarulhos / 2009.....	5
Tabela 3 - Estabilidade do quadro de professores - 2006 / 2009.....	7
Tabela 4 - Recebimento dos livros escolhidos por professores das três escolas - PNLD 2007.....	8
Tabela 5 - Uso dos livros recebidos por professores das três escolas.....	8
Tabela 6 - Estabilidade do quadro de professores de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental - 2006 / 2009.....	9
Tabela 1.1 - Respostas dos professores para o item: indique se você utiliza ou não nesta escola.....	16
Tabela 1.2 - Distribuição da produção anual - 1987/2008.....	24
Tabela 1.3 - Distribuição dos temas principais das investigações entre 1998 e 2008.....	25
Tabela 2.1 - Produção de títulos e de exemplos do subsetor dos didáticos em 2006.....	31
Tabela 3.1 - Escolas da rede municipal - Guarulhos / 2009.....	66
Tabela 3.2 - Número de matrícula por dependência administrativa - Guarulhos / 2009.....	66
Tabela 3.3 - Número de matrículas por dependência administrativa - Guarulhos / 2000-2001.....	68
Tabela 3.4 - Número de matrículas por dependência administrativa - Guarulhos / 2002.....	72
Tabela 3.5 - Evolução do número de matrículas por dependência administrativa Guarulhos / 2003-2005.....	72
Tabela 3.6 - Número de matrículas por dependência administrativa - Guarulhos / 2006-2007.....	74
Tabela 3.7 - Número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa - Guarulhos / 2009.....	74
Tabela 3.8 - Livros / coleções de alfabetização aprovados na avaliação do PNLD 2004 – 2010.....	89

## **Lista de quadros**

Quadro 2.1 - Coleções de livros didáticos Letramento e Alfabetização Linguística - PNLD 2010.....	52
Quadro 2.2 - Tempo para a realização do processo de escolha de livros didáticos - PNLD 2010.....	60
Quadro 3.1 - Guia de Livros Didáticos do PNLD/2004. Organização do(s) volume(s).....	78
Quadro 3.2 - Guia de Livros Didáticos do PNLD/2007. Organização do(s) volume(s).....	78
Quadro 3.3 - Guia de Livros Didáticos do PNLD/2010. Organização do(s) volume(s).....	79
Quadro 4.1 - Tempo de realização de cada item da pauta.....	110
Quadro 4.2 - Coleções de Letramento e Alfabetização Linguística pré-selecionadas nas HAs.....	112
Quadro 4.3 - Coleções de Letramento e Alfabetização Linguística indicadas nas reuniões realizadas dia 17/06/09.....	114

## **Introdução**

O sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, vinculado ao Ministério da Educação (FNDE/MEC), em 6 de julho de 2009, destacou notícia com o seguinte título: Escolha do livro didático tem participação recorde.

Cerca de cem mil escolas públicas de ensino fundamental escolheram os livros didáticos com que irão trabalhar nos próximos três anos, de 2010 a 2012. O número representa 81% das 122 mil instituições que oferecem turmas do 1º ao 5º ano. [...]. [Assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (ASCOM-FNDE). Brasília, 06/7/2009.]

A notícia refere-se ao término do processo de escolha dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edição 2010, contexto em que se situa a realização desta pesquisa.

Com o objetivo de descrever o processo de seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística por professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), a investigação centra-se no estudo das práticas vivenciadas pelos docentes quando escolhem os livros didáticos para suas turmas.

A descrição do processo de escolha realizado em 2009 é feita a partir de duas perspectivas:

- a das condições sob as quais os professores selecionam os livros didáticos do PNLD – independente do ano de escolaridade em que atuam;
- e, a do contexto em que se deu a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores que atuam em classes de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental em função do processo de ampliação desse segmento da Educação Básica para nove anos de duração.

Neste sentido, aspectos da microestrutura, como a organização escolar para a seleção dos livros escolares, são analisados na relação com aspectos da macroestrutura – as ações do governo no quadro do PNLD, as práticas comerciais das editoras, a gestão do processo de escolha na esfera municipal e a política nacional de educação que torna obrigatória a matrícula de crianças no Ensino Fundamental a partir dos seis anos de idade.

Choppin (2004) assinala que em todas as etapas da “vida de um livro escolar” – concepção, realização material, comercialização, distribuição, adoção nas classes, até seu descarte pelo professor – são mobilizados “numerosos parceiros” e produzidos “debates e polêmicas” (p.554).

Cassiano (2005) destaca que, no quadro do PNLD, a venda dos livros é fruto de uma negociação entre o governo e as editoras. As instituições escolares – que, por sua vez, detêm os mecanismos de escolha – recebem orientações governamentais por meio dos Guias de Livros Didáticos onde são publicados os resultados da avaliação feita pelo governo, os quais determinam o padrão da qualidade dos livros.

No entanto, nesse contexto, em que a reforma curricular no Brasil prescrita pelos Parâmetros Curriculares Nacionais norteia a avaliação dos livros didáticos e em que o mercado das editoras pode determinar, implicitamente, o currículo desenvolvido nas escolas, os professores, segundo Cassiano, ainda apontam como elementos principais das escolhas que fazem, a “sua prática e o livro em mãos” (p.306), ou seja, as propostas realizadas usualmente em suas salas de aula e os exemplares de livros didáticos aos quais se tem acesso.

Em relação à gestão do processo de escolha, Batista (2004) chama a atenção para um percentual expressivo de escolhas realizadas no quadro do PNLD<sup>1</sup> ter-se dado, aparentemente, em âmbito municipal e que a participação dos professores nas decisões não pôde ser apreendida.

Por outro lado, Cassiano (2003) aponta que, quando a escolha se dá nas escolas, a participação de todos os professores no processo de análise dos livros aprovados depende de uma articulação feita pelos coordenadores pedagógicos. Sobre essa questão Batista (2004) levanta, dentre um conjunto de hipóteses que, mesmo quando a escolha de livros didáticos foi feita coletivamente, apenas os professores da série a que se destinava o livro se reuniram no processo de tomada de decisão (p.62).

Para além da interferência de fatores como o desconhecimento do próprio processo de escolha e as condições de trabalho docente que, em geral, reservam pouco ou nenhum tempo para o trabalho fora da sala de aula, a seleção de livros didáticos, quando realizada no interior da escola, também se dá em meio a diferentes conflitos. E, nesse sentido, fatores como o vínculo empregatício, a rotatividade dos docentes, as relações de poder estabelecidas entre eles, também devem ser considerados na

---

<sup>1</sup> A pesquisa realizada por Batista se deu no quadro do PNLD 2001, realizado em 2000.

realização de investigações sobre o processo de escolha de livros didáticos (Cassiano, 2003).

Acrescenta-se a essa trama de relações entre o PNLD, as editoras, os municípios, as escolas e os professores, a política de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Tal aspecto ganha peso acentuado nesta pesquisa em função do contexto no qual ela foi realizada: a escolha dos livros do PNLD 2010, realizada em 2009, corresponde ao término do prazo estabelecido pela Lei Federal nº 11.274/2006 para a implementação do Ensino Fundamental com nove anos de duração, que prevê matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade:

Art. 3º - O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]"

Art. 5º - Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta Lei [...]. [Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006]

Conforme mencionado anteriormente, esta investigação centra-se no estudo das práticas vivenciadas pelos docentes dos anos iniciais do EF quando escolhem os livros didáticos para suas turmas frente às condições sob as quais o PNLD se realiza. Neste sentido, qualquer tentativa de análise da qualidade de sua participação no processo de seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 deve considerar a especificidade do contexto em que o mesmo se dá – neste caso, o do processo de implementação do Ensino Fundamental de nove anos nos sistemas de ensino brasileiros.

Buscou-se, portanto:

- identificar as relações estabelecidas entre aspectos da microestrutura – como a organização escolar para a seleção dos livros escolares – e aspectos da macroestrutura – as ações do governo no quadro do PNLD, as práticas das editoras, a gestão do processo de escolha na esfera municipal e a política nacional de educação que torna obrigatória a matrícula de crianças no EF a partir dos seis anos de idade;

- verificar as condições gerais sob as quais os professores escolhem os livros didáticos do PNLD – independente do ano de escolaridade em que atuam;
- contextualizar o processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental no quadro da implementação da política de ampliação desse segmento da Educação Básica para nove anos de escolaridade.

### **Características do município onde foi realizada a pesquisa**

Optou-se realizar a pesquisa no município de Guarulhos, na Grande São Paulo, em função do processo de implementação do Ensino Fundamental de nove anos em sua rede de ensino.

Segundo Goller (2002), a Lei Federal 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, “muda a trajetória da educação em Guarulhos”, que até então, atendia, prioritariamente, alunos da Educação Infantil, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Em 15 de maio de 1997 é assinado o Decreto Municipal nº 19.894/97, que institui no município o Ensino Fundamental, demanda suprida, até então, pelo Estado, por entidades conveniadas com a Prefeitura e pela rede privada.

Embora tal decreto tenha regulamentado sua implantação, segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o número de matrículas por dependência administrativa nos três primeiros anos desse processo ainda evidenciava a baixa oferta da rede municipal (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Número de matrículas no ensino**  
**fundamental por dependência administrativa**  
**Guarulhos / 1997-2001**

Dependência administrativa	1997	1998	1999	2000	2001
Estadual	172.911	174.567	173.311	171.042	163.300
Municipal	-	<b>539</b>	<b>1.768</b>	<b>3.482</b>	21.308
Particular	18.690	18.241	18.549	18.910	20.205
<b>Total</b>	191.601	193.347	193.628		204.813

Fonte: Fundação Seade, 2010.

A formação de turmas do Ensino Fundamental se deu de maneira gradativa. Em 1998 abriram vagas para as 1ª séries e, nos anos subsequentes, para as demais séries – 1ª e 2ª / 1999; 1ª 2ª e 3ª / 2000; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª / 2001 (Goller, 2002).

Segundo Mello (2007), o tímido avanço na expansão das vagas necessárias à demanda também se deu em função de condições adversas enfrentadas pela gestão municipal após a cassação do prefeito eleito – fato ocorrido em 1997, ao final do primeiro ano de mandato:

O vice-prefeito assume em meio a profundas alterações na política local: cassação do prefeito, mudança de secretariado, denúncias de malversação do dinheiro público e mesmo prisão de vereadores por improbidade administrativa e concussão. [Mello, 2007, p.191]

Em 2001, ano que marca o início de uma nova gestão, verifica-se um aumento significativo no número de alunos matriculados nas escolas municipais. Esse ano também marca o início dos debates em torno do processo de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, que culminaram na revogação de um Decreto Municipal após muita polêmica e problemas enfrentados durante as tentativas de sua implementação<sup>2</sup>.

Em 2009, ano em que foi realizada esta pesquisa, o número de matrículas na rede municipal cresce significativamente em relação a 2001 e, nos anos iniciais, supera o número de matrículas da rede estadual (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Número de matrículas nos anos iniciais do ensino**  
**fundamental por dependência administrativa**  
**Guarulhos / 2009**

Dependência administrativa	2009
Estadual	39.504
Municipal	<b>46.237</b>
Particular	16.262
Total	102.003

Fonte: Inep – Censo Escolar 2009

<sup>2</sup> Questão que será aprofundada no Capítulo 3 desta dissertação.

Entre outros fatores, a ampliação da oferta na rede municipal também pode ser atribuída à obrigatoriedade da matrícula no Ensino Fundamental a partir dos seis anos de idade, regulamentada, finalmente, em 2006.

O Decreto Municipal nº 24113, de 26 de dezembro de 2006, efetiva em 2007, o início do processo de ampliação do EF para nove anos de duração em Guarulhos – que se dá no mesmo ano da penúltima edição do PNLD, correspondente aos anos iniciais da Educação Básica.

A escolha dos livros do PNLD 2010 ocorre, portanto, após três anos da implementação do EF de nove anos nesse município, fato que o diferencia de redes de ensino que iniciaram tal processo no final do prazo estabelecido pelo governo federal.

Além disso, entre os motivos que justificam a realização desta pesquisa, destaca-se o fato de que em 2009, professores que lecionavam em classes de 1º e 2º anos estavam participando do processo de escolha das coleções destinadas a esse nível de ensino, sob a nova organização do EF, pela primeira vez.

### **As fontes de pesquisa**

Considerando as características do município e o contexto em que a pesquisa foi realizada, optou-se, conforme mencionado anteriormente, por duas perspectivas de análise do processo de escolha de livros didáticos do PNLD: (a) a dos aspectos gerais de sua gestão tanto na esfera municipal, quanto no interior das escolas para identificar as condições sob as quais o PNLD se realiza; e (b) a do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística por professores de 1º e 2º anos que lecionam em uma das escolas Guarulhos, no quadro da implementação do EF de nove anos no município.

Para obter as primeiras informações sobre o processo de escolha do PNLD em edições anteriores a que se deu em 2009, a estabilidade das equipes escolares entre 2006 e 2009, o perfil das escolas e dos professores da rede municipal e, a partir delas, selecionar os sujeitos da amostra, optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas durante reuniões com a equipe do Departamento de Orientação Educacional e Pedagógica da Secretaria de Educação de Guarulhos (Doep), entre abril e maio de 2009.

Foram indicadas pela Secretaria de Educação três escolas situadas em bairros próximos ao centro<sup>3</sup>. Os critérios formulados ao solicitar tal indicação procuraram neutralizar alguns dos fatores que, conforme aponta parte das pesquisas sobre o tema, interferem negativamente na qualidade da participação dos docentes: a rotatividade do quadro de professores e o recebimento de livros do PNLD que não haviam sido escolhidos como 1ª opção.

Em outras entrevistas, ainda de caráter exploratório, realizadas em abril de 2009 com diretores e coordenadores pedagógicos de cada uma das escolas indicadas foi possível obter informações sobre quadro de professores, anos de escolaridade nos quais atuavam e tempo de trabalho na mesma unidade.

Verificou-se que, quanto à estabilidade do quadro, a diferença entre o número de professores que lecionavam na mesma unidade desde o PNLD 2007 e o número de professores que vieram de outras escolas ou que ingressaram na rede nos últimos anos não era tão significativa (Tabela 3).

**Tabela 3**

<b>Estabilidade do quadro de professores – 2006/2009</b>				
Professor que leciona nesta escola desde 2006	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Total
				n
Sim	9	7	10	26
Não	11	4	6	21
Total				47

Fonte: Entrevista com diretores das 3 escolas realizada em mai.2009.

Mesmo em escolas centrais do município de Guarulhos, o processo de escolha de livros didáticos poderia sofrer o impacto da rotatividade dos quadros e das relações de poder que se estabelecem entre os docentes.

No entanto, quando 44 professores das três escolas indicadas responderam a perguntas de um questionário sobre o uso de livros didáticos e sobre o processo de escolha realizado em 2006, verificou-se que 68% deles afirmaram ter recebido os livros escolhidos na última edição do PNLD (Tabela 4) e que 61% deles declararam utilizá-los em suas salas de aula (Tabela 5).

<sup>3</sup> As escolas indicadas pela Secretaria de Educação não serão identificadas. Para diferenciá-las, a partir deste ponto, serão utilizadas as expressões “Escola 1”, “Escola 2” e “Escola 3”.

**Tabela 4**  
**Recebimento dos livros escolhidos no PNLD 2007**  
**por professores das três escolas**

Os livros didáticos de Língua Portuguesa / Alfabetização escolhidos no PNLD 2007 foram os livros recebidos?	
Sim	68%
Não	32%
<b>Total: 44 professores</b>	<b>100%</b>

Fonte: Questionário respondido por 44 professores das Escolas 1, 2 e 3 em Jun.09.

**Tabela 5**  
**Uso dos livros recebidos**  
**por professores das três escolas**

Você utiliza o livro didático de Língua Portuguesa / Alfabetização enviado para a sua escola pelo Programa Nacional do Livro Didático 2007 (escolhido em 2006)?	
Sim	61%
Não	39%
<b>Total: 44 professores</b>	<b>100%</b>

Fonte: Questionário respondido por 44 professores das Escolas 1, 2 e 3 em Jun.09.

Inferiu-se, portanto, que tais fatores, poderiam gerar impactos positivos na qualidade da participação dos docentes no processo de escolha do PNLD 2010.

A decisão de manter as indicações feitas pela equipe do Departamento de Orientação Educacional e Pedagógica do município e de selecionar como entrevistados membros da equipe gestora das unidades escolares, também considerou como critério o vínculo das diretoras e coordenadoras com as escolas. Das seis pessoas entrevistadas, cinco estão a frente da mesma unidade há mais de cinco anos – fato que poderia influenciar aspectos da gestão pedagógica das escolas e, conseqüentemente, nas formas de organização das equipes escolares para a seleção dos livros didáticos do PNLD.

Definidas as escolas e os sujeitos da amostra, para a primeira das duas perspectivas de análise do processo de escolha – que trata de aspectos gerais de sua gestão tanto na esfera municipal, quanto no interior das escolas – foram tomados como fontes<sup>4</sup>:

- registros feitos em um diário de campo utilizado durante a observação de reuniões coordenadas pelo Doep com diretores de todas as escolas municipais de Guarulhos, em

<sup>4</sup> Vale destacar que para o acompanhamento da gestão do processo de escolha na esfera municipal e para a análise das condições gerais sob as quais o mesmo se realiza a seleção dos sujeitos da amostra não se restringe ao segmento que corresponde ao primeiro e segundo anos do EF.

junho de 2009, para orientação do processo de escolha PNLD 2010 (pauta da reunião, assuntos tratados, perguntas feitas pelos diretores durante a reunião);

- entrevistas<sup>5</sup> realizadas com as diretoras e coordenadoras pedagógicas das três escolas com questões elaboradas a partir das seguintes categorias: participação dos professores, organização e funcionamento das reuniões, recursos e materiais para análise das coleções, questões operacionais para registro das escolhas realizadas no sítio do FNDE;
- bem como os informes e a documentação oficial das esferas municipal e federal relativos ao processo de escolha de livros didáticos.

Para a segunda perspectiva de análise – a da escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 no contexto da implementação do Ensino Fundamental de nove anos na rede de ensino de Guarulhos –, decidiu-se pelo acompanhamento de professores que atuam em classes de 1º e 2º anos de uma das três escolas selecionadas inicialmente.

Optou-se pela realização de um acompanhamento mais focado na Escola 1, cujo número de professores que leciona nessas turmas é maior e, o quadro, sensivelmente mais estável (Tabela 6).

**Tabela 6**  
**Estabilidade do quadro de professores de 1º e 2º anos**  
**do Ensino Fundamental – 2006/2009**

Professor que leciona na mesma escola desde 2006	<b>Escola 1</b>	Escola 2	Escola 3	Total
				n
Sim	<b>5</b>	1	2	8
Não	3	2	3	8
Total				16

Fonte: Entrevista com diretores das três escolas realizada em Abr.09.

Conforme respostas dadas por professores da Escola 1 ao questionário utilizado para a coleta de dados:<sup>6</sup>

- sete cursaram o ensino superior (seis deles em Pedagogia);
- dois atuam como professor há menos de cinco anos e os demais têm entre 14 e 24 anos de experiência no magistério.

<sup>5</sup> Os nomes de todos os entrevistados são fictícios.

<sup>6</sup> Um dos professores de 1º e 2º anos da Escola 1 se recusou a preencher o questionário.

Segundo informações dadas pela diretora, cinco deles lecionam na Escola 1 desde 2006 – ano em que foi assinado o decreto que tornou obrigatória a matrícula do EF a partir dos seis anos de idade no município – e, portanto, vivenciaram o processo de implantação da nova política na mesma unidade escolar. Inferiu-se que tal fator diferenciava esse grupo do quadro de professores das demais escolas e foi esse o principal critério para selecioná-los como entrevistados.

O contexto no qual se deu a seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 em Guarulhos pôde ser apreendido a partir da análise de fontes que guardam relação com o processo de incorporação de crianças de seis anos de idade ao EF de nove anos. A legislação (federal e municipal) e os dados do Censo Escolar foram utilizados para traçar um panorama de ordem administrativa no que se refere à regulamentação dessa política educacional no sistema de educação municipal. E, no que diz respeito às questões de ordem pedagógica, priorizou-se a análise das orientações quanto às práticas de ensino da leitura, da escrita e da oralidade – dadas tanto em nível federal (entre 2004 e 2009), quanto em nível municipal (2009) –, bem como dos Guias de Livros Didáticos das edições 2004, 2007 e 2010<sup>7</sup>.

Finalmente, para a descrição do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 – no que tange a sua especificidade – foram utilizados como fontes:

- os registros do diário de campo utilizado durante a observação de reuniões realizadas na Escola 1, em junho de 2009, para: (a) pré-seleção das coleções por professores que lecionam em diferentes turnos, (b) indicação das coleções a serem solicitadas ao FNDE como primeira e segunda opções, (c) definição da escolha final;
- as transcrições de gravações em áudio captadas durante a realização dessas reuniões (comentários feitos pelos professores durante a análise dos livros didáticos, discussão entre a diretora e as coordenadoras da Escola 1 para definição das escolhas);

---

<sup>7</sup> Nesse caso, vale assinalar que, conforme explica Marta Carvalho (1998), tais impressos de destinação escolar devem ser lidos como produtos de estratégias determinadas, que apresentam “marcas de usos prescritos e de destinatários visados”. E que, portanto, os índices sobre os métodos pedagógicos, sobre os critérios de seleção dos conteúdos, sobre os princípios e prioridades que orientam as reformas educacionais das quais são produto, dizem “muito pouco sobre os usos escolares que são feitos deles” (pp. 35-36). Para ir além da identificação das estratégias políticas, pedagógicas e editoriais que presidem sua produção e circulação, seria necessária a análise dos usos dos impressos citados anteriormente e de sua relação com outras fontes como: os trabalhos escolares realizados pelos alunos matriculados em turmas de 1º e 2º anos do EF, os cadernos de planejamento de seus professores e os livros didáticos utilizados em suas classes - que neste caso ganhariam destaque, pois as coleções destinadas aos anos de escolaridade para os quais essa investigação se volta são *consumíveis* e, portanto, seria possível contar com registros feitos pelas crianças. No entanto, o tempo previsto para a realização desta pesquisa não permitiu a concretização de tal proposta de análise.

- e entrevistas com professores que atuam em turmas de 1º e 2º anos do EF da Escola 1, realizadas em junho de 2009 - antes ou depois das reuniões destinadas à análise e indicação dos livros didáticos - nas quais foram tratados os seguintes temas: critérios de escolha dos livros didáticos do PNLD 2010, uso do livro didático de alfabetização, organização e funcionamento das reuniões para a escolha dos livros didáticos.

Resta assinalar que nos casos em que se recorre às “vozes” dos agentes envolvidos, a interpretação das fontes procurou considerar as representações sobre as práticas vivenciadas por cada um deles durante o processo de escolha na teia de relações estabelecidas entre as ações do governo no quadro do PNLD, as práticas das editoras e a organização da rede municipal de ensino e da escola onde atuam.

## **A estrutura do trabalho**

No **Capítulo 1** discute-se a relação entre o professor e o livro didático – ambos fundamentais para a aprendizagem dos alunos, mas por vezes colocados em lados opostos. Para tratar dessa questão recorre-se a parte da bibliografia que constituiu a base teórica da disciplina *História do Livro, do Livro Didático e dos Impressos Pedagógicos* e da atividade programada *Escola e Cultura: Questões de Historiografia*, ministradas pelo Professor Doutor Kazumi Munakata – oferecidas pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP. Apresenta-se também uma breve revisão das pesquisas sobre o espaço de escolha dos docentes no quadro do PNLD recorrendo aos estudos realizados por Batista (2004), Costa Val et. al. (2004), Monteiro (2004) e Santos (2007).

Aspectos da macroestrutura relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático são tratados no **Capítulo 2**. Na primeira parte, para a descrição das relações estabelecidas entre as ações o governo, o mercado editorial e as escolas são tomados como fontes os informes e a documentação oficial da esfera federal, bem como artigos publicados em diário de grande circulação. Fatores relacionados à gestão do processo de escolha na esfera municipal são analisados na segunda parte desse capítulo. Para identificar as condições sob as quais professores que atuam em diferentes anos de escolaridade selecionam os livros didáticos do PNLD recorre-se a algumas pesquisas realizadas nos últimos dez anos, tanto na esfera governamental, quanto na esfera

acadêmica (Batista, 2001; Cassiano, 2003; Batista, 2004; Costa Val et. al., 2004; Damasceno-Reis, 2006; Cassiano, 2007; Santos, 2007; Bunzen Junior, 2009). Dados sobre o tempo destinado à escolha e sobre as condições estruturais e materiais do município e das organizações escolares para sua realização são obtidos por meio de informes e da documentação oficial das esferas municipal e federal, do diário de campo utilizado durante observações realizadas *in loco* no quadro do PNLD 2010, bem como às “vozes” dos professores, coordenadores pedagógicos, diretores e técnicos da secretaria municipal de educação envolvidos no processo – entrevistados que desempenham diferentes papéis na rede de ensino.

Nos dois últimos capítulos, focaliza-se o processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 no quadro da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Para dar um panorama geral do processo de implementação dessa política educacional no município de Guarulhos, são analisados, no **Capítulo 3**, dados do Censo Escolar, bem como a legislação das esferas federal e municipal que, do ponto de vista administrativo, amparam e regulamentam a matrícula de crianças de seis anos de idade no EF. Também compõem esse quadro, as orientações dadas em nível federal, no que tange ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade no 1º ano do EF cotejadas: (a) com os Guias de Livros Didáticos de Língua Portuguesa / Alfabetização do PNLD; e (b) com as orientações relativas ao ensino formuladas em nível municipal. Finalmente, traçado esse contexto de mudanças – tanto do ponto de vista da organização do sistema municipal de ensino, quanto das orientações relativas à prática pedagógica –, no **Capítulo 4**, faz-se a descrição do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística em uma das escolas de Guarulhos, focalizando as possibilidades de sua organização frente à especificidade requerida a partir da incorporação de crianças de seis anos de idade ao Ensino Fundamental.

## Capítulo 1

### **Livros didáticos, os professores e o processo de escolha como objeto de estudo**

Neste capítulo, recorre-se a um breve levantamento da produção bibliográfica a respeito da relação entre livros didáticos e professores, que serviu de base para a compreensão do campo de pesquisa. Ainda que as modalidades de utilização do livro didático não tenha sido o objeto central do presente estudo, considerar o lugar que ele ocupa entre as práticas efetivadas em sala de aula permite situar a discussão sobre a participação dos professores no processo de escolha das obras aprovadas pelo PNLD.

Nesse contexto, também para uma primeira aproximação do campo de pesquisa, são apresentados alguns estudos sobre o espaço de escolha dos docentes no quadro dessa política pública.

#### **1.1 Livro didático *versus* professor?**

A tendência de se estabelecer uma relação positiva entre o livro didático e a melhoria da qualidade da educação pública nos chamados países em desenvolvimento, se apoia no discurso instituído pelo Banco Mundial nas últimas décadas do século XX. Estudos realizados por seus próprios especialistas têm justificado “a recomendação generalizada” para que a aquisição e distribuição de livros em países da América Latina e Caribe “seja política de Estado nessas regiões”. (Cassiano, 2007, p.98)

Considerações de Torres (2000) apontam fragilidades e incongruências às conceituações e fundamentações das políticas dessa agência internacional para a “melhoria da qualidade da educação”. Em sua análise a autora apresenta, entre muitos outros aspectos, o modelo educativo subjacente a tais propostas e a relação entre as características desse modelo e os limites e possibilidades da escola de “estar no centro” da reforma educativa, bem como dos professores de serem seus “interlocutores e atores privilegiados” (p. 185).

Sob o *suposto da homogeneidade*, o Banco Mundial assume um papel importante na consolidação da internacionalização da educação – processo em curso desde o século XIX. Segundo a autora, um dos princípios que orientam suas políticas é

o da homogeneização dos sistemas de ensino, das escolas, dos sujeitos (professores e alunos). Torres verifica que vários postulados são tomados como universais, passíveis de uma aplicação homogênea e tidos como válidos para um conjunto de países, entre eles, aqueles cujas características são internamente diferenciadas nos âmbitos econômico, social e cultural (p.177).

É assim, com base nesse princípio – de que todos são professores, todos são crianças, portanto são iguais – que se desenham as políticas, também homogêneas, para toda a população, sem considerar as ênfases e prioridades a partir da escola.

Conforme sua análise, na ótica do Banco Mundial a bandeira é a da descentralização, mas o que ocorre é a concentração e o controle dos investimentos e das políticas educativas e, ao mesmo tempo, a desconcentração de responsabilidades por parte das cúpulas, tanto na esfera nacional como na internacional. A responsabilidade pelos resultados, pelo “fracasso” das propostas é atribuída, geralmente, à incapacidade dos professores em sua implementação.

Torres ainda assinala, que essa busca por uma autonomia escolar, centrada em fatores financeiros e administrativos, não prevê medidas que assegurem a qualificação e a profissionalização de recursos humanos, ou seja, dos professores que, em última instância, são os que podem torná-la possível ou não. Nas propostas e recomendações do Banco Mundial não figuram como prioridades a sua formação inicial e atualização permanente, bem como a melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Ao contrário, sob a lógica da relação custo / benefício, prioriza-se, entre outras coisas, o investimento em materiais – como os livros didáticos, que se constituiriam em currículo efetivo e que compensariam a “escassa formação” do professor. Segundo o Banco Mundial:

el libro de texto es limitado en tanto que no abarca um currículo completo. Sin embargo, en países donde los maestros no están bien capacitados y donde no hay otros materiales de aprendizaje en el colegio, el libro de texto se convierte efectivamente en el currículo.[apud Uribe, 2006, p.79]

A “carência de uma visão sistêmica, a prioridade do investimento nas coisas sobre o investimento nas pessoas e a negligência ao lidar com a questão docente” podem ser verificadas na classificação, feita também pelo Banco Mundial, dos insumos educativos apontados como determinantes de um aprendizado efetivo: “o livro didático

aparece em segundo lugar e os professores (seus conhecimentos, experiência, salário), entre os últimos” (Torres, 1998, p.178).

Essa crítica ganha peso acentuado frente às afirmações de Luis Bernardo Peña, então subdiretor de Leitura e Escrita do Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina, el Caribe, España y Portugal (Cerlalc), sobre o “valor prático do livro didático como ferramenta pedagógica”:

[*El libro de texto*] traduce el currículo y hace públicos los objetivos, los contenidos y métodos educativos. Los textos sirven no solo para apoyar el proceso de enseñanza-aprendizaje, sino que resultan determinantes de los contenidos que se enseñan. Cuando no existe un programa oficial obligatorio, la influencia de los textos en este sentido es mucho mayor. [...] El texto puede ayudar a compensar las deficiencias de los maestros que no han recibido una buena formación o aumentar la efectividad de los mejor capacitados. [...] Comparado con otros costos educativos, como los salarios de los docentes, o la compra de equipos, el costo del libro de texto resulta muy económico. [apud Uribe, 2006, p.10]

Verifica-se que o pragmatismo e a análise econômica parecem fazer do livro didático a “via mais fácil e mais rápida” para a efetivação de um currículo prescrito, bem como para a resolução de problemas relacionados à formação do professor e à melhoria de suas condições de trabalho. Sobre essa questão Torres ressalta que:

a proposta de privilegiar o texto escolar baseia-se em duas teses centrais: (a) os textos escolares – “na maioria dos países em desenvolvimento” – constituem em si mesmos o currículo efetivo (tese que, por sua vez, supõe um determinado tipo de texto, programado, auto-instrutivo); e (b) trata-se de um insumo de baixo custo e alta incidência sobre a qualidade da educação e o rendimento escolar. [Torres, 2000, p.156]

Teses que, conforme sua análise, colocam livro didático e professores – ambos, fundamentais para a aprendizagem dos alunos – em lados opostos. Para Torres não se trata de optar entre um ou outro, mas de assegurar a melhoria da qualidade da formação de professores, pois: “é o texto que deve estar a serviço do professor e não o contrário” (p.156).

O Programa Nacional do Livro Didático universalizou o acesso ao livro didático. Professores e alunos das escolas públicas brasileiras têm, portanto, a sua disposição, o livro como instrumento de ensino e de aprendizagem.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) 94.30% dos professores do Ensino Fundamental, cujos alunos foram avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) / Prova Brasil 2007, utilizam livros didáticos em suas salas de aula, como se pode ver na Tabela 1.1.

**Tabela 1.1**

**Respostas dos professores para o item - indique se você utiliza ou não nesta escola:**

	<b>Sim, utilizo</b>	<b>Não utilizo porque não acho necessário</b>	<b>Não utilizo porque a escola não tem</b>	<b>Não responderam</b>
<b>Livros didáticos</b>	289.535 <b>94,30%</b>	3.983 1,29%	5.391 1,75%	8.122 2,64%
Total: 307.031 professores				

Fonte: Inep / MEC. Questionário do Professor – Saeb e Prova Brasil, 2007.

O livro didático faz parte do universo escolar e coexiste com outros materiais didáticos. Instrumentos de ensino e de aprendizagem como quadros, mapas, coleções de imagens, livros de literatura, enciclopédias, bem como materiais produzidos em outros suportes (audiovisuais, CD-ROM, *softwares* didáticos, Internet) estabelecem “relações de concorrência ou de complementaridade” com o livro didático e isso influi em seus usos e funções (Choppin, 2004, p. 553).

Livro didático - “uma insubstituível muleta”<sup>8</sup>?

“Insubstituível”?

Talvez não. Mas, certamente, indissociável do universo escolar.

Segundo Vincent, Lahire e Thin (2001), entre o final do século XVII e a primeira metade do século XIX, na França urbana, é possível identificar a “codificação do conjunto das práticas escolares” como uma das características relativamente

<sup>8</sup> Expressão utilizada por Ezequiel Theodoro da Silva, em artigo publicado na revista *Em aberto* (n.69), em 1996, para explicar como, em sua opinião, o livro didático se apresenta “para uma boa parcela dos professores brasileiros” – posição questionada por Munakata (2001) que, entre outros argumentos, assinala: “o professor carregando o livro não é imagem estereotipada da sua deficiência a ser compensada por muleta, mas a afirmação da sua distinção profissional” (p.91).

recorrentes da forma escolar – tanto nas escolas lassaleanas, quanto nas escolas mútuas. A instalação de práticas uniformes em todos os lugares onde existissem as escolas do grupo constituído em torno de Jean Baptiste de La Salle exigia a fixação de regras escritas que deviam ser respeitadas “ao pé da letra, isto é, sem interpretação que pudesse introduzir modificações” (pp.28-29). Da mesma forma, a elaboração de materiais pedagógicos – silabários, quadros de leitura, quadros de escrita –, bem como a redação de um manual que difundisse o método e os procedimentos da Escola Mútua modelo, foram preocupações dos membros da comissão responsável por sua criação.

A “escrituralização” das práticas possibilita, portanto, a “sistematização do ensino” e a “produção de efeitos de socialização duráveis” (pp. 29-30).

A forma escolar de aprendizagem se opõe então, ao mesmo tempo, à aprendizagem no âmago de formas sociais orais, pela e na prática, sem nenhum recurso à escrita [...] e à aprendizagem do “ler” e do “escrever” não sistematizado, não formalizado, não durável. [p.30]

Além da “escrituralização-codificação” das práticas escolares, e ainda nesse âmbito, destaca-se o “trabalho escritural das práticas de linguagem”. Dele dependem a aprendizagem da língua “codificada, escrita, normatizada”, seu domínio consciente, a reflexão sobre os usos da linguagem e, conseqüentemente, o acesso aos saberes transmitidos na escola (p.34).

Neste contexto, em que ler e escrever são objetos de ensino e, portanto, objetivos da escola, o livro não se apresenta “como um acessório a mais” (Munakata, 2001, p. 90).

O estudo histórico possibilita a identificação da complexidade da natureza do livro didático e a compreensão da continuidade de seu uso. Choppin (2004, p. 552) destaca entre as múltiplas funções assumidas pelos livros escolares, quatro funções essenciais. Segundo o autor, o livro didático é a tradução ou uma das interpretações possíveis dos currículos oficiais, pois veicula conteúdos de aprendizagem definidos por um grupo social a serem transmitidos às novas gerações; propõe atividades e exercícios que permitem por em prática “métodos de aprendizagem”; favorece a confrontação com “documentos textuais ou icônicos” que podem “desenvolver o espírito crítico do aluno”; e tem um papel político por ser um dos “vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes” (p. 553).

Ao abordar a questão dos múltiplos papéis que cumprem os livros didáticos, Johnsen (1996) ainda destaca a relação entre a linguagem dos textos escolares e o desenvolvimento de capacidades linguísticas que favoreçam a compreensão, a confiança dos alunos em si mesmos e seu desejo de cumprir um papel ativo na comunidade. Segundo ele, a utilização de textos não acessíveis física e linguisticamente aos alunos, pode gerar “divisões sociais entre uma minoria articulada e ativa e uma maioria passiva e linguisticamente empobrecida” (p.280). O livro didático ideal seria aquele que veiculasse uma linguagem capaz de promover na maioria dos alunos o desejo de ler e de utilizá-la e que favorecesse a compreensão e o interesse pelas conexões entre os indivíduos, a natureza e a sociedade – difíceis de descobrir fora do ambiente escolar.

Os livros escolares não são, portanto, simples objetos destinados à implementação da prática educativa. Conforme assinala Escolano Benito (2001), são também “espaços de memória”, que possibilitam a identificação dos códigos e chaves das instituições escolares e do ofício de professor. Mais que isso, o livro didático “inventa um novo tipo de sujeito leitor”, que o lê a partir de contextos e de práticas de uso impostos pela escola (p.171).

Saltar páginas, deter-se em determinados trechos, estabelecer relações com outros textos lidos, recorrer a diferentes modalidades de leitura para cumprir uma diversidade de propósitos são alguns dos comportamentos do leitor<sup>9</sup> que estão em jogo quando se utiliza um livro didático. E a esse respeito Munakata esclarece:

a rigor, livro didático não é para ser lido como se lê um tratado científico – postura adotada por muitos críticos de conteúdo dos livros didáticos. Livro didático é para usar: ser carregado à escola; ser aberto; ser rabiscado (não, isso não pode, o livro não pode ser consumível); ser dobrado, ser lido em voz alta em alguns trechos e em outros, em silêncio; ser copiado (não se pode consumi-lo!); ser transportado de volta à casa; ser aberto de novo; ser estudado. Raros livros didáticos [...] são efetivamente lidos de cabo a rabo [...]. [Munakata, 1997, p.204]

---

<sup>9</sup> “Comportamentos do leitor” não coincidem com “conteúdos procedimentais”, conforme assinala Lerner (2002). Como instâncias constituintes das práticas de leitura, supõem contemplar – no quadro de uma classificação muito difundida atualmente - as três dimensões dos conteúdos: conceituais, procedimentais e atitudinais. [LERNER, Delia. 2002. Apontamentos a partir da perspectiva curricular. In: *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*, pp. 63-64.]

“Muleta”?

Considerar “a ‘gênese’ do livro didático, apreendida a partir da sua criação paralelamente à da escola pública” possibilita a recuperação do processo “por intermédio do qual são percebidas as singularidades, permanências, mutações e recomposições diversas desse produto simbólico da cultura escolar” (Bittencourt, 2008, p.217).

Bittencourt (1997) assinala que o livro didático se situa entre as propostas oficiais impostas por determinados setores do poder e o conhecimento ensinado pelo professor. Os seus usos na escola são variados e não seguem, necessariamente, as regras e prescrições definidas pelo mercado ou por instituições governamentais. Para essa autora, ao se considerar as formas de consumo do livro didático, é possível reconhecer que “existem e existiram formas diversas de uso, nas quais a atuação do professor é fundamental” (pp.72-74).

Conforme sua análise (1996), desde o século XIX, o livro didático é o principal instrumento de trabalho dos professores. Por meio do estudo das práticas de leitura entre 1870 e 1920 foi possível identificar “algumas transgressões” realizadas durante sua utilização. Segundo a autora, “as regras de leitura” apresentadas em sua introdução não eram cumpridas pelos professores.

Ao analisar livros didáticos dessa época foram encontradas, por exemplo, marcas feitas pelos alunos que indicavam os pontos a serem estudados, os pontos que haviam sido explicados, trechos que deveriam ser excluídos, que permitiram identificar em que medida o programa oficial estava sendo cumprido pelo professor.

Fatores como a heterogeneidade da formação do corpo docente e de suas condições de trabalho também impediam a realização de práticas uniformes de uso do livro didático.

Bittencourt (2008) aponta diferenças entre os profissionais que atuavam no ensino secundário e os mestres ‘de primeiras letras’, bem como entre aqueles instalados nos principais centros urbanos ou “espalhados pelos recantos das províncias” (p.168). Segundo a autora, “os mestres das escolas elementares não gozavam das regalias em seu trabalho. As condições do trabalho pedagógico das escolas eram precárias e os ‘vencimentos’ insignificantes” (p.171). Além disso, iniciativas da década de 1880, consideradas como avanços em relação à formação docente – como a organização de congressos pedagógicos e a criação de um “centro de aperfeiçoamento constante de professores” – se limitavam aos centros mais populosos ou em desenvolvimento

econômico, o que, conforme sua análise, acentuava “as disparidades entre os professores e sua formação nas diversas regiões brasileiras” (p.173).

Neste contexto, as formas de os professores se relacionarem com os textos escolares variavam entre uma atitude de total dependência e outra que fazia do livro um objeto capaz de informá-lo, de atualizá-lo sobre o conteúdo a ser transmitido. (p.216)

Tal diversidade nas formas de utilização do livro didático também foi identificada por meio da análise de um conjunto de correspondências enviadas à Companhia Editora Nacional entre os anos 1970 e 1980, nas quais professores de diferentes lugares do Brasil mencionavam, direta ou indiretamente, “como os livros recebidos seriam utilizados” (Másculo, 2006, p.3). Segundo Másculo, embora os dados não permitam generalizações, das 384 cartas selecionadas de parte do acervo histórico da editora, 147 forneceram pistas sobre o uso desse recurso didático “em um momento em que esse material figurava como elemento central das práticas escolares” (p.7). Muitos professores afirmavam que utilizariam os livros solicitados para o planejamento de aulas ou para consulta das respostas contidas no manual do professor, outros se valeriam desse instrumento para a realização de atividades em grupos, aulas de recuperação, para a resolução de exercícios pelos alunos ou ainda para a realização de pesquisas pessoais (p.5).

Ainda sobre essa questão, Anne-Marie Chartier (2007) assinala que atualmente, embora muitos professores utilizem um livro didático, as “modalidades de utilização mudaram”. Fichários e cadernos de exercícios são utilizados quando se considera conveniente; exercícios fotocopiados e livros de literatura infantil convivem com o uso cotidiano de um livro didático (p.152).

Para a autora, as razões “desses usos pragmáticos” apoiam-se em argumentos como: a segurança que a utilização de um livro didático dá às famílias; o fato de se tratar de um material que está pronto para ser utilizado, que estabelece uma rotina de trabalho para as crianças e que permite ao professor dar mais atenção às necessidades individuais de seus alunos; a possibilidade de antecipar dificuldades enfrentadas pelas crianças durante a realização de determinadas atividades pelo fato de se utilizar o mesmo livro por alguns anos.

Por outro lado, esta convivência do livro didático com “suportes adicionais” também está apoiada em críticas feitas a ele como a questão da progressão imutável do conhecimento, que dificulta a possibilidade de realizar retomadas individuais frente às necessidades de alguns alunos; a limitação e a falta de articulação de atividades de

escrita e produção de textos; a simplicidade dos textos do ponto de vista do conteúdo e de sua construção (pp.153-154).

A esse respeito, Gimeno Sacristán (1995) ainda assinala que estudos empíricos e etnográficos<sup>10</sup> confirmam que nem todos os livros e outros materiais didáticos são utilizados da mesma forma e que fatores como a natureza desses materiais, as preferências e convicções dos professores, o contexto escolar, os alunos que os utilizam e a matéria que veiculam parecem estar relacionados com tais variações em sua utilização.

Alguns argumentos para esses “usos pragmáticos” do livro também foram identificados em respostas dadas por professores que atuam em diferentes turmas do EF, entrevistados durante a realização desta pesquisa, ao justificarem a importância desse instrumento didático para o desenvolvimento de suas práticas de ensino.

É uma importante ferramenta para nos apoiarmos na execução de determinadas atividades e conteúdos. Mas é necessário complementar bastante com outros tipos de atividades, pois o livro didático por si só não dá conta de tudo que é necessário ensinar. [professora Mônica]

É o suporte das informações iniciais do planejamento, mas não o principal. É necessário complementar com atividades e projetos relativos aos temas que a escola esteja trabalhando. [professora Josefa]

Ele é importante, porém não é fundamental. Tem que ser complementado com atividades extras para suprir as faltas e falhas do livro. [professora Katia]

Além de afirmações como essas, que apontam para a coexistência do livro didático com outros materiais, verifica-se também alguns dos múltiplos papéis a ele atribuídos:

Para o aluno é um referencial de organização do trabalho. Para o professor é auxiliar do trabalho e suporte para desenvolver algumas atividades. [professora Aldaires]

Porque serve como um norteador que está à disposição do professor e principalmente do aluno - é uma opção mais democrática, toda criança tem. [professora Carmen]

---

<sup>10</sup> Gimeno Sacristán refere-se aos estudos de Stodolsky, 1989 e de Zahorik, 1991.

Nesse sentido, a forma como os professores entendem a sua relação com os livros didáticos não parece, portanto, corresponder à imagem de uma *insubstituível muleta*.

Considerar as diferentes modalidades de utilização do livro didático e o lugar que ele ocupa entre as práticas efetivadas em sala de aula permite situar a discussão sobre a qualidade da participação dos professores no processo de escolha dos livros do PNLD.

## **1.2 O espaço de escolha do professor como objeto de estudo – breve revisão das pesquisas realizadas no quadro do Programa Nacional do Livro Didático**

Conforme apontam Llinás (2005), Cassiano (2007) e Parra (2007), entre os países da América Latina e Caribe, três se destacam por terem uma política universal de distribuição de livros: Brasil, Chile e México. O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, no Brasil; o Programa de Textos Escolares de Educación Basica, no Chile e a Comisión Nacional de Libros de Textos Gratuitos – Conaliteg, no México são políticas públicas estabilizadas, consolidadas.

Em relação às políticas de seleção ou de escolha dos livros didáticos, Llinás (2005, p.79) observa que ao estabelecer uma comparação entre tais programas é possível contemplar duas variáveis: a participação do professor no processo de escolha e a amplitude das opções de títulos para a seleção daqueles que se deseja utilizar em sala de aula.

Conforme relatório elaborado pelo Cerlalc (Uribe, 2006) a partir de dados enviados no início de 2005 pelos países integrantes dessa organização verifica-se, segundo o discurso oficial, que:

1. no caso chileno, a participação dos professores no processo de escolha está prevista, mas as opções de escolha são limitadas:

Para promover la participación de los establecimientos y de los docentes, el Ministerio de Educación implementa el proceso de Elegibilidad de Textos Escolares, en el cual los establecimientos educativos pueden elegir entre dos alternativas de textos (previamente seleccionadas por las comisiones evaluadoras) la que mejor se adecúa a

sus prácticas pedagógicas y a las políticas educacionales del establecimiento. Cuando califica una sola oferta, el proceso de Elegibilidad no se puede llevar a cabo. [Ubibe, 2006, p.26]

2. no México, há duas situações: a) nos níveis pré-escolar e primário não existe processo de seleção pelos professores, pois o Estado distribui um único livro para cada área de conhecimento e para cada um dos anos de escolaridade; b) no nível médio, há um catálogo com opções de livros e a escolha pode ser feita pelos professores:

#### **Selección / Secundaria**

Con los libros autorizados se montan unos centros de exhibición donde los maestros pueden revisar las muestras físicas de los libros. Posteriormente, llenan un formato para seleccionar el libro de texto que mejor se adapte a las necesidades educativas de sus alumnos. [Ubibe, 2006, p.45]

3. no Brasil a participação dos professores no processo de escolha está prevista e, considerando todos os níveis da Educação Básica, as opções de escolha são mais amplas:

El FNDE y la Cogeam<sup>11</sup> ponen a disposición de todos los interesados, la Guía del Libro Didáctico en Internet y envían material impreso a las escuelas catastradas en el Censo Escolar. Mediante un proceso de selección que emplea la Guía del Libro Didáctico, directores y docentes analizan y escogen las obras que serán utilizadas como los libros didácticos. [Ubibe, 2006, p.22]

A existência desse espaço de decisão dos professores dá lugar de destaque à política brasileira de distribuição de livros, mesmo considerando as mudanças ocorridas em 1996 – quando a escolha fica restrita às coleções divulgadas no *Guia de Livros Didáticos*. Tal característica, também gerou, em diferentes esferas, a necessidade de investigações sobre o tema.

Um balanço realizado no contexto do projeto *Organização Escolar e Práticas Pedagógicas* do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, procurou mapear as tendências das dissertações e teses, divulgadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) entre

---

<sup>11</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Coordenação Geral de Avaliação de Materiais (Cogeam).

1987 e 2008, que investigam a prática docente tomando como objeto de estudo o livro didático<sup>12</sup>.

A análise dos dados extraídos do conjunto das 68 produções acadêmicas selecionadas, após serem submetidos a tratamento estatístico, permitiu, entre outros aspectos, a identificação do período em que se concentram tais pesquisas. Na Tabela 1.2 nota-se que a produção cresce substancialmente a partir de 1997, período em que se verifica a concentração da produção acadêmica sobre o tema.

**Tabela 1.2**  
**Distribuição da produção anual – 1987/2008**

Ano	N	Ano	N
1987	0	1998	2
1988	0	1999	0
1989	0	2000	2
1990	0	2001	8
1991	0	2002	4
1992	2	2003	7
1993	0	2004	3
1994	1	2005	4
1995	0	2006	7
1996	1	2007	13
1997	0	2008	14
	4		64
Total		68	

Fonte: Capes, 2009.

<sup>12</sup> Embora bastante resumido e, certamente, incompleto esse levantamento procurou destacar alguns aspectos relacionados às investigações realizadas entre 1987 e 2008, por meio das quais mestrandos e doutorandos procuraram estabelecer relações entre a prática docente e o livro didático. As análises efetuadas apontam para a necessidade de outros levantamentos, mais detalhados e específicos, que potencializem a utilização de instrumentos que, tais como o Banco de Teses da Capes, reúnem as produções científicas nacionais e que podem, segundo Choppin (2004), evitar que pesquisadores desenvolvam trabalhos redundantes: “[...] a consulta a seus índices permitiria esboçar periodicamente o estado da arte da pesquisa nacional e destacar as áreas ainda pouco abordadas; [...]”. [ p.566]

Para o mapeamento das pesquisas sobre o tema foram utilizadas como critério de busca no banco de dissertações e teses da Capes as expressões: ‘livro didático’ e ‘prática docente’, sob o filtro ‘todas as palavras’. Na primeira seleção, foram elencados 187 trabalhos. Após serem submetidos a uma análise inicial, por meio da leitura de seus títulos e palavras-chave, 102 foram excluídos. E, dessa segunda seleção, em função da análise detalhada de seus resumos, definiu-se o *corpus* do referido balanço composto, finalmente, por 68 trabalhos entre dissertações e teses. Foram considerados como critérios de inclusão: restrição ao ensino básico, restrição a estudos que tivessem por alvo a escola contemporânea à realização da investigação, pesquisas que tivessem como foco de investigação a relação entre prática docente e livro didático - expressa nos resumos, ainda que de forma indireta. Obs.: critérios também adotados pelos participantes da pesquisa *Escola como objeto de estudos acadêmicos brasileiros: 1981/1998*. MARIN, A. J.; BUENO; J. G. S.; SAMPAIO, M. M. F. (2005).

Esses dados merecem atenção, quando analisados no quadro das políticas públicas desenvolvidas a partir da segunda metade da década de 1990, entre elas, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Embora tenha sido criado em 1985, época em que foram definidas as diretrizes que orientam as relações do Estado com o livro escolar, a partir de 1996 as características do PNLD se alteraram: foi instituído o processo de avaliação prévia das coleções que seriam adquiridas e distribuídas a partir de 1997.

Crítérios de natureza conceitual e política orientaram a avaliação desde seu início e, em 1999, foram incluídos critérios de natureza metodológica com o objetivo de selecionar obras que propiciassem situações de ensino e de aprendizagem consideradas adequadas (Batista e Costa Val, 2004, p.11).

Neste contexto, é possível observar que a partir de 2002, os pesquisadores que fazem parte do *corpus* selecionado para a realização do referido balanço começam a investigar temas relacionados aos processos de avaliação de livros didáticos – o que corresponde a 20,58% da produção desenvolvida entre 1998 e 2008 (Tabela 1.3).

**Tabela 1.3**  
**Distribuição dos temas principais das investigações entre 1998 e 2008**

Tema principal/Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	N TOTAL	% TOTAL
Uso do livro didático	1	0	2	4	2	5	2	2	3	2	6	29	42,64
Avaliação do livro didático	0	0	0	0	1	3	1	0	4	4	1	14	<b>20,58</b>
Escolha do livro didático	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	2	5	<b>7,35</b>
Conteúdo do livro didático	1	0	1	2	1	2	0	1	3	8	6	25	36,73
Regulamentação aplicada às produções escolares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1,47
Política nacional para o livro didático	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	3	5	7,35
Etapas de produção e de difusão do livro didático	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1,47
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>80(*)</b>	

(\*) O total é superior à quantidade de pesquisas que compõem o *corpus* analisado (68), porque em algumas delas foi possível apreender investigações relacionadas a mais de um tema.

Fonte: Capes, 2009.

No entanto, verifica-se também, que em apenas 7,35% das pesquisas acadêmicas o processo de escolha pelos professores é objeto de análise.

Em 2001, esse tema é tratado em uma investigação realizada pelas equipes de avaliação das obras inscritas no PNLD e, segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, apresentados no documento *Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos*, verificou-se um “descompasso entre as expectativas do PNLD e as dos professores”, cujas escolhas recaíam sobre as obras não recomendadas (PNLD 1997 e 1998) e recomendadas com ressalvas (PNLD 1999)<sup>13</sup> (Batista, 2001, p.33).

A identificação de tal “descompasso” motivou a realização de outras investigações que analisam “as condições geradoras e as implicações desse paradoxo”, desenvolvidas por pesquisadores participantes de diferentes demandas governamentais relacionadas ao PNLD (Batista e Costa Val, 2004)<sup>14</sup>.

Batista (2004) apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória a partir do levantamento de declarações de 293 professores, de 44 escolas, sobre o processo de escolha das coleções livros didáticos, realizado em 2000, no quadro do PNLD 2001.

Conforme sua análise grande parte dos professores da amostra desconhecia total ou parcialmente o processo de avaliação de livros didáticos. A maioria declarou que o *Guia de Livros Didáticos* não foi utilizado como instrumento para a escolha das obras, embora, segundo afirmaram os professores, ele já estivesse disponível na escola para consulta. As respostas dadas aos questionários aplicados apontam como motivos pelos quais isso ocorre: a circulação restrita de informações sobre o processo de escolha – geralmente concentradas nas mãos de diretores e coordenadores –, a falta de tempo para a tomada de decisão – tanto em função das condições de trabalho dos professores, quanto pelo fato do *Guia* ter chegado muito perto do final do prazo para a seleção dos livros –, bem como a preferência pela análise direta das coleções enviadas pelas editoras.

O desencontro entre os livros escolhidos e os livros recebidos também é apontado como fator que interfere no processo de escolha. Ao analisar entrevistas feitas com 149 professores de 24 escolas de 11 estados brasileiros Costa Val et. al. (2004) assinalam que:

---

<sup>13</sup> Os livros didáticos recebiam menções segundo as categorias: “recomendado com distinção”, “recomendado”, “recomendado com ressalvas”, “não recomendado”. No PNLD 1999 a categoria “não recomendado” foi eliminada. As menções: “recomendado com distinção”, “recomendado”, “recomendado com ressalvas” foram mantidas até o PNLD 2004.

<sup>14</sup> Conforme nota publicada por Batista, três dos estudos foram desenvolvidos pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG por solicitação da Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC).

[...] quem escolhe não é quem usa e quem usa não é quem escolhe: a) as Secretarias de Educação ou as coordenações pedagógicas tomam a si essa prerrogativa; b) a rotatividade dos docentes nas escolas e nas séries de atuação faz com que os professores acabem opinando sobre livros que não vão usar, porque na ocasião do uso efetivo já estão em outras escola ou atuando em outra série; c) o desencanto generalizado com o processo acaba gerando desinteresse, indiferença ou até resistência entre o professorado, que, afinal, chega a sonegar sua participação. [p.87]

Quanto ao “descompasso entre as expectativas do PNLD e as dos professores”, identificado na avaliação feita pelo Ministério da Educação publicada em 2001, o estudo exploratório realizado por Batista (2004) identifica que, por um lado, os docentes da amostra indicaram preferência pelos livros cuja menção era “recomendado com distinção” e, por outro lado, que uma parte expressiva dos professores os consideravam difíceis para os alunos, inadequados à realidade da escola e, portanto, para o desenvolvimento de seu trabalho (p.66). Conforme sua análise, o princípio básico de avaliação dos livros didáticos pelos professores parece ser a sua adequação a um esquema didático centrado no eixo da transmissão, ao qual estão familiarizados e que lhes permite,

[...] no quadro de condições em geral pouco adequadas de trabalho, responder de modo mais apropriado às necessidades e problemas decorrentes dessas condições e dessa forma de organização. [p.69]

Neste contexto, Costa Val et. al. (2004) chamam a atenção para atitudes “simplistas e redutoras” que caracterizam a constatada resistência dos professores no que se refere à escolha de livros didáticos, como resultado de “incompetência”, “despreparo” ou “má vontade”. Para esses pesquisadores:

é preciso buscar compreender suas raízes históricas e sociais, a repercussão dessa resistência no processo histórico de mudança do sistema de ensino do País, interpretando-a como reivindicação do legítimo direito de utilizar material didático adequado à própria formação, ao conhecimento operatório desenvolvido e ao estilo pessoal, e ponderando o que revela em termos de insatisfação com as condições de trabalho e de escolha de livro didático e, além disso, em termos de auto-imagem e de representação do corpo discente. [p.111]

Recentemente, já no quadro do PNLD 2007, duas edições depois da que foi objeto de investigação desses pesquisadores<sup>15</sup>, a investigação realizada por Cibele Santos (2007) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR)<sup>16</sup>, também traz dados referentes ao processo de escolha de livros didáticos pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com os dados fornecidos por 213 docentes e 16 coordenadores de 37 escolas municipais de Curitiba-PR foi possível identificar, assim como nas pesquisas citadas anteriormente, aspectos relativos às condições gerais do processo de seleção dos livros destinados às turmas de 1ª à 4ª séries.

Conforme análise feita por Santos, os professores que constituem a amostra de sua investigação valorizam o PNLD e admitem participar do processo de escolha em suas escolas, embora discordem da forma como ele ocorre. Afirmam que a organização da escola para o período de seleção dos livros é feita a partir de suas condições concretas e, neste sentido, a pesquisadora verifica que:

[...] a falta de organização institucional para essa escolha, a não existência de tempo e espaço para a avaliação do *Guia* e das obras em momento coletivo, impedem que o professor possa se aproximar do livro didático quanto gostaria ou tanto quanto seria necessário. [p.133]

Quanto ao uso do *Guia do Livro Didático*, Santos assinala, que embora em grande parte dos questionários apareça o registro do uso desse instrumento, nas entrevistas, os professores afirmam que apesar de conhecê-lo, não o valorizam pelo fato de seu uso ficar restrito à coordenação pedagógica da escola e por preferirem realizar uma análise direta das obras enviadas pelas editoras – dados também apontados por Batista (2004) no quadro do PNLD 2001.

A desarticulação percebida entre a dinâmica escolar e a estrutura proposta nas orientações relativas ao processo de escolha do PNLD se confirma na identificação de um descontentamento dos professores entrevistados quando falam sobre essa questão, bem como na manifestação de opiniões sobre a necessidade de realização de análises coletivas dos livros nas escolas para a discussão de critérios comuns que considerem suas práticas de ensino (Santos, 2007, p.136).

---

<sup>15</sup> Edições do PNLD que correspondem aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

<sup>16</sup> Cibele Santos também é autora de livro didático. Em 2004 publicou o livro *Descobertas e relações – alfabetização*, pela Editora do Brasil, selecionado para o *Guia de Livros Didáticos* do PNLD 2007.

Segundo Santos, os docentes afirmam que, muitas vezes, a avaliação dos especialistas que compõem as equipes que selecionam as coleções do *Guia* não corresponde a que eles mesmos fazem dos livros. Conforme sua análise, o fato de os professores não terem tempo para uma reflexão mais aprofundada sobre as obras indicadas no *Guia* faz com que somente após a chegada das mesmas na escola e de seu uso durante o ano percebam que algumas são “difíceis para os alunos”, comprometendo as possibilidades de se trabalhar com as propostas nelas contidas (p.134).

Segundo os depoimentos, compreende-se que o professor trabalha em sala de aula com aquilo que lhe assegura confiança [...] a maioria dos professores afirmou optar pelos LDs que apresentam uma proposta mista, ou seja, intermediária entre a tradicional e a progressista<sup>17</sup>. [p. 135]

No último artigo da coletânea organizada por Batista e Costa Val, Monteiro (2004) aprofunda essa questão, quando analisa os exercícios de um dos livros do PNLD que, nas edições de 1998 e 2001, recebeu a menção *recomendado com distinção* tornando-se referência para autores e editores e que, no entanto, foi pouco solicitado pelos professores.

Esta primeira aproximação dos estudos sobre o espaço de escolha dos professores no quadro do PNLD sugere que a constatação de tais contradições, assim como, a análise da qualidade de participação dos docentes no processo de escolha de livros didáticos requerem que se leve em consideração as condições sob as quais esse processo se realiza.

Neste sentido, no próximo capítulo, serão apresentadas:

- as relações estabelecidas entre a ação do governo, as práticas comerciais das editoras de didáticos e as escolas;
- e, aspectos da gestão do processo de escolha tanto na esfera municipal, quanto no interior de algumas escolas focalizadas neste estudo.

---

<sup>17</sup> Santos esclarece que utilizou os termos “proposta tradicional” e “proposta progressista”, conforme Bernstein (1996), para distinguir diferentes propostas a partir das características das práticas pedagógicas que revelam. Também informa que em seu trabalho acrescentou o termo “proposta mista” para situar uma outra linha pedagógica que, segundo ela, vem sendo mencionada atualmente nas escolas de todo país – e que define uma prática intermediária entre as duas propostas, a “progressista” e a “tradicional”.

## Capítulo 2

### **As condições sob as quais os professores escolhem os livros didáticos do PNLD**

Conforme mencionado anteriormente, esta investigação centra-se no estudo das práticas vivenciadas pelos docentes dos anos iniciais do EF quando escolhem os livros didáticos para suas turmas.

Qualquer tentativa de análise da qualidade de sua participação nesse processo deve considerar a trama de relações que se estabelecem entre as ações do governo no quadro do PNLD, as práticas comerciais das editoras e as escolas – aspecto que se pretende tratar na primeira parte deste capítulo.

É, portanto, em meio a esse contexto, que na segunda parte do texto, faz-se a descrição da gestão do processo de escolha na esfera municipal, bem como no interior das escolas a fim de verificar as condições gerais sob as quais os professores – independente do ano de escolaridade em que atuam – escolhem os livros do PNLD.

#### **2.1 As relações estabelecidas entre as ações do governo, as práticas das editoras e as escolas**

Em *El espacio iberoamericano del libro*, publicação do Cerlalc (2008) destinada ao setor editorial com o objetivo de auxiliar a tomada de decisões “no desenho e execução de políticas públicas voltadas ao livro e à leitura, bem como permitir avaliar o impacto destas mesmas ações” (p.21), é possível obter um panorama geral da situação da produção e comercialização de livros na Espanha, em Portugal e em países da América Latina e Caribe.

No que se refere à produção de livros do subsetor dos didáticos estudos realizados através de acordos com as câmaras nacionais do livro e com organismos públicos desses países colocam o Brasil em posição de destaque. Exemplos disso são os

números que correspondem à produção de títulos e à produção de exemplares em 2006, conforme Tabela 2.1<sup>18</sup>:

**Tabela 2.1**  
**Produção de títulos e de exemplares do subsetor dos didáticos em 2006**

Países	Produção de Títulos		Produção de Exemplares	
	Número de títulos do subsetor de didáticos	(%) em relação a outros subsetores	Número de exemplares do subsetor de didáticos	(%) em relação a outros subsetores
Espanha	16.255	23,6	66.120.000	19,6
Colômbia	2.793	27,8	12.010.912	35,6
México	4.505	24,1	66.732.198	48,5
Brasil	17.911	<b>38,9</b>	171.987.356	<b>53,6</b>

Fonte: Cerlalc, 2008. *El espacio iberoamericano del libro*.

Brasil produce más títulos didáticos que cualquier otro país con una participación del 38,9% sobre el total de su producción, si bien es menor el número de empresas que se clasifican en este subsector: 43 se dedican a la producción de títulos didáticos frente a las 185 de interés general, las 179 CTP<sup>19</sup> y las 138 de libros religiosos. El subsector también es el de mayor producción de ejemplares y el de mayor facturación en el país, su dinamismo se debe en parte al Programa Nacional del Libro Didáctico para la Enseñanza Media (PNLEM), que ha implementado el Ministerio de Educación desde el año 2004. En general, el PNLD ha brindado dinamismo al subsector ya que el Estado ha comprado grandes cantidades de libros a las editoriales privadas, con el fin de distribuirlos gratuitamente entre los estudiantes de colegios oficiales. [Cerlalc, 2008, p. 109.]

Verifica-se, portanto, que no Brasil, conforme já assinalou Cassiano (2007), o segmento dos didáticos é o mais rentável do setor editorial.

Livro é mercadoria. Sua comercialização, assim como a de qualquer outro produto, deve assegurar a subsistência do negócio e gerar lucro. Gimeno Sacristán (1995) assinala que a complexidade do mercado editorial e a concentração de capital, fazem com que o editor assumo o papel de empresário em detrimento de seu papel de agente cultural (p.84). Os custos de sua produção, a conquista do consumidor, os

<sup>18</sup> No caso dos dados apresentados na Tabela 2.1 as fontes citadas no documento são: Produção e vendas do setor editorial brasileiro, Câmara Brasileira do Livro; Actividad editorial libros, Cámara Nacional de la Industria Mexicana; Estadísticas del libro en Colombia, Camara Colombiana del Libro; Comercio interior del libro en España, Federación de Gremios de Editores de España (Cerlalc, 2008, p.109 e 111).

<sup>19</sup> Científico, técnico e profissional (CTP): livros universitários diferentes dos didáticos, livros científicos e técnicos de filosofia e psicologia, tecnologia e ciências aplicadas, ciências puras, ciências sociais, ecologia, geografia e história. (Cerlalc, 2008, p.108).

resultados, a competição entre editoras pautam suas decisões. A esse respeito Apple esclarece:

[...] a produção de livros historicamente foi estabelecida sobre uma base que tornava necessário, desde o início, “conseguir capital suficiente para começar a funcionar e então imprimir somente aqueles títulos que pudessem satisfazer determinada clientela, a um preço que pudesse enfrentar a competição”. [Apple, 1995, p.86]

No Brasil, a partir da década de 1990, a venda de livros didáticos – segmento que tem a maior concentração do mercado de livros do país – tem feito com que as editoras utilizem estratégias comerciais específicas e homogêneas na relação estabelecida com as escolas e com o poder público (Cassiano, 2007, p.166).

Desde 1996, o governo brasileiro é o maior comprador de didáticos do país em função da consolidação dos programas de distribuição universal e gratuita de livros aos alunos de escolas públicas – investimentos que totalizam, por exemplo, R\$ 427,6 milhões para a aquisição de livros didáticos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em 2010, conforme dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC).

Neste contexto, as editoras procuram ajustar a estrutura de sua produção às formas de controle e de regulação do currículo a fim de servir ao consumo – e não à variedade de orientações e gostos dos consumidores (professores), nem à variedade cultural, como explica Gimeno Sacristán:

este controle não só normatiza a cultura, mas, ao acomodar a produção de livros de textos e demais materiais a ordenação curricular estabelecida em toda a escolaridade [...] o que faz realmente é ordenar um mercado, afiançá-lo, criando a oferta ajustada a ordenação do sistema escolar. [1995, p.99]

Por se tratar de um produto específico, que responde ao que está regulado pelas comissões de avaliação do Ministério da Educação, o livro didático que chega às salas de aula, é o resultado de diversas etapas do processo de edição.

Seus autores (sejam os profissionais ou aqueles que produzem por exigência das agências financiadoras) podem não se reconhecer nos livros que assinam. Seu estilo ou originalidade nas formas de expressão e de organização do conteúdo dos textos também podem não ser identificados pelos leitores / usuários das obras. Munakata (1997)

explica que “à medida que reduz a margem de autonomia do autor em relação a seu texto, aumenta, inversamente, a do editor” (p.96). Nesse sentido, é possível que a figura do autor desapareça e que, em seu lugar, como já vem ocorrendo, as editoras priorizem a contratação de equipes para a produção de um livro (Gimeno Sacristán, 1995, p.102).

Afirmações como, por exemplo, a que segue – feita em um texto dirigido aos professores para orientar a escolha dos livros do PNLD 2007 –, parecem não considerar que talvez, o autor esteja em *extinção*.

Não só o uso do livro em aula, mas a própria escolha do livro que acompanhará alunos e professores por três anos, é um momento fundante de diálogo do professor – baseado em suas intenções e métodos de ensino, seu projeto – com o(s) autor (es) do projeto didático concretizado no livro. [Rojo, 2006, p.1]

Ao escolher um livro para utilizar em sala de aula, o professor poderá não “dialogar” com os autores do projeto didático nele concretizado, mas sim com seus editores, que, por sua vez, procuram dialogar com as orientações governamentais para que seu produto seja incluído no *Guia de Livros Didáticos* – que oficialmente orienta a escolha de livros feita pelos professores das escolas públicas.

O simples fato de conseguir a inclusão do livro em uma lista dessas pode decidir se esse volume vai dar lucro ou prejuízo. [...] Por causa disso, a redação, edição, promoção e orientação e estratégias gerais dessas produções são dirigidas com bastante frequência a garantir um lugar nas listas de materiais aprovados pelos estados<sup>20</sup>. [Apple, 1995, pp. 95-96]

Além disso, há certo movimento cíclico que condiciona o mercado dos livros didáticos (Gimeno Sacristán, 1995, p.91).

No Brasil, atualmente, para que uma coleção seja aprovada e divulgada no *Guia de Livros Didáticos* as editoras devem inscrever suas obras, conforme regras e critérios estabelecidos em editais publicados no *Diário Oficial da União*, submetê-las a uma

---

<sup>20</sup> Neste caso, é importante esclarecer que Apple se refere à economia e à política de produção de livros didáticos nos Estados Unidos, onde, segundo ele não existe “um patrocínio oficial do governo federal de conteúdos curriculares específicos, da forma como ocorre nos países cujos ministérios de educação determinam um curso de estudos padronizado, as estruturas do currículo nacional são produzidas pelo mercado e por outros modos de intervenção estatal. [...], em muitos estados – mais frequentemente nos estados do sudoeste – os livros-texto a serem utilizados nas principais áreas de estudo devem ser inicialmente aprovados por agências ou comissões formadas pelo governo do estado. Em certos casos, eles são revisados por essas agências ou comissões e um número limitado deles é selecionado como textos recomendados para utilização nas redes escolares”. [Apple, 1995, p.95]

triagem realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e a uma avaliação pedagógica feita por universidades públicas sob supervisão da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). Na etapa seguinte, os livros aprovados são escolhidos pelos professores, o registro da escolha é feito pela Internet e o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato, informa os quantitativos e as localidades de entrega e, só então, as editoras dão início à produção dos livros. Cada ciclo corresponde à demanda de um determinado segmento da escolaridade atendido pelos programas de distribuição de livros.

Em relação às estratégias das editoras para a divulgação das coleções aprovadas, Cassiano (2007) esclarece que, nas escolas públicas, são feitos cadastramentos com base em dados como número de alunos, número de salas de cada escola, bem como de pessoas-chave (professores, coordenadores ou diretores) para as quais os materiais promocionais e os exemplares de livros didáticos são enviados antes dos períodos de escolha, ou melhor,

[...] no curto período em que os professores estão escolhendo os livros que serão comprados pelo governo [...]. Tal período é pequeno porque é parte da gigantesca operação da compra governamental (PNLD e PNLEM) em que os livros adquiridos deverão ser entregues a todas as escolas brasileiras antes de o ano letivo iniciar [...]. (p.169).

Conforme sua análise, apesar de variações significativas na utilização dessas estratégias em diferentes regiões do país, a divulgação que as grandes editoras fazem nas escolas públicas não se resume a distribuição gratuita dos livros. Também são comuns: a distribuição de material promocional, a oferta de brindes, a presença de divulgadores nas escolas<sup>21</sup>, o oferecimento de assessorias dadas por professores universitários, bem como a realização de eventos que promovem palestras com autores.

Exemplos disso aparecem em algumas das falas de profissionais do município onde esta pesquisa foi realizada, como no caso da professora Camila, que diz ter gostado de uma coleção apresentada em uma palestra a que havia assistido e que pretendia escolhê-la:

---

<sup>21</sup> Restrições para a utilização de tais estratégias foram publicadas na Portaria 2.963, em 29/08/2005 e ampliadas com a publicação da Portaria Normativa n.7 em 5/04/2007, que proíbe divulgadores de entregar qualquer material diretamente nas escolas.

[...] em relação à escolha eu tinha uma outra idéia, mas é aquele negócio... não tem como agradar todo mundo, porque tem que fazer uma escolha pra escola inteira, né? Eu tinha gostado da coleção *Asas para Voar*. A gente tinha escolhido essa aí, mas o pessoal não concordou e também não tem no *Guia*, né? [...] É que eu fui a uma palestra do professor Pasquale feita pela Abril... Teve também a divulgação dos livros... Foi lá no Novotel... E lá, a autora apresentou os livros dela, da coleção *Asas para Voar*... e eu tinha gostado... [professora Camila, 17/6/09]

A reivindicação feita pela Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale) em documento<sup>22</sup> que apresenta sugestões e considerações relativas à minuta de um decreto<sup>23</sup>, então sob consulta pública, que dispõe sobre os programas de material didático, parece ratificar o potencial da realização de eventos com autores como estratégia de divulgação dos produtos de uma editora de livros didáticos:

[...] A Abrale considera exagerada, incorreta e inconstitucional a restrição ao trabalho dos autores na divulgação de suas obras, tal como se lê no inciso III do artigo 4º. A Abrale sugere a seguinte redação:

*III – a participação, direta ou indireta, ou ainda o patrocínio, dos autores, titulares de direito autoral ou de edição, ou seus representantes em eventos relacionados à seleção e escolha dos livros, realizados em dependências de órgãos públicos e/ou organizados por funcionários públicos;*

Tal como está no texto original, todo e qualquer evento, no período de escolha de livros, com a participação de autor, seria coibido, independentemente de ser realizado em dependências de órgão público ou não. [Abrale, 25/06/09.]

De qualquer forma, a distribuição de livros didáticos a serem analisados pelos professores ainda é a principal estratégia de divulgação das editoras e, talvez, a mais eficaz.

<sup>22</sup> Texto disponível na Internet: <http://www.abrale.com.br/frameset.htm>, em 30 jun. 2009.

<sup>23</sup> MINUTA PARA CONSULTA PÚBLICA. DECRETO No\_\_\_ DE\_\_\_ DE 2009. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Texto disponível na Internet: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto\\_programa\\_livro.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto_programa_livro.pdf), em 30 jun. 2009.

A esse respeito, também foram estabelecidas normas por meio da Portaria Ministerial MEC nº 07, de 05/04/2007, intitulada Normas de Conduta, disponível no sítio do FNDE e no volume “Apresentação” do *Guia de Livros Didáticos – PNLD 2010*:

§ 3º Constituem-se proibições aos Titulares de Direitos Autorais ou aos seus representantes, cujas obras inscritas forem selecionadas: [...]

VIII - realizar pessoalmente a divulgação ou entrega de qualquer material de divulgação dos livros, diretamente nas Escolas, após a publicação do resultado da avaliação ou a divulgação dos guias de escolha pelo MEC/FNDE, até o final do período de escolha pela Internet e pelo formulário impresso, sendo permitida, durante esse período, a divulgação pelo envio de livros, catálogos, folders e outros materiais, exclusivamente por remessa postal, definida como a entrega de materiais de forma impessoal, pelos Correios ou forma equivalente, sem a presença do Editor ou seu preposto ou outrem com vínculo funcional evidente com o Titular de Direito Autoral; [...]. [BRASIL, 2009. *Guia de Livros Didáticos – PNLD 2010*, p. 34-35].

Cassiano (2007) assinala que a publicação dessa Portaria equivale ao reconhecimento, em instância legal, de abusos operados pelas editoras como os que foram identificados em 2004, por ocasião do PNLD: o envio de *Guias* não-oficiais, a oferta de brindes ou prêmios, a distribuição de livros nas escolas por equipes de divulgadores (p.74-77). Conforme sua análise, no Norte e no Nordeste, onde há um número maior de escolas da rede pública, o assédio das editoras é mais intenso e houve, inclusive, casos de denúncia de fraude:

Em artigo assinado por Demétrio Weber, no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10/05/2004, é destacado que todo o processo de escolha de livros didáticos na região de Roraima foi cancelado pelo MEC por denúncia de fraude, porque funcionários de uma editora teriam conseguido a senha de escolas de Porto Velho, com a finalidade de garantir a venda de seus livros ao governo, por meio do PNLD. De acordo com o artigo, fraudes semelhantes podem ter ocorrido na Paraíba e no Rio Grande do Norte [...]. [Cassiano, 2007, p. 75]

No final de 2007, mesmo após a publicação da Portaria Ministerial citada anteriormente, mais denúncias foram feitas por professores e diretores da Bahia,

conforme artigo de Tiago Décimo, de 23/02/2008, também publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*:

O Ministério Público Federal na Bahia iniciou investigação para apurar casos de erros no envio de volumes do Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, a escolas do Estado. "Não temos mais dúvidas sobre a existência de irregularidades nos trâmites", diz a procuradora da República do Ofício de Patrimônio Público, Juliana de Azevedo Moraes. "As investigações, porém, estão em fase inicial para que tiremos conclusões". A procuradora diz que os indícios de irregularidades começaram a ser detectados no final de 2007, quando o Ministério Público foi procurado por professores e diretores. "Eles mostraram documentos que atestam que houve fraudes na origem dos pedidos, que foram extraviados e claramente adulterados", diz. "Mostramos o problema ao MEC, mas disseram ter feito auditoria interna e atribuíram a erros nos pedidos. [...] Partiram da premissa falsa de que os pedidos eram legítimos." [*O Estado de S. Paulo*, 23/02/08]

A posição do MEC em relação às suspeitas de fraude pode ser verificada em outro artigo, assinado por Renata Cafardo. São apontadas como possíveis causas do recebimento de livros não escolhidos: os erros de preenchimento dos pedidos, a não participação de muitas escolas no processo de escolha e problemas operacionais do sítio do FNDE:

Estudo do Ministério da Educação (MEC) mostra que 14% das 63 mil escolas do País que deveriam escolher livros didáticos em 2007 para seus alunos não o fizeram ou cometeram erros que anularam o pedido. Por isso, elas acabaram recebendo as coleções que tinham sido as mais pedidas em seus municípios, e não as selecionadas pela própria escola. Muitas vezes, diretores ou professores nem sequer percebem que tiveram problemas e só descobrem ao receber do governo um livro didático diferente do que consideravam mais apropriado. Em 6% dos casos não houve interesse de ninguém da escola em escolher o material. [...] "Não acho que a média de 14% seja preocupante, mas queremos corrigir falhas para baixar de 10%", diz Rafael Torino, diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelos livros. [...] Torino acredita que a maioria dos problemas é causada por dificuldades operacionais que os diretores enfrentam ao fazer os pedidos. Os livros foram escolhidos em escolas de 5ª série até o ensino médio em 2007 para o ano letivo de 2008. Ele admite que o site do FNDE já sofreu com sobrecarga de pedidos e passa por mudanças para facilitar o processo. [...] [*O Estado de S. Paulo*, 23/02/2008.]

Na mesma matéria, a Abrale, baseada em pesquisa que reuniu uma amostra aleatória no País, apresenta um índice de erros nos pedidos feitos pelas escolas de

25,6%, superior ao que havia sido identificado na auditoria interna feita pelo MEC. E, segundo declarações de José de Nicola Neto, presidente da entidade, os problemas que geram as suspeitas de fraude podem estar relacionados à falta de comprometimento dos diretores durante as etapas do processo que dependem de sua atuação:

[...] "Não há provas de que haja fraude para beneficiar alguma editora. Mas é preciso ter uma campanha de orientação para professores e diretores", diz. Ele conta que é comum um professor informar ao diretor qual livro prefere e ele não fazer o pedido ao MEC. Esse professor acaba fazendo uma denúncia de fraude porque não recebeu o livro que queria. Apenas o responsável pela escola recebe a senha para fazer os pedidos, mas deve consultar o corpo docente. "O MEC precisa exigir que o diretor justifique por que não fez a escolha, para saber se teve problemas ou se foi relaxo." [...] [*O Estado de S. Paulo*, 23/02/2008.]

Verifica-se que boa parte das justificativas dadas tanto pelo MEC, quanto pela Abrale, parece devolver o problema para as escolas.

Aspectos relacionados à falta de organização institucional para a realização da escolha de livros didáticos, também são apontados nas pesquisas citadas anteriormente (Batista e Costa Val, 2004; Santos, 2007). No entanto, mesmo quando na esfera municipal, diretores recebem orientações e planejam ações para assegurar a participação de todos os professores no processo, há evidências de que fraudes continuam ocorrendo:

Mensagem original<sup>24</sup>  
 De: [xxxxxx@xxxxx.xxx](mailto:xxxxxx@xxxxx.xxx)  
 Para: [xxxx@xxxxxx.xxx.xx](mailto:xxxx@xxxxxx.xxx.xx)  
 Assunto: escolha do livro didático  
 Enviada: 24/06/09 13:31

Boa tarde para vocês, pois para nós... Vejam só as novidades:  
 Dia 07 de junho nós diretores da rede nos reunimos para discutirmos a escolha do LD. Nessa reunião todos nós estudamos a estruturação do PNLD 2010, o Guia do Livro Didático, retirado da Internet – pois só hoje o correio resolveu entregá-lo nas escolas.  
 Nós diretores ficamos atentos para a chegada das **cartas amarelas**<sup>25</sup>, o que não ocorreu.

<sup>24</sup> Mensagem enviada por um diretor de um município do interior do Estado do Maranhão para a coordenadora de um programa de formação continuada de gestores, pouco antes do final do prazo de escolha dos livros didáticos do PNLD 2010.

<sup>25</sup> Conforme informações veiculadas no volume “Apresentação” do *Guia de Livros Didáticos* do PNLD 2010 a senha e o *login* para acessar o Sistema de escolha do livro didático são enviados às escolas, por meio de uma **Carta Amarela**. “É de inteira responsabilidade da direção da escola a guarda e o sigilo da senha e do *login*, sendo de extrema importância o cuidado com esses dados, para que não sejam utilizados para alterações indevidas durante o processo de escolha.” (p.17).

Nos reunimos hoje com a Secretária e descobrimos algo incomum: o carteiro disse que entregou as 40 cartas amarelas para uma mulher que disse ter se passado por funcionária da secretaria. Entramos em contato com o MEC e registramos boletim de ocorrência. Pelo que li sobre livros didáticos, penso que vamos receber o que for mais escolhido pelo Estado. Os diretores, graças a Deus, têm as atas assinadas por todos os professores com os códigos das coleções escolhidas, o que mostra que o nosso trabalho foi realizado. [Joilson - diretor de uma escola municipal do Estado do Maranhão]

O episódio narrado nessa mensagem – enviada poucos dias antes do término do processo de escolha dos livros do PNLD 2010 –, contrasta com as justificativas dadas anteriormente pelo MEC e pela Abrale para as denúncias de fraude feitas no final de 2007, as quais, segundo o próprio MEC, parecem ter se confirmado.

No 12º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro, realizado em abril de 2009, Reinaldo Estelles, então presidente da Comissão Especial de Julgamento e Normas de Conduta – FNDE, responsável pelo painel *Normas de Conduta - Programas do Livro - Portaria Normativa nº 7 de 05/04/2007 do Ministério da Educação*<sup>26</sup> apresentou os seguintes dados:

#### DENÚNCIAS PNLD 2008

198 ESCOLAS

NORDESTE – 151 ESCOLAS

BAHIA – 135 ESCOLAS EM 17 MUNICÍPIOS (0,8%)

(89 Escolas Região Teixeira de Freitas – BA)

SERGIPE – 11 ESCOLAS EM 3 MUNICÍPIOS ( 0,5 %)

PIAUÍ – 3 ESCOLAS EM 2 MUNICÍPIOS ( - %)

PARAÍBA – 2 ESCOLAS EM 2 MUNICÍPIOS ( - %)

NORTE – 46 ESCOLAS

PARÁ – 46 ESCOLAS EM 6 MUNICÍPIOS (0,4%)

CENTRO OESTE – 1 ESCOLA – CAMPO GRANDE –MS

[Apresentação em Power Point, *slide* 15, 29/04/09]

Verifica-se que os números apresentados nesse evento do FNDE superam a denúncia, também feita ao MEC, pela Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros), que apontava suspeita de fraude em 189 escolas [*O Estado de S. Paulo*, 23/02/08]. Além disso, as suspeitas parecem se confirmar diante das causas apontadas:

<sup>26</sup> *Slides* da palestra proferida por Reinaldo Estelles, 29/04/09. Disponíveis na Internet: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-encontros-do-livro-didatico>, em 2 jun. 2009.

## DENÚNCIAS PNLD 2008

## CAUSAS

- Falsificação de assinatura nos formulários
- Roubo de Senhas

## PROVIDÊNCIAS

- Esfera Policial – Registro de ocorrência
- Ministério Público – Denúncia
- Administrativa – Notificação. [Apresentação em Power Point, slide 16, 29/04/09]

Mas, que impacto esse tipo de interferência externa, que fere os dispositivos legais, pode ter na qualidade da participação dos professores na escolha dos livros didáticos – tanto no que se refere ao seu envolvimento durante processo, quanto à possibilidade de selecionar criticamente as coleções que desejam utilizar em suas salas de aula?

Conforme foi dito anteriormente, o livro é mercadoria e de sua comercialização dependem a subsistência do negócio e o lucro das editoras. As fraudes se tornam evidentes e as estratégias de *marketing* têm forte poder de convencimento, no entanto, se com isso os professores se deixam levar pelo que Munakata chama de “fetichismo da mercadoria do livro didático” ou se até mesmo assumem uma posição acrítica durante o processo de escolha das coleções do PNLD há de se pensar nas razões pelas quais isso ocorre:

O professor perde a dignidade não porque as editoras têm lucro, mas porque faltam políticas que restituam dignidade ao professor. Se o professor torna-se prisioneiro do fetichismo da mercadoria do livro didático, sem condições de criticá-lo, é porque a qualificação desse professor deixou há muito de ser prioridade da política educacional, que chega a delegar às editoras e aos autores a realização de cursos de capacitação de professores. Em suma, toda essa discussão sobre o lucro das editoras não passa de diversionismo. [1997, p.203]

Neste sentido, para além da discussão sobre o lucro das editoras ou sobre as obrigações e proibições da escola e das demais instituições que participam dos programas de distribuição de livros didáticos do governo federal, a questão que aqui se

coloca é: sob que condições os professores exercem a “inalienável liberdade de escolher os livros didáticos para suas turmas”?<sup>27</sup>

## **2.2 A gestão do processo de escolha de livros didáticos do PNLD na esfera municipal e no interior das escolas**

Conforme mencionado na Introdução a descrição de fatores relacionados à gestão do processo de escolha de livros didáticos do PNLD na esfera municipal circunscreve-se à rede de ensino de Guarulhos. A opção por esse município se deu pela possibilidade de analisar a escolha realizada em 2009, a partir de duas perspectivas:

- a das condições sob as quais os professores, independente do ano de escolaridade em que atuam, escolhem os livros didáticos para suas turmas;
- e, a do contexto em que se deu a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores que atuam em classes de 1º e 2º anos em função do processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos na rede municipal de ensino.

A seguir, são apresentadas análises relativas à primeira delas e, por esse motivo, a seleção dos sujeitos da amostra e das fontes de pesquisa não se restringe ao segmento que corresponde ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Para descrever aspectos da gestão do processo de escolha no município de Guarulhos com o objetivo de situar sua análise na relação com as práticas vivenciadas pelos docentes quando selecionam os livros didáticos para suas turmas foram utilizados como fontes: registros do diário de campo utilizado pela pesquisadora e entrevistas realizadas com professores, coordenadoras e diretoras das três escolas focalizadas durante do estudo<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Expressão utilizada por Francisco F. L. de Albuquerque, em um artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RIBEP). v.61 n.138, em 1976, para perguntar de que maneira os professores estariam exercendo a liberdade de escolher os livros didáticos para utilizar em suas salas de aula – questão feita há 34 anos, como parte de um “roteiro” que, conforme assinala Munakata, aponta para uma série de possíveis temas de pesquisa sobre livros didáticos (1997, p.35).

<sup>28</sup> Na Escola 1 o acompanhamento do processo de escolha se deu *in loco* e nas Escolas 2 e 3 por meio de entrevistas feitas com suas diretoras e coordenadoras.

Na tentativa de identificar as condições sob as quais o PNLD se realiza, tais fontes são cotejadas com a documentação federal referente à divulgação e à execução do PNLD e com aspectos verificados em algumas pesquisas realizadas nos últimos dez anos, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica (Batista, 2001; Cassiano, 2003; Batista, 2004; Costa Val et. al., 2004; Damasceno-Reis, 2006; Cassiano, 2007; Santos, 2007; Bunzen Junior, 2009)<sup>29</sup>.

Para a análise dos dados foram considerados fatores como:

- as ações que podem subsidiar a escolha dos livros didáticos, neste caso, a criação de canais de comunicação entre o PNLD, a escola e os professores e a formação de acervos de livros recomendados por esse programa;
- os limites e possibilidades de organização das escolas para a realização do PNLD, neste caso, o tempo destinado à seleção das obras e a gestão do processo de escolha nas escolas.

### **2.2.1 Subsídios para a escolha de livros didáticos**

No documento *Recomendações para uma política pública de livros didáticos* (Batista, 2001), resultado de um grupo de trabalho constituído pelo MEC para avaliar o desenvolvimento do PNLD, são elencadas sugestões para sua reformulação. Conforme mencionado anteriormente, o principal problema identificado pelo Ministério da Educação – o descompasso entre as suas expectativas e as escolhas dos professores – apontava para a necessidade de implementar políticas públicas que contemplassem tanto a formação dos docentes, quanto o fortalecimento profissional de sua ocupação (p.35).

Na primeira lista de recomendações formuladas em 2001, são apresentadas ações que apontam para essa direção visando *subsidiar a escolha de livros didáticos pelos professores*:

---

<sup>29</sup> As informações apresentadas nessas pesquisas correspondem a diferentes edições do Programa Nacional do Livro Didático: PNLD 1997/1998/1999/2000-2001 (Batista, 2001); PNLD 2001 (Batista, 2004); PNLD 2001 (Costa Val et.al., 2004); PNLD 2002 (Cassiano, 2003); PNLD 2002 (Damasceno-Reis, 2006); PNLD 2004 (Cassiano, 2007); PNLD 2004 (Santos, 2007); PNLD 2005 (Bunzen Junior, 2009). Conforme citado anteriormente, como neste capítulo priorizou-se a análise de aspectos gerais da gestão do processo de escolha de livros didáticos, optou-se por não restringir a seleção das fontes de pesquisa ao segmento que corresponde ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Recomenda-se: [...]

(iv) que sejam promovidas ações para subsidiar o processo de escolha do livro didático pelos professores:

- programas de capacitação para a escolha e o uso do livro didático, destinados aos docentes e técnicos dos sistemas educacionais e desenvolvidos em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino;
- elaboração de manual de orientação específico para ser utilizado durante o processo de escolha e nos programas acima referidos;
- criação de canais de comunicação entre o PNLD, de um lado, e a escola e os professores, de outro, no que diz respeito à escolha e ao uso do livro didático;
- apoio à formação, pelos municípios, de acervos de livros didáticos recomendados pelo PNLD, para possibilitar uma escolha fundamentada não apenas no *Guia de Livros Didáticos*, mas também no exame e análise das próprias obras; [...]. [Batista, 2001, p.36]

Uma das recomendações diz respeito à criação de canais de comunicação entre o PNLD, a escola e os professores.

Na avaliação da equipe responsável pelo desenvolvimento do PNLD em Guarulhos um dos principais problemas enfrentados nos últimos anos refere-se ao registro dos livros escolhidos no sítio do FNDE. Segundo as coordenadoras do Doep, Rita e Betina: “os livros escolhidos não são recebidos, também em função de equívocos durante o preenchimento dos pedidos no sistema”. Em seu depoimento, explicam que até a edição 2007 do PNLD os comunicados do MEC sobre o processo de escolha de livros didáticos eram enviados diretamente às Diretorias de Ensino do Estado<sup>30</sup> ou às escolas. E, afirmam que, em sua maioria, os diretores tinham acesso às informações por meio de material promocional impresso enviado pelas editoras.

Ao analisar o *Guia do Livro Didático* do PNLD 2007 verifica-se que tais informações foram veiculadas. No caderno *Apresentação*, há, por exemplo, explicações detalhadas sobre os procedimentos referentes à solicitação dos livros ao FNDE:

Instruções para preenchimento do Formulário de Escolha (Carta - Resposta - FNDE) para o PNLD/2007:

1. Confiram os dados da escola constantes no formulário “Carta-Resposta - FNDE”;

---

<sup>30</sup> Diretoria de Ensino – Região Guarulhos - Sul e Diretoria de Ensino – Região Guarulhos – Norte.

2. Leiam o Guia do PNLD/2007, Formulários e Caderno de Apresentação;
  3. Preencham os dados solicitados no formulário “Carta - Resposta - FNDE” (Local, data, nome, CPF e assinatura do responsável pela escola);
  4. Façam a escolha de 1a e 2a opção. A 2a opção serve como alternativa no caso de não ser possível a compra, pelo FNDE, da 1a opção. Por isso, as opções devem ser de Editoras diferentes;
  5. Antes de colarem as etiquetas auto-adesivas no formulário “Carta-Resposta - FNDE” confirmem, atentamente, se a etiqueta destacada refere-se à coleção escolhida;
- [...]
12. Atenção! As opções do componente curricular não preenchidas com as etiquetas auto-adesivas não serão atendidas.
  13. Não serão aceitas escolhas feitas por meio de ofício, fax e etc.  
A Escola que não deseja receber livros de 1a a 4a série deve devolver o formulário “Carta-Resposta - FNDE” assinado, e sem colar as etiquetas.  
[...] [BRASIL, 2006. *Guia de Livros Didáticos* – PNLD 2007, p. 37-38].

Se as informações sobre o processo de escolha do PNLD 2007 estavam à disposição das escolas, por que, segundo depoimento da equipe da secretaria de educação, seus diretores se equivocaram durante a formalização das solicitações ao FNDE?

Em 2009, pouco antes do início do período de escolha do PNLD 2010, foi possível acompanhar uma reunião entre as coordenadoras do Doep - Rita e Betina - e todos os diretores da rede municipal <sup>31</sup>, com o objetivo de orientar o processo de seleção dos livros didáticos:

A coordenadora do Doep, Rita, inicia a reunião explicando que o encontro estava previsto para a primeira quinzena de maio, mas que isso não ocorreu em função do seminário promovido pelo MEC, realizado dias 25 e 26/5/09 - ocasião em que foram dadas orientações aos municípios sobre o processo de escolha do PNLD 2010. [Diário de campo da pesquisadora, 3/06/09]

Ao justificar o motivo pelo qual a reunião estava sendo realizada apenas cinco dias antes do início do processo de escolha (8/06/10), a coordenadora assinala que algumas informações já haviam sido divulgadas e esclarece que muitas das ações não

---

<sup>31</sup> Reunião realizada dia 3/06/09, da qual participaram 60 diretores de escolas municipais de Guarulhos. O restante do quadro de diretores participou do encontro realizado no dia seguinte, 4/06/09.

dependiam apenas do município – possivelmente referindo-se a data do seminário promovido pelo MEC, do qual participou como representante da secretaria de educação.

Sei que o prazo está apertado. Mas essa não é a primeira vez que isso é tratado. Vamos fazer uma linha do tempo: foram enviadas cartas circulares, memorandos e, dia 30 de abril, o Secretário anunciou que o *Guia* já estava no site do MEC. É que tem aspectos que não dependem da articulação municipal. [coordenadora Rita, 3/06/09]

Ao analisar os registros feitos durante a realização da reunião é possível verificar que, até o momento de sua realização, os diretores tinham poucas informações e possuíam níveis diferentes de conhecimento sobre o PNLD. Suas perguntas vão desde aspectos operacionais do Programa, até restrições relativas à seleção dos livros.

- Os livros vêm com carimbo do MEC?
- Há prazo diferente para o estado de São Paulo?
- Se escolhermos a coleção toda, do 1º ao 5º ano, da mesma editora, bloqueia o sistema?
- Haverá livros de História e Geografia de Guarulhos?
- Podemos não escolher livros de História e Geografia? [A diretora justifica dizendo que os professores não usam.]
- Podemos continuar usando livros dos anos anteriores?
- Se eu escolho uma coleção para Língua Portuguesa tenho que escolher a mesma para Matemática? [Diário de campo da pesquisadora, 3/06/09]

Mas, tais informações também aparecem no *Guia de Livros Didáticos* do PNLD 2010 que, segundo notícia divulgada pela Assessoria de Comunicação Social do FNDE, estava à disposição das escolas desde meados do mês de abril de 2009:

Guia do livro didático já está na Internet

Professores e diretores das escolas públicas de ensino fundamental já podem começar a analisar quais são os livros didáticos mais adequados para seus alunos usarem a partir de 2010. Está disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e *Guia do Livro Didático*, com o resumo das obras selecionadas para o Programa Nacional do Livro Didático. [...]. [Assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (ASCOM-FNDE). Brasília, 16/04/2009.]

Pode-se inferir que o que ocorreu em 2006 – segundo relato da coordenadora Rita – repetiu-se em 2009. Ou seja, que os diretores, até a realização das reuniões

promovida pelo Doep, só tinham à disposição as informações veiculadas nos materiais promocionais enviados pelas editoras. No entanto, em outro trecho da reunião, verifica-se que o que se repete é um problema já apontado em pesquisas realizadas em edições anteriores do PNLD (Batista, 2004; Santos 2007)<sup>32</sup>:

No momento em que a coordenadora avisa que o *Guia* já está disponível no sítio do FNDE, os diretores presentes começam a se queixar e apenas dois confirmam já ter recebido a versão impressa pelo correio. [Diário de campo da pesquisadora, 3/6/09]

Tal informação parece se confirmar em trechos de entrevistas realizadas com as coordenadoras das escolas focalizadas nesta pesquisa após o término do processo de escolha:

O *Guia*... chegou há uns 10 dias. Veio pelo correio. Nunca tinha vindo também! [...] É, o *Guia* chegou depois da escolha... Então, nós olhamos catálogo de editora. Eu até liguei pra editora da coleção Projeto Prosa, pra perguntar do livro de Ciências, porque não tinha. No catálogo não tinha esse livro e eu liguei pra confirmar... E a atendente falou que ele realmente não tinha entrado nesse PNLD... [coordenadora da Escola 2, 6/07/09]

Em 2006 eu tive mais dificuldade, talvez pela minha inexperiência... E também porque eu não tive tanto material em mãos. Eu tinha praticamente os catálogos das editoras, as informações que eu via na televisão e os poucos livros que vinham pra manusear... Tinha só algumas coisas... Em 2006 o *Guia* não chegou... Esta foi a primeira vez que eu peguei o *Guia* na mão... Mas, o que aconteceu: nós só recebemos o *Guia* no dia 24 de junho... Eu até anotei o dia em que eu recebi, porque eu pensei: gente... [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Verifica-se que, ao menos nas escolas focalizadas neste estudo, os educadores continuam utilizando os materiais enviados pelas editoras como fonte de informação e de referência para a operacionalização e escolha dos livros didáticos, mas não, necessariamente, por preferirem esses ao *Guia*. O que seus relatos sugerem é que um

---

<sup>32</sup> Segundo Batista (2004), no PNLD 2001, “dos professores que não consultaram o *Guia*, apesar de ele estar disponível, 19% chamaram atenção para os prazos exíguos entre a chegada do *Guia* às escolas e o envio da escolha ao FNDE [...] (p.40). E na pesquisa realizada por Santos (2007), que durante parte da pesquisa empírica presenciou o início do PNLD 2007, foi identificado que “nem os Guias dos Livros Didáticos haviam sido entregues até aquele momento” (p.116).

dos principais “canais de comunicação entre o PNLD e as escolas”, não tem cumprido os objetivos a que se propõe.

Além disso, ter o *Guia* à disposição na Internet desde o dia 16/04/09 parece não resolver o problema – nem em um município da Grande São Paulo onde, supostamente, todas as escolas têm condições de acesso:

[...] Podia ter buscado o *Guia* na Internet, mas é pior, porque você não consegue se conectar... Cai a conexão muitas vezes. [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Foi, portanto, em uma reunião realizada dias antes do início do processo de escolha do PNLD 2010, que os diretores das escolas de Guarulhos tiveram acesso a informações que poderiam modificar qualitativamente o quadro exibido nos últimos anos – descrito nas pesquisas citadas anteriormente.

Conforme é possível observar, foi nessa reunião que, tanto questões operacionais, quanto pedagógicas puderam ser discutidas com os gestores de cada uma das unidades escolares.

Em parte da reunião, são discutidos temas relacionados à operacionalização do registro das escolhas feitas e ao processo de recebimento dos livros escolhidos: recebimento e uso da senha de acesso aos formulários no sítio do FNDE, preenchimento dos pedidos, assinatura de termo de acordo – nos casos em que a equipe escolar decidir pela não participação no processo de escolha –, procedimentos relativos à alteração de escolhas já registradas, recebimento de carta que informa os títulos e os quantitativos adquiridos para a escola, procedimentos de conferência dos livros recebidos. [Diário de campo da pesquisadora, 3/06/09]

Questões de ordem pedagógica também estão presentes na pauta: a coordenadora faz perguntas aos diretores e propõe uma ‘reflexão’ sobre critérios de escolha de um livro didático: “o que pretendemos do livro didático? Por que faço opção por determinada coleção? Que critérios utilizo? A quem se destina? Quem é o meu aluno? Qual é a realidade da minha escola? O livro é compatível com o projeto pedagógico da minha escola? É possível reconhecer no livro aspectos do quadro de saberes as rede?” [Diário de campo da pesquisadora, 3/06/09]

O uso do *Guia de Livros Didáticos* e a realização de reuniões com as equipes escolares que orientem a realização do processo de escolha não são ações excludentes.

Mas, o que se pôde verificar foi que, em Guarulhos, ao menos nos casos focalizados, apenas a última delas parece ter sido “o canal de comunicação entre o PNLD a escola”:

Não veio o *Guia* impresso, mas na formação que tivemos lá no Adamastor<sup>33</sup>, as coordenadoras do PNLD falaram algumas coisas, deram informações. Elas nos deram aquele impresso, que mostrava como era a página do *site* para a escolha. Elas explicaram bem. Foi bom para as escolas que estavam com problemas na Internet. [coordenadora da Escola 1, 22/06/09]

A utilização do *Guia*, quando identificada, restringe-se à consulta dos códigos das obras para checar se as coleções enviadas pelas editoras haviam sido aprovadas e para registrar o pedido no sítio do FNDE – fato também verificado na pesquisa de Batista (2004), no quadro do PNLD 2001.

Bom, o *Guia* impresso não chegou até agora. Eu imprimi o sumário para ter certeza de que as coleções que estavam chegando realmente faziam parte do PNLD, porque às vezes eles mandam livros que não foram indicados pelo MEC. [coordenadora da Escola 1, 22/06/09]

Para lançar os livros no sistema eu imprimi a primeira parte do *Guia*. Eu tinha anotado os números que estavam nas capas dos livros, mas achei melhor conferir para não ter nenhum erro. [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Não tive dificuldade para localizar os códigos dos livros, porque vinha escrito bem grande, na capa. No *Guia* também tinha. Eu dei uma conferida e não tinha problema não. É o mesmo número para a coleção toda, né? [coordenadora da Escola 2, 6/07/09]

Em edições anteriores do PNLD também há evidências de que assim como ocorreu em 2009 nessas três escolas de Guarulhos – ainda que por razões diferentes – apenas diretores e coordenadores tiveram acesso ao *Guia de Livros Didáticos*.

No PNLD 2001, apesar de sua presença na escola, um dos motivos da não utilização do *Guia* pelo professores “diz respeito à ação de diferentes agentes da hierarquia escolar – supervisores, diretores ou coordenadores de área” – que não o teriam difundido (Batista, 2004, p.39). E, no PNLD 2004, segundo Santos (2007), seu uso restringiu-se à equipe de coordenadores da escola, que realizava uma avaliação inicial das resenhas para separar os livros a serem analisados pelos professores.

---

<sup>33</sup> Centro de Educação Municipal Adamastor.

E os professores? Preferem a análise dos livros à leitura das resenhas do *Guia*?

Docentes que participaram do PNLD 2001 disseram que sim. Na pesquisa feita por Batista parte dos professores declarou preferir a análise direta dos livros mesmos (2004, p.37).

A afirmação da preferência pela consulta direta às obras pode vir mesclada a uma afirmação de avaliação criteriosa e independente, realizada de acordo com fatores ligados ao contexto da escola e do professor, que não seriam considerados pela avaliação ministerial [...]. [Batista, 2004, p.38]

Fatores relacionados à autonomia do professor e à ameaça a essa autonomia também são percebidos no depoimento da coordenadora de uma das escolas de Guarulhos quando justifica a preferência dos professores pela análise dos livros:

Nós comentamos o seguinte: lá nas resenhas tem a opinião daquela pessoa que avaliou o livro. É assim: você analisa esse livro de um jeito e eu analiso de outro. Tudo bem, os critérios são iguais, mas você concorda que tem a particularidade de quem escreveu a resenha? Então, eu acho que não ter usado o *Guia* não prejudicou a escolha, porque aqui o que contou mesmo foram os critérios do grupo de professores... Olhando, manuseando os livros... Se a gente não tivesse recebido, a gente teria entrado em contato com outras escolas que tivessem as coleções do PNLD. [coordenadora da Escola 1, 22/06/09]

Verifica-se que a diferença entre os critérios formulados pela avaliação ministerial e aqueles utilizados pelos professores também parece ter sido um dos motivos pelos quais os docentes deixam de utilizar o *Guia de Livros Didáticos*. E isso também é apontado na pesquisa realizada por Bunzen Junior (2009), quando descreve a escolha de livros de Língua Portuguesa, em 2004:

Percebemos, confirmando os resultados da pesquisa realizada por Batista (2003), que a diversidade textual e os tipos das atividades tiveram um papel decisivo na escolha do LDP para esse grupo. [...] Seguindo tal raciocínio, é coerente também a preferência das professoras pela análise / consulta direta aos livros, pois há pouca descrição e/ou comentários sobre a natureza das atividades nas resenhas escritas pelos avaliadores e veiculadas no *Guia Nacional do Livro Didático*. [Bunzen Junior, 2009, p.77]

Nos últimos anos, a análise direta dos livros parece ter sido, portanto, a principal estratégia utilizada pelos professores para selecionar as obras aprovadas pelo PNLD. O que foi constatado no PNLD 2001 se repete no PNLD 2005 e pode ser identificado também, no PNLD 2010, quando as coordenadoras das escolas selecionadas para a realização desta pesquisa explicam como organizaram os espaços durante o processo de escolha:

À medida que a gente foi recebendo os livros, eles ficaram por aqui, na sala dos professores. Eu tive até que pegar outra mesa... Então, todos os dias eles podiam pegar os livros para analisar. Cada dia um professor pegava livros de uma área. [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Bem, depois que chegaram todos os livros e catálogos eu montei tudo na sala de vídeo, por editora, separando os do 1º ano, os do 2º ano. Os professores iam até lá na hora-atividade, olhavam, manuseavam... Deixei eles olhando e analisando, livremente. Foi assim, durante quase uma semana. [coordenadora da Escola 2, 6/07/09]

Eu fui colocando as coleções aqui na sala dos professores. As que couberam, ficaram sobre a mesa e as outras ficaram nas caixas. Depois a gente trocava. Primeiro eu tinha separado tudo por ano, depois eu vi que era melhor separar por coleção e também por área do conhecimento, pra facilitar. As professoras tinham liberdade para manusear. [coordenadora da Escola 1, 22/06/09]

Destaca-se, portanto, a existência de livros à disposição dos professores durante o processo de escolha.

Conforme outra recomendação feita pelo MEC, em 2001, a formação de acervos de livros didáticos recomendados pelo PNLD deve ter apoio dos municípios, para possibilitar uma escolha fundamentada não apenas no *Guia de Livros Didáticos*.

Em Guarulhos, ao menos nas escolas onde trabalham as coordenadoras citadas anteriormente, tal apoio também parece ter sido dado pelas editoras que tiveram coleções aprovadas no PNLD 2010.

A pesquisa coordenada por Costa Val, citada no capítulo anterior, constata que, “o fator efetivamente decisivo na seleção e encomenda de livros didáticos é a influência das editoras nas escolas e nas redes de ensino” (Costa Val et.al., 2004, p.84).

Abusos, como os que foram identificados no PNLD 2004 e apontados por Cassiano (2007), foram o alvo da Portaria Ministerial de 5/04/07. Conforme mencionado anteriormente, desde então, durante o período de escolha, a divulgação por meio do envio de livros, catálogos e outros materiais, só pode ser feita por remessa postal.

No entanto, em 2009 – dois anos depois de sua publicação, em duas das escolas focalizadas neste estudo, foi possível registrar os seguintes depoimentos:

Teve editora que telefonou, teve gente que veio... A Ática e a SM foram as que vieram mais... Trouxeram os livros, umas canetinhas... Os outros livros vieram pelo Correio mesmo. [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Bom, o que veio de representante de editora, você não pode imaginar... Foi pior que em todos os anos... Ofereceram até mapa. Era assim, eles entravam, eles ligavam. Era toda hora. Parecia urubu em cima de carniça. Você não tem ideia, nunca vi tanto representante. As editoras que estavam no *Guia* mandaram... a Saraiva, a Ática, a Editora do Brasil... As maiores, com certeza! [coordenadora da Escola 2, 6/07/09]

Verifica-se que, conforme relatam essas coordenadoras, ao menos em suas escolas, a presença de divulgadores parece ter sido constante durante o processo de seleção dos livros do PNLD 2010. E, segundo elas, principalmente aqueles que trabalham em grandes editoras.

Na Escola 1, além das entrevistas, foi possível realizar um levantamento das coleções as quais os professores tiveram acesso, bem como da forma utilizada para a entrega desse material. No Quadro 2.1 são apresentadas, como exemplo, a relação das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística:

**Quadro 2.1**  
**Coleções de livros didáticos Letramento e Alfabetização Linguística**  
**PNLD 2010**

Editora	Coleção	Enviada para a Escola 1	Forma de entrega dos livros
Ática	Alfaetra - Letramento e Alfabetização Linguística	Não	---
	Aprendendo Sempre - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
	Construindo a Escrita - Letramento e Alfabetização Linguística	Não	---
	Pensar e Viver - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
Base Editora e Gerenciamento Pedagógico	Vivenciando a Linguagem	Não	---
Dimensão	A Aventura da Linguagem	Sim	Remessa postal
Edições Escala Educacional	Conhecer e Crescer - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
	Infância Feliz - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
Editora do Brasil	Novo Bem-Me-Quer - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
FTD	A Grande Aventura	Sim	Remessa postal
	L.E.R. - Leitura, Escrita e Reflexão	Sim	Remessa postal
	Porta Aberta - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
Positivo	Hoje é Dia de Português	Sim	Remessa postal
	Linhas & Entrelinhas	Sim	Remessa postal
Saraiva Livreiros Editores	Leitura Expressão Participação - Letramento e Alfabetização Linguística	Não	---
	Projeto Prosa - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Remessa postal
	Língua e Linguagem - Letramento e Alfabetização Linguística	Não	---
Saraiva Livreiros Editores	Português: Linguagens – 3	Sim	Remessa postal
Scipione	A Escola é Nossa - Letramento e Alfabetização Linguística	Sim	Entregue em mãos pelo divulgador da editora

É possível notar que, no caso das coleções apresentadas como exemplo, a maioria das editoras assegurou a presença de exemplares na Escola 1 e que, apenas uma delas foi entregue pessoalmente por um de seus representantes – fato que contrasta com os depoimentos citados anteriormente.

A presença de livros nas escolas, enviados pelo correio ou entregues por divulgadores das editoras, bem como a influência desse aspecto nas decisões tomadas pelos professores quando escolhem as coleções aprovadas pelo PNLD para suas turmas, serão aprofundadas no último capítulo.

De qualquer forma, a existência de um acervo de livros nas escolas que, conforme recomendação do próprio Ministério possibilita o exame e análise das próprias obras, continua sendo uma reivindicação dos professores.

Pois, segundo a diretora da Escola 1, o fato de as editoras terem enviado as coleções aprovadas no PNLD 2010 foi destacado como aspecto facilitador do processo de escolha realizado em 2009:

O que facilitou e, o que eu achei muito interessante, foi que este ano a gente recebeu muitos livros. Não ficou aquela coisa de ficar olhando só os catálogos. Poder manusear os livros é importante, porque nos catálogos a editora só vai falar bem do livro, né? Eu acho que a quantidade de livros para observar, manusear, foi um ponto positivo. [diretora da Escola 1, 22/06/09]

### **2.2.2 Limites e possibilidades de organização do processo de escolha nas escolas**

Conforme mencionado anteriormente, na perspectiva do Ministério da Educação (Batista, 2001), a insuficiência da formação docente é apontada como uma das causas do “descompasso entre a avaliação do PNLD e as opções dos professores”. No entanto, além disso, segundo o MEC, o próprio processo de escolha dos livros didáticos: “desenvolvido num prazo de tempo exíguo e, em geral, sob condições pouco adequadas” também pode explicar tal descompasso (p.33).

Para além da discussão sobre a qualidade das escolhas feitas pelos docentes, fatores como o tempo e a gestão do processo de seleção dos livros didáticos nas escolas para a realização de todas as etapas previstas e orientadas pelo PNLD, ganham peso acentuado quando se ‘dá voz’ aos professores que participaram desse processo nos últimos anos.

Na pesquisa realizada por Batista (2004), ao explicarem os motivos pelos quais o *Guia de Livros Didáticos* do PNLD 2001 não havia sido consultado, os docentes da amostra já chamavam atenção para “as dificuldades existentes na escola para dispor do tempo necessário à análise e discussão de obras” (p.40).

As mesmas dificuldades também podem ser identificadas na análise feita por Cassiano (2003) a partir dos depoimentos de professores entrevistados na investigação realizada no quadro do PNLD 2002:

estes depoimentos nos apontam que, com frequência, as práticas de seleção do livro didático efetivadas no interior da escola, não são feitas num tempo adequado” [Cassiano, 2003, p.123].

E, tanto no PNLD 2004, quanto em sua edição 2005, as análises realizadas, respectivamente, por Santos (2007) e Bunzen Junior (2009), trazem evidências de sua recorrência:

[...] os entrevistados identificam as necessidades de organização do tempo e espaço próprios para a realização do processo de escolha do PNLD [...] Esses sujeitos mencionam, assim, que deveria ser garantida a participação de todos os professores da escola, de uma forma organizada e programada, inclusive em calendário escolar. [Santos, 2007, pp.97-98]

Sem contar com um dia ou um período específico para a escolha dos livros, as professoras utilizaram as breves reuniões de HTPC, o tempo do intervalo na sala dos professores e os intervalos de um curso de formação continuada [...] para decidir quais seriam suas opções de livro didático para a disciplina “Português” [...]. [Bunzen Junior, 2009, p.76]

No caderno Apresentação do *Guia de Livros Didáticos* do PNLD 2010, há um roteiro com sugestões para que os professores se organizem durante o processo de escolha:

1. Para começo de conversa...

[...] apresentamos um conjunto de lembretes e dicas que, por meio da leitura dos textos do *Guia*, tornem mais ágil e proveitoso esse processo de escolha. O objetivo final é um só: colaborar para que o processo seja organizado, coletivo e consciente, em vez de um exercício apressado, solitário e irrefletido diante de uma lista de títulos. [...] [BRASIL, 2009. *Guia de Livros Didáticos* – PNLD 2010, p. 8].

Conforme esse roteiro para que a escolha “reflita melhor a realidade da escola” e seja adequada ao trabalho que a equipe de professores realiza é necessário que os professores:

- se reúnam em grupos (por disciplina ou turno) para leitura e discussão do *Guia*;
- busquem os horários mais adequados no cronograma já previsto pela escola para planejamento e discussão coletiva;
- e que o debate sobre as obras seja conduzido de forma democrática.

Para a realização de uma escolha “o mais bem sucedida possível” sugere-se que a equipe formule questões antes da leitura do *Guia* a partir da avaliação das coleções que estavam em uso até o momento:

[...] antes de ler, *façam ao Guia as perguntas que vocês querem ver respondidas, em relação ao que cada livro pode oferecer*. [Por que escolher as coleções? O que pretendemos dos Livros Didáticos? Por que a coleção X? Para quê? Para quem? Com que conseqüências práticas possíveis?]. [...] [BRASIL, 2009. *Guia de Livros Didáticos* – PNLD 2010, p. 11].

A partir das respostas obtidas nessa primeira rodada são sugeridas novas questões para guiar a análise das resenhas das obras:

[...] *O LD em análise é compatível com:* - as conquistas propiciadas pelas pesquisas em aprendizagem [...] - o projeto pedagógico e curricular da escola? - a flexibilidade para as explorações diversificadas que o uso coletivo demanda? - a infra-estrutura (equipamentos, recursos) e as condições de trabalho de que vocês podem dispor? - as possibilidades de articulação e de trabalho conjunto propiciadas por sua escola? [...] [BRASIL, 2009. *Guia de Livros Didáticos* – PNLD 2010, p. 12].

Além disso, pede-se que a seleção dos conteúdos, sua organização em uma sequência, o tratamento didático dado a eles sejam analisados frente ao projeto e ao currículo da escola para a disciplina em questão.

A concretização de todas as ações sugeridas acima depende, em grande medida, das possibilidades reais de organização das escolas para tal.

Em relação ao tempo destinado para a escolha, segundo Cassiano (2003, p. 122) “é prudente considerar as diferenças entre os processos de avaliação em nível federal” – que vão da publicação do edital do PNLD até a divulgação do *Guia de Livros Didáticos* – “e o da escolha dos docentes”.

Em 4/06/09, o sítio do FNDE noticiou o início do processo de escolha dos livros do PNLD.

## Escolha de livros didáticos começa na segunda-feira

A partir de 8 de junho, tem início o período de escolha de um dos maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), financiado e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), irá oferecer obras para alunos do 1º ao 5º ano da rede pública de ensino fundamental. Professores e diretores terão até o dia 28 deste mês para optar pelos livros que serão usados de 2010 a 2012 [...] [Assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (ASCOM-FNDE). Brasília, 4/06/2009.]

Na edição 2010, os professores de Guarulhos dispunham de 52 dias para efetivá-la<sup>34</sup>.

De qualquer forma, observa-se que há diferenças entre os prazos estipulados pelo PNLD e o que de fato se concretiza nas escolas – conforme parece indicar o depoimento da professora Madalena, que leciona em uma das três escolas, onde foi possível acompanhar *in loco* todo o processo:

O *Guia* não chegou a tempo. Eu acho que a gente teve pouco tempo para olhar tanto material. Eles deveriam dar um jeito de disponibilizar mais cedo. As resenhas deveriam chegar para o professor de forma mais fácil, porque a gente tem que ler tudo, tem que pesquisar tudo e não dá tempo! [professora Madalena da Escola 1, 6/12/09]

O tempo para a escolha, programado pelo PNLD – neste caso, 52 dias letivos – parece não corresponder ao tempo percebido pelos professores envolvidos no processo.

A análise detalhada das etapas de sua realização em Guarulhos parece evidenciar fatores relacionados a mais esse *descompasso*.

Da publicação do *Guia* do PNLD 2010 (16/04/09) até o início do processo de escolha (8/06/09) houve um intervalo de 34 dias letivos – tempo em que os professores dos anos iniciais do EF, por exemplo, poderiam se organizar para realizar as etapas orientadas no referido documento a fim de definir as coleções de didáticos selecionadas como primeira e segunda opções. No entanto, conforme descrito anteriormente, houve problemas com a Internet e as versões impressas do *Guia* chegaram às escolas pouco antes do término do prazo para a efetivação dos pedidos ao FNDE.

<sup>34</sup> Considerando os dias letivos – desde a divulgação do *Guia* no sítio do FNDE (16/04/09) até a prorrogação do prazo para o registro dos pedidos de livros na Internet (5/07/09).

O principal canal de comunicação entre o PNLD e as escolas municipais de Guarulhos parece ter sido, portanto, a realização de reuniões com seus diretores, dias 3 e 4/06/09 – as quais, por sua vez, só puderam se efetivar depois que representantes do município receberam orientações em um seminário promovido pelo MEC dias 25 e 26/05/09<sup>35</sup>. Até então, as informações sobre o processo de escolha do PNLD 2010 eram extraoficiais, em alguns casos, divulgadas nos materiais enviados pelas editoras às escolas.

Com isso, infere-se que em Guarulhos, do período previsto pelo PNLD para a realização de todo o processo de escolha restavam, até aquele momento, 18 dias letivos.

Esse prazo tende a reduzir-se ainda mais com a divulgação do *Concurso Escolha Premiada – PNLD 2010*, que incentivou as escolas a efetivarem todo o processo até dia 21/06/09, a fim de evitar o *congestionamento no sistema* – conforme esclarece seu regulamento:

#### REGULAMENTO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por intermédio da Coordenação-Geral dos Programas Livro (CGPLI), torna pública a realização do Concurso ESCOLHA PREMIADA – PNLD 2010.

Esta ação tem como objetivo incentivar a efetivação da escolha dos livros didáticos para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010 nas duas primeiras semanas do período de escolha, visando evitar o congestionamento do sistema na terceira e última semana. O prazo total para a escolha é de 8 a 28 de junho de 2009.

##### 1. DO OBJETO

1.1. O presente regulamento estabelece as normas pertinentes ao Concurso e à premiação para as Unidades da Federação (UFs) que obtiverem o maior percentual de escolas que registrarem a escolha completa do PNLD 2010 no sistema informatizado nas duas primeiras semanas, ou seja, de 0h do dia 08/06/2009 às 23h59min do dia 21/06/2009.

[...]

##### 3. DA PREMIAÇÃO

3.1. Em cada categoria, a equipe responsável pelo PNLD na Secretaria Estadual (ou Distrital) de Educação será premiada com uma coleção de livros de literatura do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

---

<sup>35</sup> Também vale destacar que o *12º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro* – cuja programação divulgava a realização dos Painéis *A Escolha do PNLD 2010 – Enfoque Pedagógico, Normas de Conduta, Desfazimento do Livro Didático*, entre outros - realizou-se no Rio de Janeiro entre os dias 27 e 30/04/09, período posterior a divulgação do *Guia de Livros Didáticos* no sítio do FNDE.

2009, contendo 559 livros, e com certificados de primeira colocação correspondentes. [FNDE / MEC, 26/05/09<sup>36</sup>]

Em Guarulhos, as equipes escolares que quisessem participar do concurso teriam, portanto, oito dias letivos para realizar todo o processo de escolha dos livros didáticos de Língua Portuguesa / Letramento e Alfabetização, Matemática, Ciências, História e Geografia do PNLD 2010.

Segundo o depoimento da coordenadora da Escola 3, sua equipe conseguiu concluir a escolha em uma semana.

Nós escolhemos tudo. Todas as áreas da mesma coleção como 1ª opção. Concentramos tudo em uma semana, porque as caixas com os livros chegam aos poucos. [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Neste caso, o tempo não parece ter sido definido em função da participação da escola no *Escolha Premiada*.

Em todo caso, se o objetivo dessa ação da Coordenação Geral dos Programas do Livro era evitar o congestionamento do sistema informatizado, verifica-se que, ao menos nas escolas focalizadas neste estudo, ele parece não ter sido atingido:

Eu fiz bem no início, dia 10... a escolha e a ata. Mas eu tive que lançar na minha casa, na hora do almoço, porque a Internet não funcionou. Entrava, rodava, rodava e não ia. Era humanamente impossível. [coordenadora da Escola 2, 6/07/09]

Nós só conseguimos lançar a escolha no sistema dia 30. Olha, nós fizemos assim: tentamos praticamente todos os dias, até dez e meia da noite e nada. Isso antes do prazo. E quando foi lá pelo dia 28 ligaram da secretaria de educação perguntando 'por que a gente ainda não tinha escolhido' e eu falei que a gente não estava conseguindo. Isso foi no dia 28. No dia 29 a noite eles tornaram a ligar e daí avisaram que tinham prorrogado o prazo para dia 2. Mesmo assim, a gente continuou tentando, tentando, tentando... Você conectava, entrava a primeira página e caía. Nós chegamos numa página, mas deu pra lançar só o primeiro livro daí caiu de novo. Aí eles orientaram a gente a entrar de madrugada. Mas não tinha como, né? Eu não tenho computador na minha casa, a secretária da escola também não tem. Então alguém ia ter que vir aqui de madrugada, porque tinha que lançar... Nós até pedimos

---

<sup>36</sup> Regulamento do Concurso Escolha Premiada 2010. Texto disponível na Internet: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/pnld-consultas>, em 3 jul. 2009.

pra uma professora que tem Internet digitar os pedidos na casa dela... Olha o esquema... Mas quando foi dia 30, lá pelas duas horas nós conseguimos entrar. Deu certo, mas demorou muitos dias! [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Conforme depoimentos dessas coordenadoras, as escolas acompanhadas nesta pesquisa parecem ter enfrentado problemas para registrar as coleções escolhidas, mesmo com a iniciativa promovida pelo FNDE.

Além disso, as prorrogações consecutivas do prazo para o término do processo de escolha dão indícios de que as dificuldades de acesso ao sistema informatizado do PNLD 2010 podem não ter sido exclusivas dessas escolas municipais.

#### Escolha do livro didático é prorrogada para 2 de julho

Professores e diretores da rede pública de ensino fundamental têm até o dia 2 de julho para selecionar os livros didáticos que serão usados por alunos do 1º ao 5º ano nos próximos três anos, de 2010 a 2012. Devido ao grande volume de acesso ao sistema de escolha, disponível em [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prorrogou o prazo final de 28 de junho para 2 de julho [...]. [Assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (ASCOM-FNDE). Brasília, 25/06/09]

#### Prazo para escolha do livro didático termina neste domingo

Foi prorrogado até 23h59 do próximo domingo, 5 de julho, o prazo para que diretores e professores da rede pública do ensino fundamental façam a escolha dos livros didáticos que serão utilizados por alunos do 1º ao 5º ano no período de 2010 a 2012. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decidiu estender o período – que terminaria amanhã, dia 2 – para que todas as escolas possam exercer o direito de selecionar as obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) [...]. [Assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (ASCOM-FNDE). Brasília, 1/07/09]

Para além das dificuldades enfrentadas para concluir o processo de escolha dos livros didáticos do PNLD, o que se constata é que o fator tempo continua sendo um dos entraves para sua efetivação nas escolas – conforme ilustra o Quadro 2.2:

**Quadro 2.2**  
**Tempo para a realização do processo de escolha de livros didáticos**  
**PNLD / 2010 - Guarulhos 2009**

Cronograma - PNLD / 2010		Tempo para realização do processo de escolha nas escolas
Publicação do Guia de Livros Didáticos no sítio do FNDE	16/04/2009	52 dias letivos
Início do processo de escolha dos livros didáticos	8/06/2009	34 dias letivos
Prazo final para o registro das escolhas no sítio do FNDE	5/07/2009	18 dias letivos
Prazo final para o registro das escolhas para participantes do Concurso Escolha Premiada	21/06/2009	8 dias letivos (*)

(\*) Da data de início do processo de escolha dos livros didáticos.

A realização de uma escolha “o mais bem sucedida possível”, preconizada pelo roteiro dado como exemplo anteriormente – que orienta os professores a se organizarem para a seleção dos livros didáticos do PNLD 2010 deu-se, na melhor das hipóteses, em 18 dias letivos.

Foi, portanto, sob tal restrição, que as escolas se organizaram para o processo de escolha do livro didático.

As escolhas são muito parecidas. Desde que eu participo das escolhas é assim: os livros vão chegando na escola, aí a gente para um dia ou uma semana. Eu pego um pra olhar, minha colega que dá aula pro mesmo ano pega outro e a gente comenta: ‘gostei disso, não gostei disso...’. É assim que funciona. [professora Madalena, da Escola 1, 6/12/09]

Em Guarulhos, os professores cumprem cinco horas semanais de trabalho pedagógico na escola ou em outros locais definidos pela Secretaria Municipal. Denominadas horas-atividades (HA), ocorrem diariamente, em diferentes horários – antes ou depois dos períodos de trabalho em sala de aula<sup>37</sup>.

Nas três escolas onde foi possível acompanhar o processo de escolha de livros didáticos, sua realização se deu nesses horários destinados ao trabalho pedagógico entre os dias 9 e 17/06/09<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> HA dos professores do período da manhã: 11h – 12h; HA professores do período intermediário: 10h - 11h; HA dos professores do período da tarde: 14h-15h.

<sup>38</sup> Conforme explicação dada anteriormente na Escola 1 o acompanhamento se deu *in loco* e nas Escolas 2 e 3 por meio de entrevistas feitas com suas diretoras e coordenadoras. Nas Escolas 2 e 3, por meio dos relatos das coordenadoras, foi possível apreender que, na primeira, a escolha se definiu em um único dia e, na segunda, ao final de uma semana. Na Escola 1, foi possível acompanhar as discussões realizadas nas horas-atividades do dia 16/06/09 e em duas reuniões realizadas dia 17/06/09 para a escolha final.

A coordenadora da Escola 1, explica que antes desse período houve dificuldades para dispor de um tempo específico para a análise das coleções:

Elas foram manuseando os livros antes do dia 9. Mas eram poucos momentos, porque a gente também tinha que discutir o quadro de saberes da rede esse mês. Então, quando sobrava algum tempinho elas pegavam os livros... Apenas algumas levavam pra sala para olhar. [coordenadora da Escola 1, 22/06/09]

Segundo consta em um documento que traz as orientações administrativas e pedagógicas da Escola 1, o trabalho pedagógico realizado nas HAs corresponde às seguintes atividades:

[...] formação permanente, preparação de aulas, pesquisa e seleção de material pedagógico, avaliação escolar, transmissão de informações, partilha das vivências do cotidiano escolar, atendimento aos responsáveis pelos alunos e reuniões pedagógicas. [Orientações Administrativas e Pedagógicas, Escola 1, 2009]

A diversidade de temas e de atividades previstas para essas reuniões diárias, as demandas do cotidiano da escola, as solicitações da Secretaria de Educação e, é claro, os imprevistos, são fatores a serem considerados, pois impõem limites nas possibilidades de realizar uma escolha qualificada.

Ainda que não se pretenda analisar a qualidade das opções feitas pelos docentes – seja da perspectiva do MEC ou dos próprios docentes –, constata-se que as condições sob as quais o PNLD se realiza parecem não instrumentalizar o professor na sua escolha.

No dia 9 a gente já estava olhando os livros, mas a sala é super apertada, um monte de gente conversando ao mesmo tempo. Toda hora você é interrompido, porque entra alguém para dar algum recado... Aí a gente escolhe assim: ‘ah, tem pouco texto? Tem muito texto? A letra é bastão ou de imprensa?’ Agora, analisar mesmo, não dá. Mesmo nessa escolha de hoje, olha só: a gente tem uma manhã pra escolher. Passa um tempo tomando café e sobram duas horas pra analisar essa tonelada de livros. E aí, como é que o professor escolhe desse jeito? [professora Heloisa, da Escola 1, 17/06/09]

Além das dificuldades enfrentadas para a criação de espaços adequados à análise dos livros pelos professores, a impossibilidade de reuni-los em um mesmo dia e horário, exigiu, nas três escolas, a criação de estratégias que substituíssem a participação de toda a equipe em uma plenária para a definição das coleções a serem solicitadas ao FNDE como primeira e segunda opções.

A gente fez assim: escolheram as professoras da manhã e as do intermediário, porque pelo horário dá pra elas se encontrarem. Daí o que eu fiz: eu peguei e levei as opções delas para as professoras do período da tarde, para elas verem a escolha da maioria. Daí, alguns não concordaram. Eu voltei nos períodos da manhã e do intermediário e tentamos atender as opiniões de todos. No final, acho que acabou agradando de uma forma geral. [coordenadora da Escola 2, 6/07/09]

É aquele negócio, umas gostaram de determinado livro, outras gostaram de outro. E nós acabamos selecionando os três mais votados. [coordenadora da Escola 3, 6/07/09]

Na hora de escolher eu percebi um pouco de diferença na opinião das professoras da manhã e das da tarde. Mas acho que foi tranquilo, porque são 20 professoras e, dessas 20, até que a gente conseguiu reduzir bastante o número de possibilidades, né? Claro que a gente não vai atender a particularidade de cada uma, mas no geral, acho que vai dar. [coordenadora da Escola 1, 22/06/09]

Observa-se que diante dos obstáculos enfrentados para a articulação das opiniões dos professores em relação aos livros analisados, em um dos casos, foi necessário recorrer à votação para definir a escolha e, em outros, infere-se que as coordenadoras se responsabilizaram por essa tarefa – estratégias utilizadas na tentativa de resolver o que, na avaliação de uma das diretoras, foi uma das maiores dificuldades enfrentadas em sua escola:

Na verdade, o ideal seria que todas estivessem juntas. Isso facilitaria. Mas a gente não tem essa possibilidade, porque a maioria dobra período. Eu acho que um elemento que dificultou bastante foi o de não poder reuni-las. [diretora da Escola 1, 22/06/09]

Foi, portanto, neste contexto, que os professores dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas focalizadas neste estudo escolheram os livros didáticos do PNLD 2010.

Você viu nossa escolha, né? Milhões de livros pra gente escolher em um tempo pequeno e acaba não dando tempo de olhar, ver qual é a proposta. Porque eles chegam num dia e você tem que escolher daqui a 15 dias. A gente acaba folheando, dando uma olhadinha por cima nas atividades. [professora Madalena, da Escola 1, 6/12/09]

A professora Madalena leciona na Escola 1, em uma das turmas do segmento da escolaridade focalizado nos próximos capítulos.

Conforme anunciado anteriormente, a escolha de livros didáticos realizada em 2009 será apresentada de uma segunda perspectiva: a do contexto em que se deu a seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores que atuam em classes de 1º e 2º anos do EF em função do processo de sua ampliação para nove anos de duração no município de Guarulhos.

### Capítulo 3

#### O Ensino Fundamental de nove anos e a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010

Segundo dados publicados no *Guia de Livros Didáticos*, das 59 coleções Letramento e Alfabetização Linguística inscritas no PNLD 2010, 19 foram aprovadas para serem escolhidas pelos professores do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Até 2004 os livros recebiam menções segundo categorias definidas pela avaliação oficial e, quando as opções feitas pelos docentes não correspondiam aos livros bem avaliados pelo *Guia*, o discurso oficial desqualificava o professor (Munakata, 2001). A esse respeito, Cassiano (2003) assinala que as explicações para tal “descompasso” identificado pelo Ministério da Educação contêm subjacente a supremacia de sua análise sobre a escolha do professor: “Não se cogita, em nenhum momento, que a escolha do professor possa ser consciente frente à sua prática de ensino” (p.104).

No entanto, qualquer tentativa de análise da relação entre as práticas de ensino de professores que atuam nos anos iniciais do EF e a qualidade de sua participação na escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 deve considerar as práticas vivenciadas por eles durante esse processo e o contexto em que o mesmo se realizou – neste caso, o do processo de implementação do Ensino Fundamental de nove anos nos sistemas de ensino brasileiros.

Para Gimeno Sacristán (1999), a prática educativa, como traço da cultura, não se reduz a suas manifestações na escola; ela adota formas diversas e é encontrada em contextos variados, onde são exercitadas diferentes formas de educar. Para compreendê-la é necessário identificar como as outras práticas sociais que interagem com o sistema escolar projetam-se, incidem sobre ela e nela provocam reações. Sua relação com aquilo que ocorre em outros âmbitos não permite, portanto, analisá-la como “um traço cultural autônomo” (pp. 91-92).

Mesmo quando o significado atribuído à prática educativa faz referência à prática didática concretizada no âmbito da organização escolar – na qual estão envolvidos o professor, o aluno, o currículo, os recursos didáticos, os métodos para seu desenvolvimento – Gimeno Sacristán aponta a necessidade de se considerar a influência de outras formas de ação exercida sobre os sistemas educativos. Conforme sua análise,

os regulamentos curriculares, a forma como os materiais para o desenvolvimento do currículo são produzidos e distribuídos, os procedimentos de controle – como o material didático, as práticas de avaliação externa –, a organização do tempo, dos espaços etc. condicionam a ação dos docentes (p.92).

Juntamente com a experiência, a tradição e os estilos de trabalhar dos professores existe uma série de reguladores explícitos das atividades relacionadas com o currículo, como leis e regulamentos, a organização escolar, a regulamentação do posto de trabalho, a formação de professores, os sistemas de avaliação e o estabelecimento de certas regras éticas que definem âmbitos de prática que se projetam na ação do ensino: nos conteúdos abordados nas aulas, nos métodos, na interação pessoal, nas relações com a cultura externa às escolas e nos processos de inovação. [Gimeno Sacristán, 1999, p.93]

Neste sentido, optou-se pela descrição das práticas vivenciadas pelos professores durante o processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 em meio à trama de relações que se estabelecem entre o PNLD, os sistemas de ensino e as escolas no quadro da implementação de uma política nacional para a Educação Básica – a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Para isso, na primeira parte deste capítulo, recorre-se à legislação e demais documentos oficiais das esferas federal e municipal, a fim de traçar o panorama de sua implementação em Guarulhos, município focalizado nesta pesquisa. E, na segunda parte, são cotejadas as orientações dadas em nível federal (entre 2004 e 2009) e municipal (2009) no que tange ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade para crianças de seis anos de idade –, bem como as avaliações veiculadas nos Guias de Livros Didáticos do PNLD (2004, 2007 e 2010) das coleções destinadas aos alunos dos anos iniciais do EF.

É a partir desse contexto que, no Capítulo 4, faz-se a descrição da escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística realizada em uma das escolas do município (Escola 1) a partir de registros do diário de campo utilizado durante observações realizadas *in loco* e de entrevistas com alguns dos agentes que dela participaram, focalizando aspectos relativos à gestão do processo de seleção das obras frente à especificidade requerida pela nova organização do EF.

Tal proposta de análise não busca, portanto, verificar se as opções feitas pelos professores correspondem às expectativas do MEC ou à determinada concepção de

ensino e de aprendizagem da leitura, da escrita e da oralidade, mas sim, de identificar suas possibilidades reais de participação no processo de escolha dos livros didáticos para crianças do 1º e 2º anos do EF – sob as condições nas quais o mesmo se realizou.

### 3.1 A implementação do EF de nove anos em Guarulhos

O sistema de ensino do município de Guarulhos conta com 123 escolas<sup>39</sup> – conforme Tabela 3.1.

**Tabela 3.1**  
**Escolas da rede municipal – Guarulhos/2009**

Total de Escolas Municipais <sup>40</sup>	Possuem classes de Educação Infantil	Possuem classes de Ensino Fundamental regular / anos iniciais	Possuem classes de Educação de Jovens e Adultos
123	98*	101**	63

Fonte: Inep / Data Escola Brasil 2009.

\* 22 atendem exclusivamente a esse segmento.

\*\* 25 atendem exclusivamente a esse segmento.

Segundo dados do Censo Escolar 2009, a rede municipal atende 92.923 alunos de Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (regular / anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (Tabela 3.2).

**Tabela 3.2**  
**Número de matrículas por dependência administrativa – Guarulhos/2009**

Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (nível técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		Total
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio	
Estadual	0	0	39.504	90.508	47.978	0	7.558	14.845	200.393
Federal	0	0	0	0	0	644	0	0	644
<b>Municipal</b>	8.893	24.642	<b>46.237</b>	0	0	0	13.151	0	<b>92.923</b>
Privada	8.769	9.956	16.262	12.742	6.483	4.874	99	425	59.610
Total	17.662	34.598	102.003	103.250	54.461	5.518	20.808	15.270	353.570

Fonte: Inep – Censo Escolar 2009.

<sup>39</sup> Dados finais do Censo Escolar 2009, publicados no Diário Oficial da União no dia 30 de novembro de 2009.

<sup>40</sup> Em novembro de 2009, o Decreto Municipal nº 26996, altera a nomenclatura e a denominação das unidades de ensino. Conforme Art. 1º, “os nomes das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino passam a ser antecedidos da designação Escola da Prefeitura de Guarulhos”.

Em 2009, dos 92.923 alunos atendidos pela rede municipal, 46.237 estavam matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segmento regulamentado nesse município a partir da publicação do Decreto Municipal nº 19.894, de 15 de maio de 1997.

Conforme mencionado na Introdução, a formação de turmas para esse nível de ensino se deu de maneira gradativa e, somente em 2001, verificou-se um aumento significativo no número de alunos matriculados nos anos iniciais do EF – que saltou de 539 em 1998, para 21.308, segundo dados da Fundação Seade.

É também em 2001 que se iniciam os debates em torno do processo de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração em Guarulhos – meta da educação nacional estabelecida pela Lei Federal nº 10.172, em 9 de janeiro desse mesmo ano.

[...] 2. ENSINO FUNDAMENTAL

[...]2.3 *Objetivos e Metas*

1. Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios.

2. Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos. [...] [Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001]

Segundo Goller (2002), a exemplo de Porto Alegre e Belo Horizonte, Guarulhos deu início ao processo de implementação do ensino fundamental de nove anos, dividido em três ciclos de três anos cada um, regulamentado pelo Decreto Municipal 21.209, que autorizava a Secretaria de Educação a incorporar alunos de seis anos de idade ao primeiro estágio do 1º ciclo desse segmento:

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARULHOS, ELÓI PIETÁ,** usando das prerrogativas legais e, em especial com fundamento no Artigo 63, Inciso XIV da Lei Orgânica do Município e, considerando;  
[...]

**f)** A decisão, já em andamento em 2001 de formular a Proposta de Ensino Fundamental em Ciclos e capacitar professores, pedagogos, diretores e supervisores para a mesma; [...]

**h)** a necessidade de incorporar à Proposta já em 2001, as crianças de seis anos para garantir o direito ao Ensino Fundamental conforme

previsto na Lei 9.394/96, promovendo a busca da continuidade do processo de ensino-aprendizagem em 2002, quando forem matriculados na 2ª etapa do 1º ciclo, com a cobertura financeira do FUNDEF a que farão jus;

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica a Secretaria de Educação autorizada a incorporar ao ensino fundamental e considerar como matrículas no primeiro estágio do 1º ciclo, os alunos de seis anos de idade, completos ou a completar até 31 de dezembro de 2001, que foram matriculados no Estágio III da Pré-Escola e que se destinem à progressão, no ano de 2002, para o segundo estágio do primeiro ciclo.

**Artigo 2º** - Os efeitos administrativos curriculares deste Decreto retroagem ao início do ano letivo de 2001. [Decreto Municipal nº 21.209 de 26 de março de 2001]

Após sua publicação verificam-se, segundo dados do Censo Escolar, o aumento significativo do número de matrículas no Ensino Fundamental, bem como a diminuição do número de alunos da Educação Infantil (Pré-escola) nas escolas municipais (Tabela 3.3).

**Tabela 3.3**  
**Número de matrículas por dependência administrativa – Guarulhos/2000-2001**

Dependência	Número de Alunos Matriculados - 2000			Número de Alunos Matriculados - 2001			
	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série
Estadual	57	0	81.847	66	84	0	78.679
<b>Municipal</b>	<b>20.058</b>	<b>0</b>	<b>3.482</b>	<b>378</b>	<b>11.635</b>	<b>0</b>	<b>21.308</b>
Privada	5.777	0	9.747	1202	6.437	0	10.201
Total	25.892	0	95.076	1646	18.156	0	110.188

Fonte: Inep – Censo Escolar 2000 e 2001.

Diante da consideração feita no inciso H do Decreto Municipal nº 21.209 e de seu Artigo 1º, ganha peso a hipótese formulada por Goller (2002) que chamava a atenção para a relação entre a incorporação das matrículas dos alunos de seis anos de idade no EF e a liberação de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – hipótese que, segundo Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) não se aplica exclusivamente ao sistema de ensino do município de Guarulhos:

[...] A antecipação da matrícula no Ensino Fundamental de crianças de seis anos, com reconhecidas exceções, em muitos sistemas municipais, não visou necessariamente à melhoria da qualidade, mas, de fato, aos

recursos do Fundef, uma vez que o aluno passou a ser considerado como “unidade monetária” (haja vista as situações em que o Ensino Fundamental foi mantido com oito anos de duração). [...] [Parecer CNE/CEB nº 24/2004, de 15 de setembro de 2004]

A comunidade escolar foi informada das mudanças no sistema de ensino municipal decorrente do Decreto Municipal publicado no início de 2001 por meio de um folheto distribuído pela Secretaria de Educação de Guarulhos que divulgava a nova organização da escolaridade em ciclos e a incorporação dos alunos de seis anos de idade ao EF. Entre as justificativas veiculadas nesse impresso destacam-se as seguintes: a existência do “ciclo de 9 anos em cidades onde a educação pública é mais avançada<sup>41</sup>”; a solução do problema da “dependência de encontrar vagas para as crianças que terminam o ensino infantil”; o fim da “transição brusca das brincadeiras do ensino infantil para a rotina mais séria do ensino fundamental” e a “diminuição da evasão escolar e da repetência” (apud Goller, 2002, p.170).

Tais argumentos, ainda que dirigidos aos pais dos alunos das escolas municipais e formulados, possivelmente, para entusiasamá-los frente às mudanças decorrentes da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, denotam a ausência de um debate aprofundado sobre a proposta de organização do EF em ciclos, sobre seu projeto pedagógico, bem como sobre a formação de professores, coordenadores e diretores responsáveis por sua efetivação nas escolas – o que parece confirmar-se no inciso F do Decreto Municipal, citado anteriormente.

Para além das fragilidades próprias do início do processo de elaboração de um projeto político pedagógico que fundamentasse a implementação de mudanças no sistema de ensino em 2001, outros fatores como o baixo investimento do município no Ensino Fundamental e a tensão entre a Secretaria Municipal de Guarulhos e a Secretaria do Estado de São Paulo quanto à questão da municipalização da educação<sup>42</sup> geraram muitos problemas durante o processo.

A tensão entre a Secretaria Municipal de Guarulhos e a Secretaria de Estado seria intensificada no início do governo Pietá, em 2001, em seu primeiro mandato, em decorrência, sobretudo, de divergências das duas instâncias quanto à implantação do ciclo de nove anos [...]. [Mello, 2007, p.199]

---

<sup>41</sup> Referindo-se aos municípios de Porto Alegre e Belo Horizonte.

<sup>42</sup> Sobre essas questões ver Mello (2007).

Os incisos C e G do Decreto Municipal 21.209 mencionam a existência de condições financeiras para a implantação do EF de nove anos, bem como o respaldo orçamentário para construção de novas escolas a fim de “acolher a expansão de matrículas iniciais e continuadas” desse segmento:

[...]

c) O conteúdo do Parecer CEB/CNE 20/98, que recomenda a implantação do ensino fundamental de nove anos nos sistemas com condições financeiras de fazê-lo e, sendo este o caso de Guarulhos;

[...]

g) A decisão, já respaldada orçamentariamente, de construção de novas escolas municipais para acolher a expansão de matrículas iniciais e continuadas do ensino fundamental; [...].

[Decreto Municipal nº 21.209 de 26 de março de 2001]

No entanto, a garantia de sua universalização na faixa etária dos 7 aos 14 anos continuava dependente do regime de colaboração entre Estado e Município.

Com a incorporação dos alunos já matriculados, no início de 2001, no último estágio da Educação Infantil (Pré-escola) e com a falta de espaço físico para que o sistema municipal pudesse assegurar a oferta de vagas para os anos subsequentes do primeiro ciclo do EF de nove anos, as famílias eram obrigadas a realizar transferências para escolas estaduais.

Neste contexto, um dos problemas enfrentados foi o da incompatibilidade da nova organização em ciclos do sistema municipal guarulhense com o sistema de ensino do Estado de São Paulo, que permaneceu subdividido em oito séries (Goller, 2002) – fato também apontado na pesquisa realizada por Cardoso (2006):

[...] os pais começaram a se informar sobre vagas nas escolas estaduais e ficaram surpresos com a informação de que a Secretaria de Educação Estadual não poderia receber crianças do ciclo de nove anos porque, segundo esta Secretaria, a proposta era incompatível com o ciclo de educação fundamental de oito anos [Cardoso, 2006, p.87]

Além disso, Goller (2002) acrescenta que as matrículas nas escolas estaduais também não podiam efetivar-se, pois os alunos egressos do sistema de ensino municipal já estavam cadastrados no sistema de registros do Fundef.

Foi, portanto, em meio a essa situação complexa que, apenas oito meses depois de sua publicação, deu-se a revogação do Decreto Municipal 21.209, atribuída, oficialmente, à polêmica e aos “problemas causados entre os responsáveis pelas Redes Municipal e Estadual de Ensino”:

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS, ELÓI PIETÁ,** usando das prerrogativas legais, com fundamento no inciso XIV, do art. 63, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos; considerando-se a necessidade de compatibilizar os ciclos da Rede Municipal de Ensino Fundamental com os da Rede Estadual, a fim de evitar prejuízos aos alunos no caso de mudança de uma rede para outra; considerando-se que o Decreto Municipal nº 21.209, de 26 de março de 2001, referiu-se ao Ensino Fundamental de nove anos, recomendado pelo Parecer CEB/CNE 20/98; considerando-se, no entanto, a polêmica e os problemas causados entre os responsáveis pelas Redes Municipal e Estadual de Ensino,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - As escolas da rede municipal de ensino público organizarão o ensino fundamental em regime de progressão continuada por meio de dois ciclos:

**I** - Ciclo I, correspondente ao ensino da 1ª à 4ª séries;

**II** - Ciclo II, correspondente ao ensino da 5ª à 8ª séries.

**Artigo 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, adaptando-se a ele, no que couber, o Decreto Municipal nº 21.209, de 26 de março de 2001. [Decreto Municipal nº 21397, de 14 de novembro de 2001]

Conforme Artigo 1º do Decreto Municipal nº 21.397, o Ensino Fundamental da rede municipal de Guarulhos voltou a se organizar em dois ciclos – 1ª à 4ª e 5ª à 8ª –, a fim de assegurar sua universalização na faixa etária dos 7 aos 14 anos sem gerar prejuízos aos alunos.

Verifica-se, portanto, que em 2002, as escolas estaduais continuavam a absorver a maior parte das matrículas nos anos iniciais do EF da rede pública e sua totalidade nos anos finais desse segmento (Tabela 3.4).

**Tabela 3.4**  
**Número de matrículas por dependência administrativa – Guarulhos/2002**

Número de Alunos Matriculados - 2002						
Dependência	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série
<b>Estadual</b>	0	0	0	157.449	<b>74.007</b>	<b>83.442</b>
<b>Municipal</b>	589	21.339	0	20.115	<b>20.115</b>	0
Privada	1847	7.177	0	20.823	10.634	10.189
<b>Total</b>	<b>2436</b>	<b>28.516</b>	<b>0</b>	<b>198.387</b>	<b>104.756</b>	<b>93.631</b>

Fonte: Inep – Censo Escolar 2002

Nos três anos subsequentes observa-se o aumento gradativo da oferta de vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal e do número de matrículas na Educação Infantil, bem como o decréscimo do número de alunos matriculados em escolas estaduais (Tabela 3.5).

**Tabela 3.5**  
**Evolução do número de matrículas por dependência administrativa**  
**Guarulhos/2003-2005**

Ano	Dependência Administrativa			
	Municipal			Estadual
	Educação Infantil		Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Anos iniciais
2003	1661	28.092	25.543	72.588
2004	3.001	30.559	32.182	67.526
2005	3.799	32.254	38.626	61.166

Fonte: Inep – Censo Escolar 2003, 2004 e 2005.

Em 16 de maio de 2005, a Lei Federal nº 11.114 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tornou obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental – que, segundo Art. 32º, deveria ter duração mínima de oito anos.

Conforme Parecer CNE/CEB nº 6/2005, de 8 de junho de 2005 – que resultou na Resolução nº3, de 3 de agosto de 2005-, transitoriamente, deveriam, portanto, subsistir dois modelos:

[...] Ensino Fundamental com a duração de 8 (oito anos) e com a duração de 9 (nove) anos, para o qual deverá ser adotada uma nova nomenclatura geral, sem prejuízo do que dispõe o Art. 23 da LDB, considerado o conseqüente impacto na Educação Infantil, a saber:

<b>Etapa de ensino</b>	<b>Faixa etária prevista</b>	<b>Duração</b>
<b>Educação Infantil</b> Creche Pré-escola	<b>até 5 anos de idade</b> até 3 anos de idade 4 e 5 anos de idade	
<b>Ensino Fundamental</b> Anos iniciais Anos finais	<b>até 14 anos de idade</b> de 6 a 10 anos de idade de 11 a 14 anos de idade	<b>9 anos</b> 5 anos 4 anos

[Parecer CNE/CEB nº 6/2005, de 8 de junho de 2005]

Com base na publicação da Lei Federal nº 11.274 em 6 de fevereiro de 2006, que altera novamente o Artigo 32º da LDB ampliando o EF para nove anos de duração e determina que em 2010 expira o prazo para sua implementação, o Prefeito do município de Guarulhos, no segundo ano de seu segundo mandato, finalmente revoga os Decretos nºs 21.209/01 e 21.397/01 e regulamenta, em 26 de dezembro de 2006, sua organização em sistema compartilhado com a rede estadual:

[...] **Art. 1º** Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a organizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos, em sistema de atendimento compartilhado com a rede estadual, adotando a seguinte nomenclatura:

<b>Etapa de ensino</b>	<b>Faixa etária prevista</b>	<b>Duração</b>
<b>Educação Infantil</b> Creche Pré-escola	<b>até 5 anos de idade</b> até 3 anos de idade 4 e 5 anos de idade	
<b>Ensino Fundamental</b> Anos iniciais	<b>até 14 anos de idade</b> de 6 a 10 anos de idade (Rede Municipal)	<b>9 anos</b> 5 anos
Anos finais	de 11 a 14 anos de idade (Rede Estadual)	4 anos

**Art. 2º** Serão recebidas e processadas, no ano inicial do ensino fundamental, as matrículas dos alunos de seis anos de idade completos até 31 de março do ano letivo a ser cursado.

**Art. 3º** em decorrência da transição gerada pelas novas regras, em 2007, aplicam-se os seguintes critérios:

**I** - as crianças que completarem 7 anos até março ingressarão no 1º estágio do ensino fundamental, mas permanecerão no sistema de 8 anos; e

**II** - as crianças que completarem 7 anos de abril a dezembro de 2007 ingressarão no ano inicial do ensino fundamental como integrantes do sistema de 9 anos.

[Decreto Municipal nº 24.113 de 26 de dezembro de 2006]

Assim como ocorreu em 2001, ano em que se deu a primeira tentativa de incorporação de crianças de seis anos de idade no EF, verifica-se na Tabela 3.6 que em 2007, em função da publicação do Decreto citado anteriormente, há um aumento no número de matrículas nos anos iniciais desse segmento.

**Tabela 3.6**  
**Número de matrículas por dependência administrativa – Guarulhos/2006-2007**

Dependência	Número de Alunos Matriculados - 2006			Número de Alunos Matriculados - 2007		
	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental Anos iniciais	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental Anos iniciais
Estadual	0	0	55.869	0	0	49.469
<b>Municipal</b>	6.639	35.568	<b>40.246</b>	9.149	23.670	<b>47.629</b>
Privada	5.550	11.090	13.094	5.786	8.586	12.811
Total	12.189	46.658	109.209	14.935	32.256	109.909

Fonte: Inep – Censo Escolar 2006 e 2007.

E, em 2009, ano em que esta pesquisa foi realizada, o número de alunos matriculados nos anos iniciais do EF nas escolas municipais já superava o das escolas estaduais (Tabela 3.7).

**Tabela 3.7**  
**Número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa Guarulhos / 2009**

Dependência administrativa	2009
Estadual	39.504
Municipal	<b>46.237</b>
Particular	16.262
Total	102.003

Fonte: Inep – Censo Escolar 2009

Embora o presente estudo não aprofunde a discussão sobre os impactos que as sucessivas reorganizações sofridas pela rede municipal tiveram no cotidiano dos professores e alunos ao longo de todo o processo de implementação do EF de nove anos, a descrição desse panorama geral foi feita com o propósito de apresentar o contexto no qual o mesmo se deu.

A escolha dos livros didáticos do PNL D realizada em 2009 no município de Guarulhos ocorre três anos depois da incorporação de crianças de seis anos de idade ao EF, fato que diferencia essa rede de ensino de outras que iniciaram tal processo recentemente em função do término o prazo estabelecido pelo governo federal.

Ainda assim, há que se considerar que a última edição do PNLD correspondente aos anos iniciais da Educação Básica (2007) ocorreu em 2006 e que, portanto, em 2009, professores que lecionam em classes de 1º e 2º anos participaram do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística, sob a nova organização do EF, pela primeira vez.

Neste contexto, além do amparo legal e das normas que regulamentam a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração destacam-se também a formulação de diretrizes relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade para crianças de seis anos de idade – tanto pelo MEC, quanto pela rede municipal –, bem como os critérios veiculados nos Guias de Livros Didáticos do PNLD para a avaliação das coleções destinadas ao 1º e 2º anos do EF, aspectos que serão apresentados a seguir.

### **3.2 Orientações para o ensino da leitura, da escrita e da oralidade sob a nova organização do EF e suas implicações no âmbito do PNLD**

Conforme estudos feitos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em setembro de 2004 visando ao estabelecimento de normas para a ampliação do EF para nove anos de duração, as redes de ensino que optassem por sua implementação, ainda que gradativa, deveriam:

4. [...] compatibilizar a nova situação de oferta e duração do Ensino Fundamental a uma proposta pedagógica apropriada à faixa etária dos seis anos, especialmente em termos de organização do tempo e do espaço escolar, considerando igualmente mobiliário, equipamentos e recursos humanos adequados; [...]. [Parecer CNE/CEB nº 24/2004, de 15 de setembro de 2004]

A exigência de um projeto pedagógico adequado ao “novo Ensino Fundamental” ampliado para nove anos também é mencionada em vários outros pareceres sobre a obrigatoriedade da matrícula das crianças de seis anos de idade nesse segmento da Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 6/2005; Parecer CNE/CEB nº 18/2005; Parecer CNE/CEB nº: 39/2006; CNE/CEB nº: 5/2007; CNE/CEB nº4/2008).

Com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino a formular / adequar suas propostas curriculares, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação

Básica (SEB), da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica (DCOCEB) e da Coordenação Geral do Ensino Fundamental (COEF), publicou entre 2004 e 2009, documentos destinados às comunidades escolares contendo orientações pedagógicas e possibilidades de trabalho nos anos iniciais do EF, com foco nas turmas de 1º ano.

Em um desses documentos faz-se referência às implicações da readequação das orientações relativas ao ensino da leitura e da escrita na produção de livros didáticos:

[...] A alfabetização e o letramento<sup>43</sup> não podem ser tratados como processos que se concluem ao final do ano letivo, mas como etapas da aquisição e estruturação do código escrito, portanto, devem ser mais enfatizadas nesses dois primeiros anos e, ao mesmo tempo, devem ser flexíveis o bastante para propiciar a evolução dos alunos dentro de seus próprios ritmos. Tendo em vista as recentes reformulações decorrentes da implantação do ensino fundamental de 9 anos, o Ministério da Educação elaborou e distribuiu às escolas os documentos “Orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade” e “Ensino fundamental de 9 anos: Orientações Gerais”. Esses documentos contêm as diretrizes que norteiam o processo de inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental e orientações para o trabalho de gestores e professores. Assim, é importante que os livros didáticos estejam em consonância com esses instrumentos. [...] [BRASIL, 2009. *Ensino fundamental de nove anos – passo a passo do processo de implantação*, p.27]

Nesse sentido, infere-se que os critérios veiculados nos Guias de Livros Didáticos do PNLD para a avaliação dos livros de alfabetização sofreram alterações ao longo desse processo de reforma curricular.

Para verificar a existência de algumas conexões entre as diretrizes relativas ao ensino e a formulação dos critérios de seleção das obras recomendadas em diferentes edições do PNLD priorizou-se a análise de publicações da esfera federal – relativas

---

<sup>43</sup> A distinção entre os termos alfabetização e letramento é proposta por Magda Soares (Soares, 1998; Soares, 2003; Soares, 2004). Discuti-la não é objetivo desta pesquisa, no entanto, vale a pena assinalar que há debates em relação a essa questão no campo da produção dos saberes acadêmicos. Nesse sentido, cabe chamar a atenção para as considerações feitas por Emília Ferreira em entrevista publicada na revista *Nova Escola*, Ano XVIII, nº 162, p. 30, em maio de 2003 e em trecho de palestra proferida no *1º Seminário Victor Civita de Educação*, em outubro de 2006, disponível em vídeo – cuja transcrição encontra-se no anexo 1 desta dissertação.

Vídeo disponível na Internet: [http://www.youtube.com/watch?v=ImQa0t\\_qVm4](http://www.youtube.com/watch?v=ImQa0t_qVm4), em 18 jun.2010.

tanto à política de implementação do EF de nove anos, quanto à política de distribuição de livros didáticos – enviadas aos Estados e Municípios entre 2003 e 2009, a saber<sup>44</sup>:

- *Guia de livros didáticos PNLD 2004 – 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa e Alfabetização* (2003);
- *Ensino fundamental de nove anos – orientações gerais* (2004);
- *Ensino fundamental de nove anos – orientações para inclusão da criança de seis anos de idade* (2006);
- *Guia do livro didático 2007: alfabetização – séries/anos iniciais do ensino fundamental* (2006);
- *A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos – orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade* (2009);
- *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa* (2009).

Tal recorte temporal guarda relação com o intervalo entre o período que antecede a publicação da Lei Federal nº 11.114/2005 que altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos no EF e o ano que antecede o término do prazo de sua ampliação para nove anos de duração – no qual se dá o processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010.

No que se refere à análise dos *Guias de Livros Didáticos*, optou-se pelo exame de excertos de textos que mantém relação com a etapa de escolaridade definida como objeto deste estudo, ou seja, aqueles relacionados à avaliação dos livros Alfabetização (PNLD 2004 e 2007) / coleções de Letramento e Alfabetização Linguística (PNLD 2010).

Vale a pena assinalar que nas edições de 2004 e 2007 não há especificação quanto à idade dos alunos aos quais essas obras se destinam. No entanto, nos quadros 3.1 e 3.2 observa-se que aspectos como o título e a organização dos *Guias* dão indícios de que nessas edições do PNLD os livros de Alfabetização, mesmo quando avaliados separadamente das coleções de Língua Portuguesa, correspondem ao início do primeiro ciclo do EF, ao lado dos livros destinados às turmas de 1ª série.

---

<sup>44</sup> Esta análise apenas aponta algumas conexões entre as diretrizes relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade nos anos iniciais do EF e a formulação de critérios de seleção dos livros de alfabetização recomendados nos Guias de Livros Didáticos entre 2004 e 2010. É, portanto, de caráter exploratório. Estudos aprofundados sobre o tema estão em andamento, sob coordenação do Prof. Doutor Artur Gomes de Moraes (UFPE). O projeto de pesquisa *Mudanças didáticas na alfabetização: que propõem os livros didáticos destinados a crianças, jovens e adultos?* analisa a natureza das mudanças didáticas nas práticas prescritas nos livros de alfabetização recomendados por diferentes edições do PNLD (2004 a 2010) e pelo PNLA/2007.

No PNLD 2004, mesmo quando separadas em dois blocos, as resenhas dos livros de Alfabetização e das coleções de Língua Portuguesa compõem um único volume do *Guia* (Quadro 3.1).

**Quadro 3.1**  
**Guia de Livros Didáticos do PNLD/2004 - organização do(s) volume(s)**

PNLD	Título do Guia de Língua Portuguesa / Alfabetização	Organização do(s) volume(s)
2004	<i>Guia de livros didáticos PNLD 2004 – 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa e Alfabetização.</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Guia é organizado em quatro volumes: volume 1 - Língua Portuguesa e Alfabetização, volume 2 - Matemática e Ciências, volume 3 – História e Geografia e volume 4 – Dicionários.</li> <li>- As resenhas dos livros de Alfabetização / coleções de Língua Portuguesa, que compõem um único volume, estão separadas em dois blocos: um destinado às resenhas dos livros de Alfabetização e outro às resenhas das coleções de Língua Portuguesa – 1ª a 4ª séries.</li> </ul>

Fonte: *Guia de livros didáticos PNLD 2004 – 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa e Alfabetização* (2003).

Em 2007, embora as resenhas dos livros de Alfabetização e as das coleções de Língua Portuguesa componham volumes distintos do *Guia*, também não se nota uma fronteira clara quanto à destinação das obras de Alfabetização e de Língua Portuguesa / 1ª série. No quadro 3.2 observa-se que em ambos os casos seus títulos mantêm a expressão “séries / anos iniciais do ensino fundamental”.

**Quadro 3.2**  
**Guia de Livros Didáticos do PNLD/2007 - organização do(s) volume(s)**

PNLD	Título dos Guias de Língua Portuguesa / Alfabetização	Organização do(s) volume(s)
2007	<p><i>Guia do livro didático 2007: alfabetização – séries/anos iniciais do ensino fundamental.</i></p> <p><i>Guia do livro didático 2007: língua portuguesa – séries/anos iniciais do ensino fundamental.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Guia é organizado em seis volumes de resenhas: Língua Portuguesa, Alfabetização, Matemática, História, Geografia e Ciências.</li> <li>- As resenhas dos livros de Alfabetização e as das coleções de Língua Portuguesa de 1ª a 4ª séries estão organizadas em volumes separados.</li> </ul>

Fonte: *Guia de livros didáticos PNLD 2007* (2006).

No entanto, mesmo em um contexto transitório no que diz respeito à organização curricular de base adotada nas escolas, já há, nessa edição do PNLD, indicações relativas à utilização dos livros de alfabetização no ano inicial do primeiro ciclo do EF:

[...] os materiais disponíveis para alfabetização e 1ª e 2ª séries formam um conjunto de recursos que uma escola organizada por ciclos pode

utilizar adequadamente - ou seja, de acordo com um plano próprio - *ao longo* dos dois ou três anos previstos para o primeiro ciclo.

Assim, enquanto não dispomos de coleções pensadas especialmente para as novas e diversas ordenações curriculares, a preocupação principal dos professores de escolas cicladas deve ser não com a existência de coleções igualmente cicladas, mas com *a compatibilidade da proposta pedagógica dos LD com as concepções de base do projeto pedagógico da escola*, assim como com as semelhanças e diferenças de distribuição de conteúdos ao longo dos anos letivos previstos em cada ciclo. [...] [BRASIL, 2006. *Guia de Livros Didáticos / Apresentação – PNLD 2007*, pp. 24-25].

É somente na última edição do PNLD onde são divulgadas as obras colocadas à disposição dos professores a partir de 2010 – ano estabelecido para o término do processo de ampliação do EF para nove anos de duração em todo o País – que se verifica uma reorganização no *Guia*, definindo os alunos matriculados em turmas de 1º e 2º anos do EF como destinatários dos livros de alfabetização, os quais passam a compor, a partir de então, uma coleção (Quadro 3.3).

**Quadro 3.3**  
**Guia de Livros Didáticos do PNLD/2010 - organização do(s) volume(s)**

PNLD	Título do Guia de Língua Portuguesa / Alfabetização	Organização do(s) volume(s)
2010	<i>Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa.</i>	- O Guia é organizado em cinco volumes de resenhas: Ciências, Geografia, História, Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática / Matemática. - No volume Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa as resenhas estão organizadas em dois blocos: um destinado às resenhas das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística (1º e 2º anos) e outro às resenhas das coleções de Língua Portuguesa (3º a 5º anos).

Fonte: *Guia de livros didáticos PNLD 2010* (2009).

Com o objetivo de atender às características da etapa de desenvolvimento das crianças, tanto de seis como de sete anos, o Ministério da Educação optou por reorganizar as coleções didáticas em dois grandes grupos que se complementam: o primeiro grupo, voltado para os dois primeiros anos de escolaridade, reúne as coleções didáticas para as áreas de letramento e alfabetização linguística [...]; o segundo grupo reúne as coleções didáticas de Língua Portuguesa [...] para os 3º, 4º e 5º anos [...] [BRASIL, 2009. *Guia de Livros Didáticos / Apresentação – PNLD 2010*, p.5].

Observa-se que a indicação explícita, tanto da idade dos alunos aos quais se destinam os livros de alfabetização, quanto dos anos de escolaridade aos quais essas obras correspondem se dá somente no PNLD 2010. De qualquer forma, mesmo sem uma definição clara quanto à faixa etária de seus destinatários em edições anteriores a essa – 2004 e 2007, realizadas em um período considerado transitório no que diz respeito à ampliação do EF para nove anos de duração –, decidiu-se, nesta análise, focalizar apenas os excertos dos Guias que guardem relação com os livros de Alfabetização, excluindo da mesma, trechos relativos às coleções de Língua Portuguesa.

No exame do conjunto de documentos citados anteriormente procura-se enfatizar, portanto:

- as orientações para o ensino da leitura, da escrita e da comunicação oral nas turmas de 1º ano, veiculadas em publicações da esfera federal entre 2004 e 2009;
- os princípios gerais e os critérios relativos ao processo de alfabetização que guiam a avaliação dos livros de Alfabetização (2004 e 2007) / coleções de Letramento e Alfabetização Linguística (2010), bem como os perfis das obras recomendadas em cada uma dessas edições do PNLD<sup>45</sup>.

**- Guia de livros didáticos PNLD 2004 – 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa / Alfabetização (2003)**

**- Ensino fundamental de nove anos – orientações gerais (2004)**

O documento *Ensino fundamental de nove anos – orientações gerais* foi publicado em julho de 2004 como resultado de uma série de encontros regionais realizados nesse mesmo ano e de pesquisas realizadas pelo MEC sobre as experiências de implantação dessa política educacional por sistemas de ensino estaduais e municipais.

No texto em que são apresentadas considerações acerca do processo de alfabetização das crianças de seis anos de idade, orienta-se “apresentar a escrita em seus diversos usos” e, nesse contexto, chama a atenção para a realização de

---

<sup>45</sup> Conforme mencionado anteriormente, a análise das mudanças didáticas e pedagógicas nos livros de alfabetização não é o objetivo desta pesquisa. A identificação de seus perfis foi feita a partir da classificação proposta em cada uma das edições do PNLD examinadas durante o estudo.

um trabalho sistemático, centrado tanto nos aspectos funcionais e textuais, quanto no aprendizado dos aspectos gráficos da linguagem escrita e daqueles referentes ao sistema alfabético de representação. [BRASIL, 2004. *Ensino fundamental de nove anos – orientações gerais* p.21].

Os livros didáticos à disposição dos professores nesse mesmo ano haviam sido avaliados a partir de princípios gerais e critérios classificatórios divulgados em 2003, no *Guia de livros didáticos PNLD 2004 – 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa / Alfabetização*.

Como princípio geral destaca-se a prioridade dada às práticas de uso da linguagem. Nesse sentido, há a indicação de que as atividades de leitura e de produção de textos orais e escritos dos livros didáticos sejam propostas em situações contextualizadas de uso e, de que se recorra às práticas de reflexão sobre a língua e a linguagem e à descrição gramatical na medida em que essas se fizerem necessárias. No que se refere aos critérios relativos ao processo de alfabetização, a construção dos conhecimentos sobre o sistema alfabético é considerada crucial. Pede-se que os livros didáticos estimulem a reflexão e a construção de conceitos e regularidades por meio de propostas que requeiram a memorização, a observação, a comparação, a generalização; as quais tenham lugar em situações de uso da língua (BRASIL, 2003, pp.34-37).

Soma-se a isso, a análise da caracterização das obras recomendadas pelo *Guia* que, nessa edição do PNLD, ainda recebiam menções<sup>46</sup> em função do atendimento aos eixos valorizados tanto pelo ensino de Língua Portuguesa, quanto pelos critérios formulados para a avaliação<sup>47</sup>. Conforme tal avaliação, tanto os livros classificados como Recomendados (REC), quanto àqueles que receberam a menção Recomendado com Ressalvas (RR) “contemplam os componentes valorizados nos campos do processo de alfabetização e aquisição do sistema”, no entanto, no caso desses últimos, que representam 61% dos livros resenhados, faz-se ressalva quanto à existência de propostas que “produzem desequilíbrios em relação à produção textual ou à leitura e compreensão de textos” (BRASIL, 2003, p.44).

---

<sup>46</sup> Conforme mencionado no Capítulo 1 desta dissertação, em 2004 os livros recebiam as menções Recomendado com Distinção (RD), Recomendado (REC), Recomendado com Ressalvas (RR).

<sup>47</sup> Nas edições do PNLD analisadas nesta pesquisa, os critérios de avaliação decorrem de princípios gerais relacionados aos objetivos para o ensino de Língua Portuguesa no EF em quatro grandes eixos: leitura, produção de textos, linguagem oral e conhecimentos linguísticos. Na avaliação dos livros de alfabetização os critérios relativos a esse último eixo têm como foco central a apropriação do sistema alfabético de escrita.

Verificam-se, portanto, conexões entre as primeiras orientações dadas pelo MEC relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade aos alunos de seis anos de idade e os princípios e critérios de avaliação dos livros de alfabetização do PNLD 2004 – ambos parecem priorizar as práticas de uso da linguagem e indicar que nos livros didáticos haja um equilíbrio entre propostas que favoreçam a aprendizagem da linguagem escrita e do sistema alfabético de escrita.

**- *Ensino fundamental de nove anos – orientações para inclusão da criança de seis anos de idade (2006)***

**- *Guia do livro didático 2007: alfabetização – séries/anos iniciais do ensino fundamental (2006)***

O documento *Ensino fundamental de nove anos – orientações para inclusão da criança de seis anos de idade*, publicado em 2006, é composto por nove textos destinados a subsidiar a realização de debates sobre a prática pedagógica em um período considerado de transição entre estruturas do ensino fundamental com duração de oito e de nove anos. Nessa coletânea são apresentados vários temas, entre os quais, destaca-se, o do processo de alfabetização nos anos/séries iniciais desse segmento da educação básica.

No texto “Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica” (Leal, Albuquerque e Moraes, 2006)<sup>48</sup>, há considerações sobre o ensino da leitura e da escrita no contexto das práticas sociais e seus autores apontam como relevante a distinção feita por Soares (1998) entre os termos alfabetização e letramento:

“alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita. [Soares, 1998, p.47]

---

<sup>48</sup> Telma Ferraz Leal, Doutorado em Psicologia Cognitiva pela UFPE, Professora Adjunta do Centro de Educação da UFPE, Coordenadora Regional do Guia de Livros Didáticos - PNLD 2007 – Alfabetização. Eliana Borges Correia de Albuquerque, Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Coordenadora Regional do Guia de Livros Didáticos - PNLD 2007 – Alfabetização. Artur Gomes de Moraes, Pós-doutorado na Universidad de Barcelona e no Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) – Paris, Professor Adjunto da UFPE.

Segundo explicam Leal, Albuquerque e Morais (2006), o termo alfabetização corresponde à aquisição da escrita alfabética e das habilidades de utilizá-la para ler e escrever, “uma tecnologia” cujo domínio envolve conhecimentos e destrezas variados,

como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letra som e dominar seu traçado, usando instrumentos como o lápis, papel ou outros que os substituam. [p.70]

Já o exercício competente dessa “tecnologia de escrita” em situações reais de leitura e de produção de textos relaciona-se com o termo letramento.

Entre as orientações referentes a uma “prática de alfabetização na perspectiva do letramento” contidas no documento há sugestões de atividades de leitura e produção de textos inseridas nas práticas sociais de uso da linguagem, bem como de propostas voltadas à reflexão sobre os princípios do sistema alfabético de escrita que contemplem, por exemplo, a análise de palavras significativas para as crianças (como os próprios nomes), a análise fonológica (de semelhanças e diferenças sonoras entre as palavras sem que se faça correspondência com a escrita), a análise e a sistematização de correspondências grafofônicas (relações letra-som) (Leal, Albuquerque e Morais, 2006, pp.71-80).

No *Guia do livro didático 2007: alfabetização – séries/anos iniciais do ensino fundamental*, também distribuído às escolas em 2006, mantém-se como prioritário para a avaliação das propostas dos livros didáticos o mesmo princípio geral identificado no *Guia do PNLD 2004*, ou seja, o de que as atividades de leitura e de compreensão e produção de textos orais e escritos se deem em situações contextualizadas de uso. O mesmo ocorre quando são analisados os critérios relativos ao processo de alfabetização, que continuam apontando como crucial a construção de conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita, sem que isso se dê de maneira “desligada dos processos de uso da língua”.

Também há indícios de conexões com as diretrizes relativas ao ensino mencionadas anteriormente, em critérios como os que avaliam a existência de propostas que promovam a aprendizagem das “convenções gráficas da escrita”; dos “conhecimentos referentes às relações de regularidade ou de irregularidade entre os sons da fala e os diferentes grafemas usados na escrita”, das “segmentações entre palavras (sílabas, letras e fonemas)” (BRASIL, 2006, p.12).

Quanto ao perfil das obras recomendadas, nesse *Guia*, são apontadas semelhanças referentes à qualidade da seleção dos textos contidos nos livros e à

abordagem dada ao desenvolvimento da linguagem oral, bem como diferenças relativas à atenção dada aos “objetos da alfabetização e do letramento”, a saber:

Bloco 1 – Livros que abordam de forma desigual os diferentes componentes da alfabetização e do letramento (21 livros)

Bloco 2 – Livros que abordam de forma equilibrada os diferentes componentes da alfabetização e do letramento (16 livros)

Bloco 3 – Livros que privilegiam a abordagem da apropriação do sistema de escrita (10 livros) [BRASIL, 2006. *Guia do livro didático 2007: alfabetização – séries/anos iniciais do ensino fundamental*, p.24]

Destaca-se o fato de que, embora nesta edição do PNLD a classificação dos livros deixe de ser identificada pelas menções RD, REC, RR, os critérios referentes a cada um dos blocos nos quais as obras são agrupadas guardam alguma semelhança com os que guiavam a definição de seus perfis no PNLD 2004. Como exemplo, recorre-se a comparação das considerações feitas no texto de apresentação das resenhas dos livros do PNLD 2007, agrupados no “bloco 3”, com o detalhamento do perfil dos livros do PNLD 2004 que receberam a menção RR:

Bloco 3 - Livros que privilegiam a abordagem da apropriação do sistema de escrita

[...] Esses livros combinam ao princípio geral da transmissão de conhecimento princípios dos métodos da silabação ou da palavração, nos quais o estudo da sílaba é tomado como foco. Nesse processo de ensino, as sílabas são introduzidas desde as primeiras unidades do livro por meio de uma palavra-chave que oportuniza o trabalho com os grupos silábicos, propondo-se, em seguida, a sua recombinação e a formação de novas palavras, frases e pequenos textos. [...] Contudo, embora se reconheça que as obras focalizam um ponto fundamental do processo de alfabetização [...] a proposição de atividades significativas de uso e de reflexão sobre escrita fica secundarizada, exigindo a atenção do (a) professor (a) para a realização de um trabalho complementar. [BRASIL, 2006. *Guia do livro didático 2007: alfabetização – séries/anos iniciais do ensino fundamental*, p.233]

[...] As obras Recomendadas com Ressalvas (RR) [...] representam 61% dos livros resenhados nesse Guia [...]. Geralmente contemplam os componentes valorizados nos campos do processo de alfabetização e de aquisição do sistema, [...]. Entretanto, tais propostas optam por fixações parciais ou unilaterais nos demais eixos da língua, produzindo desequilíbrios em relação à produção textual ou à leitura e compreensão de textos. Apenas 40% das obras com essa menção apresentam seleção

textual ou propostas de produção no mesmo patamar das obras recomendadas e o trabalho com a leitura se revela ainda mais insatisfatório, ficando apenas 18% das obras com pontuações mais elevadas nesse campo. [BRASIL, 2003. *Guia de livros didáticos PNLD 2004 – 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa / Alfabetização*, p.44]

A análise desses excertos sugere que, embora a expressão “alfabetizar letrando” tenha sido utilizada somente no Guia do PNLD 2007, as semelhanças entre o perfil das obras RR no PNLD 2004 e o das obras do PNLD 2007 agrupadas no bloco 3 – que representam apenas 21,27% do total dos livros recomendados nessa edição – indicam que a definição de Soares para os termos alfabetização e letramento, veiculada nas diretrizes para o ensino nos anos / séries iniciais do EF em 2006, parece ter sido a base para a formulação dos critérios utilizados na definição dos perfis dos livros considerados mais, ou menos recomendáveis em ambas as edições do PNLD (2004 e 2007), fomentando a realização de mudanças nas obras inscritas de uma edição para a outra<sup>49</sup>.

**- *A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos – orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade (2009)***

**- *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa (2009)***

*A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos – orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade*<sup>50</sup>, a mais recente das publicações da esfera federal relativas à política de

---

<sup>49</sup> Os estudos realizados por Brito et.al. (2007), apresentados no GT-10 da 30ª Reunião Anual da ANPed em outubro de 2007 confirmam tal hipótese: [...] “percebemos, nesse último PNLD, que os livros de alfabetização têm buscado equilibrar as atividades que favorecem o letramento com aquelas que possibilitam a apropriação do sistema de escrita alfabética. O livro LEP, por exemplo, em 2004 foi *Recomendado com Ressalvas* e em 2007 foi classificado no bloco 2 (*Livros que abordam de forma equilibrada os diferentes componentes da alfabetização e do letramento*) [...]. [BRITO et. al., 2007, p.17]

<sup>50</sup> Autores: Eliana Pereira Araújo, Professora da Rede Municipal de Lagoa Santa – MG; Juanice de Oliveira Vasconcelos, Professora da Rede Municipal de Lagoa Santa – MG; Kelly Cristina Nogueira Souto, Professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, Membro da equipe de avaliação do PNLD 2010; Maria Zélia Versiani Machado, Doutorado em Educação pela UFMG, Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, Pesquisadora do Ceale, Redatora do PNLD 2010; Mônica Correia Baptista, Doutorado em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona, Professora adjunta do Departamento de Administração Escolar da UFMG e Pesquisadora do Ceale; Sara Mourão Monteiro, Professora da Faculdade de Educação da UFMG, Pesquisadora do Ceale, Assessora no PNLD 2010.

implementação do EF de nove anos, traz explícito em seu título o aspecto focalizado nos textos que a compõem – o ensino da leitura e da escrita nas classes de 1º ano. Foi produzido com objetivo de promover discussões sobre o papel do desenvolvimento da linguagem escrita na garantia do direito à educação.

Nos textos que compõem a segunda das três partes nas quais o documento se divide discutem-se propostas pedagógicas e fundamentos teóricos relativos a algumas dimensões que, segundo seus autores, estão presentes no processo de alfabetização: o letramento, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de palavras, frases e textos, a aquisição do sistema de escrita e o desenvolvimento da consciência fonológica e o desenho e a brincadeira (BRASIL, 2009, p.9).

A análise de seu conteúdo permite identificar conexões com as diretrizes para o ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do EF divulgadas 2006, entre as quais destacam-se os fundamentos que orientam uma prática “capaz de cumprir o desafio de alfabetizar letrando”, a indicação de propostas pedagógicas por meio das quais a aprendizagem da leitura e da escrita se dê em contextos de uso da linguagem, bem como os fundamentos acerca da relação entre o processo de apropriação do sistema alfabético de escrita e o desenvolvimento da consciência fonológica, que segundo seus autores, se dão concomitantemente (Monteiro e Baptista, 2009, p.58).

Em relação a tal dimensão a indicação de propostas pedagógicas, presente nesse documento, aponta como necessária “uma abordagem sistemática do sistema fonológico ao longo do processo de alfabetização” por meio de atividades que promovam: “a análise das variações linguísticas que constituem a linguagem oral; a análise das diferentes unidades fonológicas da língua oral; o reconhecimento das correspondências entre unidades fonológicas e unidades do sistema de escrita” (Monteiro e Baptista, 2009, pp.62-63).

No *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, publicado no ano que antecede o término do prazo da implementação do EF de nove anos nas redes de ensino, também mantém, como se verificou nas edições anteriores, o princípio geral que aponta como prioritária nos livros didáticos a presença de propostas de leitura e produção de textos orais e escritos em situações contextualizadas de uso. Nota-se, no entanto, que somente nessa edição do PNLD figuram entre os objetivos centrais do ensino de Língua Portuguesa relacionados a esse princípio geral: o domínio da escrita alfabética “já nos dois ou três primeiros anos” do EF e a inserção da criança no mundo da escrita para a ampliação e o desenvolvimento

progressivo de seu letramento – objetivos que guardam relação com próprio título do *Guia*.

No que se refere aos critérios relativos ao processo de alfabetização, embora nas edições de 2004 e 2007 a construção de conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita já fosse considerada o objetivo central das situações de análise e reflexão sobre a língua a serem propostas nos livros didáticos, no *Guia* do PNLD 2010, explicita-se como necessária a presença de atividades que “explorem as relações entre a pauta sonora do português e os recursos disponíveis na escrita alfabética” que permitam aos alunos:

- diferenciar a escrita de outros sistemas de representação;
  - conhecer as letras do alfabeto;
  - desenvolver a noção de palavra escrita;
  - identificar o fonema como unidade sonora;
  - identificar a sílaba como unidade sonora;
  - analisar as relações entre as unidades sonoras de palavras (sílabas, fonemas) e suas correspondentes na escrita [...]
- [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, p.25]

É possível, portanto, verificar conexões entre esse critério de avaliação e as propostas pedagógicas indicadas nos textos em que se discute o ensino da linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade publicados tanto em 2006, quanto em 2009.

Finalmente, quanto à definição dos perfis das obras recomendadas nessa edição do PNLD, identificam-se mudanças que decorrem não só das diretrizes para o ensino da linguagem escrita nos anos iniciais do EF, como também das determinações da política de sua ampliação para nove anos de duração – cujo prazo de implementação termina no mesmo ano em que as coleções do PNLD 2010 são disponibilizadas aos professores.

No plano dos materiais didáticos, essa reorganização não poderia ter deixado de causar um redimensionamento das demandas, o que conduz a um olhar diferenciado para a análise de novas e antigas coleções voltadas para alfabetização, com resultados para a avaliação necessariamente diferentes dos anteriores. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, pp. 26-27]

Enquanto nas edições anteriores o perfil das obras obedece a uma classificação guiada por critérios relacionados à atenção dada “aos objetos da alfabetização e do letramento”, no PNLD 2010, os princípios organizadores das coleções destinadas aos alunos do 1º e 2º anos do EF são outros, a saber:

1. Coleções organizadas predominantemente por temas [...]
2. Coleções que combinam a organização em unidades temáticas com o desenvolvimento de projetos de trabalho [...]
3. Coleções organizadas por unidades de estudo de palavras-chave e letras do alfabeto. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, pp.33-34]

Infere-se, portanto, que o equilíbrio da atenção dada aos “diferentes componentes da alfabetização e do letramento” – critério utilizado na definição dos perfis dos 47 livros recomendados no PNLD 2007 – parece ter sido assegurado na edição 2010.

Essa hipótese tende a confirmar-se em trechos que descrevem aspectos gerais das coleções aprovadas:

[...] as coleções aprovadas organizam-se de forma a garantir ao aluno uma inserção qualificada no mundo da escrita e o domínio da escrita alfabética. Para tanto, respeitadas as eventuais diferenças de ênfase e/ou de princípio adotadas para a organização geral do material, essas coleções  
- contemplam, nos dois volumes, tanto a perspectiva do letramento quanto da aquisição do sistema de escrita [...]. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, p.28]

Indícios quanto a certa uniformidade das coleções recomendadas no *Guia* do PNLD 2010 também podem ser observados em excertos de textos que explicitam aspectos relativos a cada eixo de ensino, como nos casos da leitura e da produção de textos:

Em relação à **leitura**, todas as coleções aprovadas colaboram para o desenvolvimento das capacidades necessárias tanto ao processo de alfabetização [...] quanto à compreensão dos usos e funções sociais da escrita [...].

[...]

Todas as coleções apresentam uma proposta didático-pedagógica para a **produção de textos** [...] o trabalho proposto, em qualquer das coleções aprovadas, favorece o desenvolvimento de capacidades necessárias ao domínio da produção de textos escritos [...]. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, pp.29-30, grifos do original.]

O mesmo se dá quando se explicitam aspectos relativos ao processo de apropriação do sistema de escrita:

Em todas as coleções, o foco da análise e da reflexão sobre a língua e a linguagem [...] é a abordagem sistemática e progressiva das regras que regulam a escrita alfabética. Esse trabalho envolve a reflexão sobre as características do sistema, incluindo atividades que orientam o aluno a observar e analisar as relações que se estabelecem entre a pauta sonora do português e o registro escrito, operando-se com os vários elementos e unidades em jogo: fonemas e letras, sílabas canônicas e sílabas não canônicas (na fala e na escrita), palavra oral e palavra gráfica, frase. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, p. 31]

Tais indícios ganham peso acentuado quando se verifica a diferença entre o percentual de aprovações no PNLD 2010 e em suas edições anteriores:

**Tabela 3.8**  
**Livros / coleções de alfabetização**  
**aprovados na avaliação do PNLD**  
**2004 – 2010**

PNLD	Aprovados	Excluídos
2004	68%	32%
2007	90,4%	9,6%
2010	<b>32,20%</b>	67,79%

Fonte: Guias de Livros Didáticos 2004, 2007 e 2010.

Conforme explica o próprio *Guia* do PNLD 2010, o percentual significativamente menor de aprovações está relacionado “as determinações recentes das políticas públicas para o ensino fundamental – e, em decorrência, para os livros e outros materiais didáticos a ele destinados” (BRASIL, 2009, p. 26).

Em todo caso, chama a atenção uma possível relação entre a diminuição da oferta de livros didáticos para a escolha pelos professores e os indícios de certa tendência a uniformização das obras aprovadas, sobretudo quando se considera que as mudanças efetuadas nos livros de alfabetização guardam relação, entre outros aspectos, com os debates no campo da produção dos saberes acadêmicos e escolares<sup>51</sup>.

Como já foi dito anteriormente, não se pretende neste estudo discutir sobre essa questão – que, certamente, exige e merece uma análise bem mais aprofundada.

No entanto, procurou-se identificar algumas conexões entre as diretrizes referentes ao ensino em turmas de 1º ano e os critérios de avaliação de livros / coleções de alfabetização aprovados nas três últimas edições do PNLD para compor, além do panorama relativo ao amparo legal e administrativo da ampliação do EF para nove anos de duração – apresentado na seção anterior –, um panorama geral das prescrições curriculares formuladas na esfera federal para os anos iniciais dessa etapa da escolaridade.

Finalmente, nesse contexto, tendo em vista a articulação – ainda que tensa, mas presente – entre políticas centrais e locais resta a análise das diretrizes formuladas na esfera municipal.

Para isso, focalizou-se o documento *Quadro de Saberes Necessários* (QSN), um dos componentes da proposta curricular que integra o conjunto do projeto político-pedagógico da rede municipal de educação de Guarulhos. Trata-se de um referencial para o planejamento das propostas realizadas em sala de aula quanto aos saberes considerados necessários para a formação dos alunos matriculados em diferentes segmentos da Educação Básica.

No texto que apresenta a concepção de ensino e de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, no contexto de sua ampliação para nove anos de duração, destaca-se a ênfase dada à área de Língua Portuguesa.

A Rede Municipal de Guarulhos atende a Educação Fundamental regular em sua primeira etapa – 1º ao 5º ano – visando à implantação o ensino de nove anos em nossa cidade, dando absoluta ênfase ao processo de alfabetização e letramento [...] [GUARULHOS, 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários*, p.53]

---

<sup>51</sup> Sobre essa questão ver Brito et. al. (2007).

Embora não haja orientações específicas quanto ao ensino no 1º ano do EF observam-se, em vários excertos do texto, conexões com a concepção expressa nas orientações para esse ano de escolaridade, formuladas em nível federal.

Nas considerações feitas sobre o ensino da leitura, da escrita e da oralidade, além da utilização da expressão “alfabetizar letrando”, explicita-se a distinção entre os termos alfabetização e letramento - conforme proposta feita por Soares (1998), que também fundamenta as diretrizes dadas pelo MEC.

Esta concepção considera que alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis à formação plena do cidadão. Assim, não se trata de escolher entre alfabetizar ou letrar; trata-se de alfabetizar letrando. [GUARULHOS, 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários*, p.57]

O documento aponta como “produtiva” a ação pedagógica que consegue contemplar “a alfabetização e o letramento de maneira articulada e simultânea”. Nesse sentido, nos eixos leitura, produção de textos e oralidade há a indicação de que as aprendizagens relacionadas a cada um deles se deem em situações contextualizadas de uso da linguagem.

Além disso, no que se refere ao eixo “apropriação do sistema de escrita”, entre os saberes apontados como necessários, figuram a identificação da “relação entre grafema/fonema (letra / som)” e o reconhecimento de “sílabas, rimas, iniciais, mediais e terminações de palavras” que sugerem a realização de atividades também indicadas nos textos publicados pelo MEC tanto em 2006, quanto em 2009 (p.58).

Infere-se, portanto, que, segundo o discurso oficial, as práticas de ensino da leitura, da escrita e da oralidade prescritas pela esfera municipal no contexto de implementação do EF com nove anos de duração estão em consonância com as orientações formuladas em nível federal<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Conforme mencionado na Introdução, o tempo previsto para a realização desta pesquisa não permitiu a análise da prática efetiva, concretizada nas salas de aula onde estudam crianças de seis anos de idade. Apenas como exemplo, no anexo 2, há trechos da transcrição da entrevista feita com uma das professoras do 1º ano do EF referentes a esse aspecto.

Em 2009, foi em meio a esse contexto de mudança – tanto do ponto de vista da organização do sistema municipal de ensino para a incorporação das crianças de seis anos de idade ao EF, quanto das orientações para o ensino da leitura, da escrita e da oralidade nos anos iniciais desse segmento da Educação Básica – que se deu a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 nas escolas de Guarulhos.

## Capítulo 4

### **A escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores de 1º e 2º anos do EF**

No Capítulo 2, a descrição de fatores relacionados à gestão do processo de escolha de livros didáticos do PNLD na esfera municipal foi feita da perspectiva das condições de realização dessa política pública nos últimos dez anos. A seleção dos sujeitos da amostra e das fontes de pesquisa feita anteriormente não se restringia ao segmento da escolaridade que está sendo focalizado nesta parte do texto – o dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para tratar das práticas vivenciadas pelos professores de 1º e 2º anos do EF durante a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010, bem como da qualidade de sua participação durante esse processo é preciso situar tais aspectos na tensão existente entre a implementação do EF de nove anos no sistema de ensino de Guarulhos, as orientações do MEC e do município relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade para crianças de seis anos de idade e as condições sob as quais o PNLD se realiza nas escolas. Neste sentido, recorre-se a descrição do processo de escolha de livros didáticos realizada em uma das escolas da rede municipal (Escola 1)<sup>53</sup>, destacando aspectos já tratados no Capítulo 2 e que, nessa trama de relações, também podem interferir em sua realização – sobretudo quando analisados a partir da especificidade requerida pela nova organização do EF.

São eles:

- as ações que podem subsidiar a escolha de livros didáticos, neste caso, a existência de uma proposta curricular adequada às especificidades relativas ao ingresso de crianças de seis anos no EF e o desenvolvimento de programas de capacitação destinados aos docentes;
- os limites e possibilidades de organização das escolas para a realização do PNLD, neste caso, a criação de espaços destinados à análise / seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística, bem como a gestão pedagógica do processo de escolha: a organização do grupo de professores, do espaço, dos materiais e do tempo disponível para a análise dos livros.

---

<sup>53</sup> Os critérios de seleção da escola focalizada neste capítulo foram apresentados na Introdução.

#### **4.1 Subsídios para a escolha dos livros didáticos destinados às turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental**

Entre as ações que podem *subsidiar o processo de escolha de livros didáticos* destinados às turmas de 1º e 2º anos destaca-se a existência de uma proposta político-pedagógica e curricular coerente com as especificidades da nova organização do EF.

Uma das recomendações publicadas no Parecer nº18 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em 15 de setembro de 2005 – ano que antecede a regulamentação do EF de nove anos na rede municipal de Guarulhos – diz respeito à adequação do projeto pedagógico das redes de ensino em função da incorporação de crianças de seis anos de idade a esse segmento da Educação Básica.

##### **[...] II – VOTO DOS RELATORES**

No entendimento da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a antecipação da escolaridade obrigatória, com a matrícula aos 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental, implica em: [...]

5. Promover, de forma criteriosa, com base em estudos, debates e entendimentos, no âmbito de cada sistema de ensino, a adequação do projeto pedagógico escolar de modo a permitir a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade na instituição e o seu desenvolvimento para alcançar os objetivos do Ensino Fundamental, em 9 (nove) anos; inclusive definindo se o primeiro ano ou os primeiros anos de estudo/série se destina(m) ou não à alfabetização dos alunos e estabelecendo a nova organização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos termos das possibilidades dos Art. 23 e 24 da LDB.[...] [Parecer CNE/CEB nº 18/2005, de 15 de setembro de 2005]

Conforme mencionado anteriormente, no documento *Quadro de Saberes Necessários*, que é parte da proposta curricular da rede municipal de Guarulhos há orientações em relação ao ensino da linguagem leitura, da escrita e da oralidade nos primeiros anos da Educação Fundamental, que entre outras finalidades, podem subsidiar a seleção dos recursos didáticos utilizados em sala de aula. Sua publicação ocorre em 2009 – ano da última edição do PNLD – e, portanto, para verificar as possibilidades de utilização das diretrizes veiculadas nesse documento durante a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística por professores que lecionam em turmas de 1º e 2º anos do EF é preciso considerar algumas características de seu percurso de produção no contexto da implementação de mudanças na rede de ensino, iniciadas em 2001.

Em um documento divulgado pela Secretaria de Educação<sup>54</sup>, que traz informações sobre o processo de elaboração do *Quadro de Saberes Necessários (QSN)*, observa-se que no período que corresponde ao intervalo entre a revogação do Decreto Municipal 21.209, em novembro de 2001 e a publicação do Decreto Municipal 24.113 – que, finalmente, regulamenta a organização do EF de nove anos, em dezembro de 2006 – os debates sobre a proposta curricular que fundamenta a organização do sistema municipal de ensino guarulhense estão em fase inicial.

O processo de elaboração desse *Quadro* iniciou-se no ano de 2002, quando da apresentação para a Rede da primeira versão da Ficha Descritiva de Avaliação do Educando e, em sequência, em 2006 houve a re-elaboração dessa Ficha, já com a participação de representantes da Rede, juntamente com profissionais das diferentes modalidades de ensino: pedagogos, professores e psicólogos escolares, que atuam no Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas, parceiros na construção do PPP. [GUARULHOS, 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários – versão preliminar para discussão na Rede*, p.3]

Sua construção se deu de maneira gradativa – conforme também se verifica em trechos de documentos publicados anualmente, entre 2006 e 2008<sup>55</sup>, pela Secretaria de Educação:

[...] nos últimos anos, temos colocado constantemente em pauta a necessidade de avançarmos na explicitação e sistematização do nosso Projeto Político-Pedagógico. Simultaneamente, o currículo tem sido tematizado como instrumento de mediação, de concretização deste PPP. [...] [Subsídios para o Planejamento de 2006, *Circulação n°2*, jan. 2006, p.9]

[...] Saberes Necessários  
Considerando sua importância para o avanço na conquista de uma educação de qualidade social para todos, queremos retomar a reflexão que fizemos no Planejamento de 2007 sobre a definição dos *Saberes Necessários*. Queremos avançar na concretização de nosso PPP. Temos desafios enormes a superar em relação ao currículo. [...] [Planejamento 2008, *Circulação Especial – 2008*, p.9]

---

<sup>54</sup> Trata-se da versão preliminar da proposta curricular *Quadro de Saberes Necessários* – distribuída para discussão nas escolas em maio de 2009.

<sup>55</sup> Documentos publicados no sítio da Prefeitura Municipal de Guarulhos <http://www.guarulhos.sp.gov.br>

Somente em novembro de 2009 é divulgada a versão final do documento *Quadro de Saberes Necessários*:

QUADRO DE SABERES NECESSÁRIOS É APRESENTADO À REDE MUNICIPAL

A Secretaria de Educação apresentou, nesta quarta-feira (18), no Adamastor Centro, o “Quadro de Saberes Necessários – QSN”, documento referência a ser utilizado nos próximos anos pela rede municipal, que foi construído coletivamente e resultou das discussões realizadas durante todo o ano com a participação de todas as escolas municipais. [...] A apresentação do QSN contou com a presença de todos os diretores da Secretaria de Educação e das escolas municipais. [Boletim Eletrônico da Secretaria de Educação. Edição nº14 – 19/11/2009]<sup>56</sup>.

Portanto, no mês de junho desse mesmo ano – período estipulado para a escolha dos livros didáticos para os anos iniciais do EF – o documento continuava em processo de elaboração. Diante disso, supõe-se que os professores não puderam recorrer a ele durante a discussão sobre os critérios de seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010.

No entanto, em sua versão preliminar – citada anteriormente – faz-se referência a orientações que sugerem a participação dos professores no processo de construção da proposta curricular:

[...] no encontro final de 2008, foi solicitado aos educadores que enviassem para o Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas (Doep) o *Quadro de Saberes Necessários* de suas escolas, tal qual ele se encontrava até aquele momento, para que a Secretaria ‘sentisse’ o movimento da Rede nessa construção [...].

[...]

No início dos trabalhos, em fevereiro de 2009, no encontro com o Senhor Secretário de Educação e a Rede, [...] ele apontou a necessidade de concretizarmos a elaboração do *Quadro* [...]. Nessa ocasião foi solicitado que as escolas da Rede que não tinham ainda enviado ao Doep o *Quadro de Saberes Necessários*, poderiam fazê-lo. Também aquelas que já haviam atendido à solicitação, se desejassem, poderiam tornar a nos enviar os *Quadros* com as re-elaborações ocorridas no planejamento inicial do ano, quando todos os educadores se encontram. [GUARULHOS, 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários – versão preliminar para discussão na Rede*, p.4]

---

<sup>56</sup> Boletim publicado no sítio da Prefeitura Municipal de Guarulhos. Disponível na Internet: <http://www.engenhariadacomputacao.tecnologia.ws/Boletins/be14/Boletim14.html> em 3 jun. 2010.

Segundo esse mesmo documento, entre abril e maio de 2009 os *Quadros* enviados pelas escolas foram analisados pela equipe do Doep – responsável pela produção de sua versão preliminar – e devolvidos para serem discutidos novamente pelos educadores:

[...] Agora [*referindo-se ao mês de maio*], esses *Quadros* voltarão para as escolas e, pela mediação dos Professores-Coordenadores Pedagógicos serão analisados, debatidos por todos os educadores, em suas respectivas modalidades de ensino. [...] [GUARULHOS, 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários – versão preliminar para discussão na Rede*, p.5]

Verifica-se que, embora a versão final do documento ainda não estivesse à disposição das equipes escolares no período de escolha dos livros didáticos do PNLD 2010, o discurso oficial dá indícios de que a participação dos professores durante o processo de sua elaboração pode ter promovido, no interior das escolas, discussões sobre as novas diretrizes relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade nos anos iniciais do EF, bem como a utilização de tais orientações na tomada de decisões para a seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística – aspecto que será analisado no próximo tópico.

Além da promoção de debates em torno da adequação de um projeto pedagógico escolar à nova organização do EF e, dentre as ações que podem *subsidiar o processo de escolha de livros didáticos*, no documento organizado por Batista (2001) – citado no Capítulo 2 – recomenda-se também, a criação de programas de capacitação destinados aos docentes e desenvolvidos em parceria com as Secretarias Municipais de Ensino, bem como a elaboração de manual de orientação específico para ser utilizado “durante o processo de escolha e nos programas acima referidos” (p.36).

Em Guarulhos, desde 2007, professores que atuam em classes dos anos iniciais do ensino fundamental podem se inscrever no programa Pró-Letramento,<sup>57</sup> promovido pelo Ministério da Educação, em parceria com as universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.

---

<sup>57</sup> A participação dos professores é voluntária e, em Guarulhos, prevê remuneração em horas extras para o cumprimento da carga horária de 120 horas semestrais.

Embora o programa não tenha como objetivo principal subsidiar a escolha de livros didáticos, esse é o tema de um dos fascículos do material que é utilizado pelos professores, que tem como autores, membros da equipe de avaliadores do PNLD 2010<sup>58</sup>.

Fascículo 6. O Livro Didático em Sala de Aula: Algumas Reflexões: apresenta questões relacionadas ao uso do livro didático de Alfabetização e de Língua Portuguesa em sala de aula. Discute o processo de modificação dos livros didáticos a partir da institucionalização do PNLD; o processo de escolha e as características dos novos livros didáticos; e o uso que os (as) professores (as) fazem do livro didático em suas práticas de ensino. [BRASIL, 2007. *Pró-letramento - Alfabetização e Linguagem*, p.6]

Em junho de 2009, foi possível acompanhar os encontros de formação nos quais esses temas foram discutidos. Segundo a coordenadora do Pró-Letramento em Guarulhos, decidiu-se “inverter a ordem dos fascículos” para que aspectos relacionados ao processo de escolha pudessem ser tratados antes do término do prazo estipulado pelo PNLD.

A primeira reunião realizou-se dia 8/06/2009, data do início do processo de escolha dos livros do PNLD 2010<sup>59</sup>. Por meio da análise dos registros do diário de campo utilizado nesta pesquisa, verifica-se que apesar da pauta dos encontros ter privilegiado aspectos pedagógicos do processo de escolha, a participação das coordenadoras do Doep, Rita e Betina, responsáveis pelo PNLD no município, possibilitou também a discussão sobre aspectos operacionais do programa.

As coordenadoras fazem uma adaptação da reunião realizada dias antes com os diretores das escolas municipais. Rita traz informações sobre o prazo para a escolha, recomenda que evitem realizá-la no final do período estipulado pelo PNLD. Betina faz uma síntese dos procedimentos de solicitação e de recebimento dos livros selecionados e, explica os motivos pelos quais, em algumas situações, coleções não escolhidas são enviadas às escolas. [Diário de campo da pesquisadora, 8/06/09]

<sup>58</sup> Autores do fascículo 6 “O Livro Didático em Sala de Aula: Algumas Reflexões.”: Artur Gomes de Moraes (UFPE, assessor PNLD 2010), Ceris Ribas da Silva (UFMG / Ceale, coordenadora geral da área de alfabetização PNLD 2010), Eliana Borges Albuquerque (UFPE / Ceel / Ceale, coordenadora adjunta PNLD 2010), Beth Marcuschi (UFPE – Ceel / Ceale, coordenadora regional PNLD 2007), Maria das Graças C. Bregunci (UFMG / Ceale, redatora PNLD 2010) e Andréa Tereza Brito Ferreira (UFPE / Ceel / Ceale, assessora PNLD 2010).

<sup>59</sup> Participaram 30 professores que atuam em turmas de 1º e 2º anos do EF, de diferentes escolas da rede municipal.

Além dessas questões, os professores participantes ainda foram informados acerca de procedimentos relativos à organização da escola para a escolha de livros didáticos, geralmente atribuídos às equipes gestoras das unidades escolares – coordenadores e diretores:

Betina destaca que há um documento que pede nome e assinatura dos professores que participaram da escolha em cada escola. Enfatiza que a análise das coleções aprovadas pelo PNLD 2010 deve ser feita coletivamente, nas horas-atividades que todos cumprem semanalmente. Lembra a todos que as editoras enviam livros para as escolas, mas que somente no *Guia do Livro Didático* poderão ter acesso a todas as obras aprovadas. [Diário de campo da pesquisadora, 8/06/09]

Informações sobre o conteúdo do *Guia* também foram divulgadas:

No *Guia* vocês podem saber com certeza quais foram as coleções aprovadas neste ano. Ele está disponível no site do FNDE e uma versão impressa deve chegar até as escolas. De qualquer forma, é importante que os diretores de vocês imprimam esse material, principalmente as resenhas dos livros, porque é nessas sínteses que aparecem as avaliações do MEC. [coordenadora Betina, 8/06/09]

É isso... Nessas resenhas há os pontos positivos e negativos das coleções, os aspectos metodológicos... É uma referência que não está contaminada pelo texto produzido pelas editoras... Aqueles que vêm nos catálogos que chegam às escolas. [coordenadora Rita, 8/06/09]

Quanto aos aspectos pedagógicos do processo de escolha, entre outras atividades, foram propostos exercícios que envolviam a análise de livros didáticos de alfabetização recebidos no PNLD 2007. Com os livros em mãos, os professores participantes puderam avaliá-los a partir de critérios elaborados pela coordenadora do Pró-Letramento no município os quais, segundo ela, baseiam-se na concepção de alfabetização proposta pelo referido programa.

Pode-se inferir, que, conforme recomendação feita pelo MEC em 2001, a participação dos professores em reuniões como essa, subsidiem a escolha de livros didáticos pelos professores.

Depoimentos, como o da professora Camila, que leciona em uma turma de 1º ano na Escola 1, dão indícios de que a criação de espaços de discussão entre docentes, de análise e de fundamentação da prática pedagógica, pode lhes restituir a possibilidade

de assumir reflexivamente a condução de seu trabalho, que envolve, entre outras coisas, a escolha dos recursos didáticos que são utilizados em sala de aula.

Às vezes você faz uma coisa em sala de aula, mas não sabe o porquê de estar fazendo aquilo. Não sabe que tem toda uma teoria por trás. Todo dia eu leio livros diferentes para os meus alunos, um dia é poesia, no outro, fábula... O Pró-Letramento me ajudou a olhar um livro didático, a ver se ele tem diversos gêneros... Eu, provavelmente, talvez não olhasse tanto para isso na hora de escolher. [professora Camila, 17/06/09]

No entanto, há que se considerar, tanto a abrangência dessas ações de formação nas redes municipais – pois, no 1º semestre de 2009, apenas Camila e mais dois professores do quadro das demais escolas focalizadas neste estudo participaram do referido programa – quanto seu alcance frente aos limites e às possibilidades de organização do processo de escolha nas unidades escolares.

A “formulação de uma Proposta de Ensino Fundamental em Ciclos” e a capacitação dos educadores da rede municipal para sua concretização nas escolas, previstas no inciso F do Decreto Municipal nº 21.209 de 26 de março de 2001 – que apesar de revogado meses depois de sua publicação deu início às discussões acerca da incorporação das crianças de seis anos de idade ao EF – parecem ter se consolidado nos últimos anos. Ainda assim, o alcance de ações como essas que, no quadro do PNLD, podem subsidiar o processo de escolha de livros didáticos pelos professores, depende também das possibilidades reais de organização das escolas para sua realização.

#### **4.2 Limites e possibilidades da organização do processo de escolha nas escolas frente à especificidade requerida pela nova organização do EF**

Na Escola 1, o processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 se deu no mês de junho de 2009, dentro do prazo estipulado pelo FNDE / MEC. Conforme mencionado no Capítulo 2, assim como verificou-se nas demais escolas focalizadas neste estudo, alguns fatores parecem incidir nos limites e nas possibilidades da organização das equipes escolares para sua realização: uso de recursos materiais como o *Guia de Livros Didáticos* e/ou as coleções enviadas pelas editoras; a

organização dos espaços para análise e discussão sobre critérios para a seleção das obras; o tempo destinado à escolha dos livros.

Tais fatores ganham peso acentuado quando se considera a especificidade requerida pela nova organização do EF e se verifica que, pela primeira vez após a regulamentação de sua ampliação para nove anos de duração no município de Guarulhos, os professores dos anos iniciais tinham como tarefa selecionar livros didáticos para seus alunos.

No *Guia de Livros Didáticos* de Língua Portuguesa do PNLD 2010, há um roteiro com orientações para que os professores de 1º e 2º anos do EF se organizem para a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística:

#### Organizando o processo

A proposta começa com a determinação de um dia, um turno ou uma sequência de turnos alternados, ao longo de um determinado período do calendário escolar, para a escolha qualificada da coleção de alfabetização. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, p.331]

Conforme tal roteiro de orientações, uma escolha qualificada depende do cumprimento de “cinco etapas mínimas do processo”, a saber:

1. Professores responsáveis pelos dois primeiros anos do ensino fundamental devem se reunir para discutir sobre questões relacionadas ao projeto pedagógico que a escola quer assumir para o processo de alfabetização, aos conteúdos previstos para cada um dos anos de escolaridade etc.; registrar por escrito a discussão e as conclusões em um cartaz a ser fixado na sala dos professores para envolver toda a comunidade no processo de escolha.
2. Os professores podem se organizar para que, divididos em grupos, seja feita a leitura das resenhas do *Guia*, a indicação das coleções consideradas adequadas e o registro, em uma ficha, do nome das mesmas e dos motivos pelos quais foram selecionadas.
3. Todos os professores, ou representantes de cada um dos grupos, devem selecionar ao menos quatro coleções do *Guia*, consideradas as mais adequadas para a escola.

4. Os mesmos grupos devem analisar ao menos uma unidade inteira de cada ano / coleção selecionada, recorrendo a critérios sugeridos pela equipe de avaliação do PNLD<sup>60</sup>. Para a realização dessa etapa o texto traz uma observação:

[...] é fundamental que os professores contem com exemplares dos livros, razão pela qual será preciso solicitar o Manual do Professor às editoras com a devida antecedência, ou reunir exemplares em uso na própria escola ou em escolas próximas. [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, p.333]

5. Todos os professores, ou uma comissão de relatores, devem se reunir para discutir as análises feitas, as quais podem ser registradas em um mural que oriente a escolha das duas coleções, cujos títulos serão encaminhados como primeira e segunda opções ao FNDE.

A concretização de todas as ações citadas anteriormente – indicadas no roteiro sugerido pelo *Guia* como etapas mínimas do processo de escolha de livros didáticos – demanda o máximo das equipes escolares, quando são consideradas as possibilidades reais de organização dos espaços, do grupo de professores e do tempo destinado a sua realização.

No Capítulo 2 verificou-se que, para além do ‘descompasso’ entre o tempo programado pelo PNLD para a efetivação de todo o processo de escolha e o tempo percebido pelos agentes nele envolvidos, as escolas focalizadas neste estudo enfrentaram dificuldades quanto à criação de espaços adequados à análise dos livros pelos professores, bem como para reuni-los em um mesmo dia e horário a fim de que participassem de uma plenária para a definição das coleções a serem encaminhadas ao FNDE como primeira e segunda opções.

Na Escola 1, as soluções encontradas na tentativa de superar tais dificuldades foram: (a) colocar as coleções enviadas pelas editoras à disposição dos professores para que analisassem em suas salas de aula ou durante as horas-atividades; (b) destinar um desses momentos para a indicação de duas coleções de cada componente curricular a serem avaliadas, posteriormente, em uma plenária; (c) reunir o maior número de

---

<sup>60</sup> Sobre tais critérios, o texto faz a seguinte consideração: “As fichas que compõem o *Guia* incorporam, para cada componente, os principais critérios considerados pela Avaliação oficial. Mas abrem espaço para as intervenções de cada escola, podendo-se chegar a um conjunto de critérios que o grupo considere essencial para o trabalho com Língua Portuguesa” [BRASIL, 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização / Língua Portuguesa*, p.333].

professores em duas reuniões, realizadas em um mesmo dia, para a análise conjunta dos livros pré-selecionados nas HAs e para a indicação daqueles a serem solicitados ao FNDE.

Tais medidas foram tomadas antes mesmo do recebimento de um memorando com orientações referentes ao processo de escolha, enviado pelo Doep em 15/06/09, dias depois do início do prazo estipulado pelo MEC (8/06/09).

#### Reflexões sobre a escolha do Livro Didático

[...] É importante que as reflexões e decisões aconteçam durante as horas-atividades produzindo resultados mais consistentes e decisões compartilhadas. O processo de escolha conjunta fortalece o coletivo da escola e promove a reflexão e a tomada de decisões. [...] [Memorando circular nº 06/2009 – SE/02, 15/06/09]

Segundo depoimento da coordenadora da Escola 1, desde o dia 9/06/09, os professores que atuavam em diferentes anos de escolaridade – reunidos em três turnos diferentes – utilizaram a hora-atividade para a realização de uma pré-seleção dos livros enviados pelas editoras<sup>61</sup>.

### **As horas-atividades – espaços destinados à pré-seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística**

A hora-atividade corresponde a uma hora diária destinada à realização de trabalho pedagógico, que deve ser cumprida antes ou depois do período em que o professor está em sala de aula.

Mesmo contando com esses espaços para a análise dos livros do PNLD 2010 e com a possibilidade de examiná-los individualmente levando exemplares para suas salas de aula, infere-se que as condições oferecidas aos professores não favoreceram a realização de uma discussão aprofundada sobre os critérios de seleção das obras correspondentes a cada um dos componentes curriculares, tampouco sobre as especificidades requeridas pela tarefa de selecionar as coleções de Letramento e Alfabetização Linguística.

Tal aspecto parece confirmar-se em algumas das justificativas dadas por professores de 1º e 2º anos do EF às indicações feitas durante essa primeira seleção.

---

<sup>61</sup> Conforme mencionado no Capítulo 2 o *Guia de Livros Didáticos* – versão impressa - não chegou a tempo na Escola 1 e as escolhas foram feitas a partir da análise das coleções enviadas pelas editoras.

Nas entrevistas feitas com alguns deles o critério mais citado guardava relação com um dos requisitos expressos no *Guia* de Língua Portuguesa – “a exploração de diferentes tipos de letras (cursiva, script etc.)”:

A gente usou como critério livros que tivessem atividades para o traçado da cursiva, pela realidade das crianças que a gente tem aqui. Nas atividades de escrita ele pode já ter um contato com a letra cursiva. Eles usam a [*letra*] bastão ainda, mas já vão tendo um contato, vão fazendo um pouquinho, nada exagerado. [professora Marília, 16/06/09]

Esse aqui [referindo-se a um dos livros] eu não escolho, porque é melhor que seja tudo em letra bastão. Só no 2º semestre que eu começo com a letra cursiva. [professora Miriam, 16/06/09]

Com esse eu não concordo. Eu não concordo com esse tipo de cópia [*referindo-se a atividades de treino da letra cursiva*]. Concordo que é importante melhorar a caligrafia, mas daí eu penso em outro tipo de atividade, só pra quem precisa. Mas também não concordo que tem que ter só letra bastão. Eu acho que eles têm que ter contato com todos os tipos de letra. [professora Adriana, 16/06/09]

Nota-se que não há consenso quanto ao critério relacionado a esse aspecto gráfico das coleções analisadas.

O mesmo ocorre quando os professores avaliam o material textual dos livros didáticos frente às possibilidades de sua utilização pelos alunos:

Tem alguns livros que tem texto demais e a gente tem muitos meninos que não estão alfabetizados, né? Tem muito texto, muita escrita... [...] Não dá nem pra começar a usar o livro. Muitas professoras deixam de usar o livro porque ainda não dá. As crianças não conseguem acompanhar. [professora Marília, 16/06/09]

Elas [*as outras professoras*] acham que os textos desse outro livro são muito grandes, mistura tipo de letra... É só pra isso que elas olham. Elas nivelam por baixo. Sempre é menos... ao invés de dar mais oportunidade. Sempre é menos, sempre é por baixo. A maioria diz assim: ‘ah, esse livro é muito difícil, os textos são grandes’... coisa que eu não levo em consideração. Não é pelo tamanho do texto que eu avalio. [professora Adriana, 16/06/09].

Então, esse é um livro básico, com textos curtos, que é interessante para quem está no início do processo de alfabetização... que é o caso dos alunos do 1º e 2º ano. [professora Madalena, 16/06/09].

Para além da discussão sobre a qualidade dos critérios formulados por esses professores, verifica-se que a existência de um horário destinado à realização de trabalhos pedagógicos (hora-atividade) parece não ter assegurado as condições necessárias para a formulação conjunta de critérios de escolha consensuais e compartilhados preconizada tanto nas orientações contidas no *Guia*, quanto nas orientações dadas pela secretaria de educação – contidas no memorando citado anteriormente.

Em todo caso, mesmo sem a possibilidade de realização de um debate aprofundado sobre as questões relacionadas ao projeto pedagógico da escola para o processo de alfabetização dos alunos de 1º e 2º anos do EF, os professores que atuavam nessas turmas apontaram suas preferências entre as coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010, as quais foram levadas para as reuniões realizadas dia 17/06/09.

### **17/06/09 – as reuniões para indicação, como 1ª e 2ª opções, das coleções do PNLD 2010**

Foi possível acompanhar *in loco* as duas reuniões destinadas à indicação das coleções de livros didáticos para os anos iniciais do EF, realizadas dia 17/06/09 – uma delas no período da manhã e outra no período da tarde. A definição dessa data se deu em função do calendário da rede municipal, que estabeleceu para esse dia a dispensa dos alunos para a discussão do *Quadro de Saberes Necessários* (QSN), que estava em fase final de elaboração.

No texto de apresentação desse documento verifica-se que não apenas a Escola 1, mas todas as escolas da rede “pararam” por determinação da secretaria de educação:

[...] Muito provavelmente, no futuro, a data de 17 de junho de 2009 será lembrada como um marco na caminhada da Educação de Guarulhos: o dia em que as Escolas Municipais *pararam* para que professores, gestores, funcionários e pais refletissem sobre os saberes necessários para a formação dos seus educandos. *Pararam*, certamente, é apenas uma forma de dizer, pois foi um dia de trabalho muito intenso, porém, um trabalho diferente. [...] [GUARULHOS, 2009. *Proposta Curricular - Quadro de Saberes Necessários*, p.6]

Diante das dificuldades enfrentadas para a criação de espaços que reunissem os professores que lecionavam em diferentes turnos, a equipe gestora da Escola 1 incluiu na pauta prevista para esse dia a análise conjunta dos livros didáticos do PNLD 2010, pré-selecionados nas HAs, para a indicação daqueles a serem encaminhados como primeira e segunda opções ao FNDE.

Para a análise das condições sob as quais os professores indicaram as coleções de Letramento e Alfabetização Linguística foram considerados:

- a. a organização do grupo, do espaço e dos materiais utilizados na reunião;
- b. o tempo disponível para a escolha das coleções de cada componente curricular / para cada ano de escolaridade.

Conforme mencionado anteriormente, cada uma das reuniões realizadas dia 17/06 foi dividida em duas partes. Participaram, ao todo, vinte professores de diferentes anos de escolaridade / segmentos da Educação Básica, sob coordenação da equipe gestora da escola:

Pauta:

Parte 1 – fechamento da discussão do *Quadro de Saberes Necessários*.

Parte 2 – escolha das coleções do PNLD 2010.

Período da manhã:

Professores presentes: dois da educação infantil, dois do 1º ano, um do 2º ano, dois do 3º ano, um do 4º ano e dois do 5º ano do EF.

Equipe gestora presente: diretora e coordenadora.

Período da tarde:

Professores presentes: dois da educação infantil, três do 1º ano, dois do 2º ano, um do 3º ano e dois do 5º ano do EF.

Equipe gestora presente: diretora e coordenadora.

[Diário de campo da pesquisadora – 17/06/09]

Verifica-se que toda equipe docente esteve presente, dividida de acordo com a disponibilidade de horário de cada um: professores que lecionavam nos períodos da manhã e da tarde vieram em seus respectivos horários de trabalho e professores que lecionavam no período intermediário, distribuíram-se entre as duas reuniões – três participaram pela manhã e três à tarde.

Reunir toda a equipe escolar ou o maior número possível de professores de uma escola em um mesmo espaço pode favorecer, por um lado, a realização de debates em torno de critérios de análise como a continuidade e diversidade dos conteúdos e das propostas veiculadas nos livros que compõem cada coleção ao longo dos anos iniciais do EF, bem como sua pertinência e coerência didático-metodológica – aspectos considerados decisivos para a eficácia de sua proposta pedagógica.

Por outro lado, a organização desse grupo no espaço da sala e a forma de distribuição dos livros a serem examinados pelos professores podem interferir nas possibilidades de diálogo entre aqueles que lecionam em cada um dos anos de escolaridade para uma análise conjunta de cada uma das obras destinadas as suas turmas.

Nas duas reuniões – manhã e tarde – as formas de organização do espaço e dos materiais foram as mesmas:

#### Organização do espaço e dos materiais:

Reuniões realizadas em uma das salas de aula da escola.

Carteiras organizadas em círculo. Obs.: não há orientações para que professores que lecionam em turmas de um mesmo ano de escolaridade sentem-se próximos uns dos outros.

Nas laterais da sala estão dispostas quatro coleções correspondentes a cada componente curricular – Letramento e Alfabetização Linguística / Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática / Matemática, Ciências, História e Geografia – pré-selecionadas pelos professores, nas HAs. Os livros de cada coleção são distribuídos aleatoriamente e passam ‘de mão em mão’ para que cada professor possa analisá-los.

[Diário de campo da pesquisadora – 17/06/09]

De acordo com o que foi possível observar durante as reuniões, verifica-se que, além da impossibilidade de reunir todos os professores da escola em um mesmo horário, aqueles que lecionavam em turmas de 1º e 2º anos do EF não estavam, necessariamente, próximos durante as discussões, tampouco com um mesmo livro ou coleção em mãos – aspectos que podem ter limitado a realização de discussões aprofundadas sobre a especificidade requerida pela análise das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística.

Fatores como esses, relacionados à gestão pedagógica da reunião, também podem ter interferido nas possibilidades de utilização dos subsídios citados no tópico anterior como: as diretrizes que orientam o ensino da leitura, da escrita e da oralidade nas turmas de crianças com seis anos de idade e os critérios de avaliação das coleções veiculados no *Guia de Livros Didáticos*.

Além disso, em relação às ações de formação oferecidas aos professores alfabetizadores do município, tanto sua abrangência<sup>62</sup>, quanto a gestão das reuniões realizadas nas escolas (HAs) parecem não ter possibilitado a disseminação de fundamentos que promovessem a reflexão sobre a especificidade dos critérios de escolha dos livros didáticos destinados a crianças dos anos iniciais do EF.

Tais hipóteses podem ser verificadas no registro de trechos de discussões entre os professores – como o debate que ocorreu no período da manhã do dia 17/06/09, quando chegaram a um impasse frente à tarefa de indicar, como 1ª e 2ª opções, as coleções de Letramento e Alfabetização Linguística:

PROF. Ângela - O livro é de alfabetização, certo? Mas o primeiro texto já ocupa frente e verso da folha. Aí, eles [*os alunos*] têm que identificar naquele texto umas palavras... Tem alunos que não sabem nem se é pra ler da direita pra esquerda ou de cima para baixo...

[...]

PROF. Rosilda - Eu não gosto desse daí, o de alfabetização eu não gostei. Eu preciso assumir, né? Mesmo que eu seja criticada... No fundo, todo mundo trabalha o a-e-i-o-u, ba-be-bi-bo-bu... Não é assim?

[...]

PROF. Lidiane - Eu prefiro ensinar com jogo... É mais fácil pra eles. Se ficar só com o livro a gente não dá conta... Tem que ler textos, ler histórias. Tanto é que meus alunos na classe de alfabetização, não leem só sílabas simples... Eles leem tudo.

[transcrição de trechos da gravação em áudio, 17/06/09]

Ao explicitarem as razões pelas quais escolheriam uma coleção ou outra, nota-se que, para esses professores, o critério predominante foi o da sua adequação ao nível dos alunos. Embora seja pertinente considerar a adequação do livro didático às características dos alunos que estão no início do processo de alfabetização, já que são eles seus destinatários, verifica-se a ausência de argumentos relacionados à diversidade

---

<sup>62</sup> Conforme mencionado anteriormente, em 2009 - ano em que no município de Guarulhos o Programa Pró-Letramento tratou do tema 'livro didático' logo no início do processo de escolha do PNLD 2010 - apenas um dos professores da Escola 1 havia participado da formação.

dos textos e das atividades propostas nas coleções, à concepção de ensino e de aprendizagem que as fundamentam, a sua adequação ao projeto pedagógico da escola – aspectos aos quais tiveram acesso, apenas professores alfabetizadores que puderam participaram das ações de formação do programa Pró-Letramento<sup>63</sup>.

Também chama a atenção o fato de esse grupo não mencionar em seus argumentos, critérios pautados nos objetivos que se tem ao final do 2º ano do EF ou nas expectativas em relação às aprendizagens das crianças que ingressam nesse segmento da Educação Básica com seis anos de idade – sobretudo quando se considera que a primeira parte dessa mesma reunião esteve reservada para a discussão da proposta curricular do município.

Mesmo quando a diretora da escola, frente à dificuldade dos professores chegarem a um consenso, sugere que recorram ao planejamento anual da unidade escolar como referência para a análise dos livros, verifica-se a recorrência do mesmo tipo de argumento, pautado no perfil dos alunos “que não estão alfabetizados completamente”:

DIR: Bom, pensando no nosso planejamento deste ano... Esse livro atende? Qual atende melhor? Pensando no nosso planejamento... Mesmo que vá ter outro planejamento no ano que vem... [...] O nosso planejamento será com certeza revisto, mas a gente ainda não sabe como ele será... Ele vai ter ajustes... Mas, baseado no planejamento existente, porque isso é o que a gente já tem de concreto, qual [*livro*] atende melhor?

PROF. Ângela - Para o 1º ano, a gente está partindo do princípio de que eles não estão alfabetizados completamente... Então aquele lá [*Porta Aberta*], apresenta letra por letra, devagarzinho. Já esse outro aqui, parte do pressuposto de que eles já sabem ler... [...]  
[transcrição de trechos da gravação em áudio, 17/06/09]

Infere-se, portanto, que, ao menos na escola focalizada neste capítulo, as condições existentes para a discussão das diretrizes para o ensino da leitura, da escrita e da oralidade nos anos iniciais do EF – formuladas tanto na esfera federal, quanto na municipal – parecem não ter sido suficientes para o aprofundamento das especificidades requeridas pela complexa tarefa de selecionar os livros destinados aos alunos matriculados em turmas de 1º e 2º anos.

---

<sup>63</sup> Conforme mencionado anteriormente, o “livro didático” é tema do fascículo 6 do Programa Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem e, tais aspectos são discutidos em uma das propostas apresentadas na Unidade 3 (p.35).

No que diz respeito à utilização dos critérios de avaliação das coleções veiculados no *Guia de Livros Didáticos*, que também poderia subsidiar as escolhas dos professores, convém lembrar que sua versão impressa chegou à Escola 1 somente quando todo o processo já havia sido concluído.<sup>64</sup>

Ainda neste contexto de análise, ganha peso acentuado o fator tempo – sobretudo quando se considera que além do processo de seleção das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística e de sua especificidade, também estavam previstas a indicação das coleções correspondentes aos demais componentes curriculares / anos iniciais do EF e a discussão sobre o *Quadro de Saberes Necessários*.

Durante a observação das reuniões foi possível acompanhar a realização de todos os itens da pauta. No quadro 4.1 estão organizadas, como exemplo, as atividades propostas no período da manhã, bem como a duração de cada uma delas:

**Quadro 4.1**  
**Tempo de realização de cada item da pauta**

Reunião – período da manhã 9h – 12h		
Início	Atividade	Término
9h05	Discussão sobre o <i>Quadro de Saberes Necessários (QSN)</i> – proposta curricular da rede	9h30
9h33	Indicação das coleções de Alfabetização Matemática (1º e 2º ano) / Matemática (3º a 5º ano)	9h56
10h	Indicação das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística (1º e 2º ano) / Língua Portuguesa (3º a 5º ano)	10h37
10h40	Indicação das coleções de Ciências (2º a 5º ano)	11h
11h03	Indicação das coleções de História (2º a 5º ano) Indicação das coleções de Geografia (2º a 5º ano) Indicação dos livros de História regional (4º ou 5º ano) Indicação dos livros de Geografia regional (4º ou 5º ano)	11h50

Fonte: Diário de campo da pesquisadora, 17/06/09.

Nota-se que o tempo de realização das atividades variou entre vinte e cinquenta minutos e que na atividade que durou mais tempo, os professores estavam envolvidos em mais de uma tarefa – a indicação simultânea de coleções / livros de diferentes componentes curriculares.

<sup>64</sup> A versão eletrônica do *Guia* foi consultada apenas pela coordenadora da escola para verificar se as obras enviadas pelas editoras haviam sido aprovadas (ver Capítulo 2 desta dissertação) e para dar algumas informações aos professores que, aparentemente, conheciam pouco das coleções de História e Geografia e livros regionais.

As indicações, como 1ª e 2ª opção, das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística (1º e 2º ano) e das coleções de Língua Portuguesa (3º a 5º ano) foram discutidas ao mesmo tempo e concluídas em trinta e sete minutos - quase o mesmo tempo de duração registrado na reunião do período da tarde (trinta e cinco minutos). E, em ambos os períodos, observou-se a preocupação da coordenadora da escola em administrar a pauta a fim de que todos os seus itens fossem contemplados:

[...] COORD: Olha, sem querer apressar... Temos só mais dez minutinhos pra fechar os de Língua Portuguesa. [transcrição de trecho da gravação em áudio, 17/06/09 – período da manhã]

[...] A coordenadora chama a atenção dos professores e lembra a todos que ‘já são 15h30 e tem também os livros das outras áreas para escolher’. [Diário de campo da pesquisadora, 17/06/09 – período da tarde]

Conforme mencionado anteriormente, a especificidade requerida pela tarefa de escolher as obras destinadas aos alunos dos anos iniciais do EF demandava, entre outras coisas, tempo. As duas últimas etapas sugeridas no *Guia de Livros Didáticos*, consideradas “etapas mínimas do processo” para uma “escolha qualificada da coleção de alfabetização” pediam a análise de, ao menos, uma unidade inteira de cada coleção pré-selecionada e a discussão coletiva dos resultados dessas análises, possibilitando a toda a equipe identificar o que estava em jogo em sua decisão final (BRASIL, 2009, pp. 332-333).

No entanto, o que se verificou foi que, além das condições desfavoráveis à realização de um debate aprofundado durante as HAs que precederam essas reuniões do dia 17/06, a tensão entre a quantidade de atividades previstas na pauta e o tempo previsto para sua execução em cada um dos períodos também não possibilitou uma análise minuciosa das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística pré-selecionadas.

#### A decisão final para solicitação das coleções do PNLD 2010

A realização de reuniões, organizadas em dois períodos, de acordo com a disponibilidade de horário de cada um dos professores foi, por um lado, a solução

encontrada pela equipe gestora da Escola 1 frente à necessidade de criar espaços para a análise dos livros do PNLD 2010. No entanto, por outro lado, tal solução continuou impondo limites às possibilidades de participação de todos na decisão final para a solicitação ao FNDE das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística escolhidas como 1ª e 2ª opção.

Cada grupo de professores, conforme já foi dito, havia pré-selecionado duas coleções referentes a esse componente curricular nas HAs (Quadro 4.2):

**Quadro 4.2**  
**Coleções de Letramento e Alfabetização Linguística**  
**pré-selecionadas nas HAs**

Período em que os professores lecionam	Coleções pré-selecionadas nas HAs
Manhã / Intermediário	Porta Aberta – Letramento e Alfabetização Linguística Projeto Prosa – Letramento e Alfabetização Linguística
Intermediário / Tarde	Pensar e Viver – Letramento e Alfabetização Linguística L.E.R. – Leitura, Escrita e Reflexão

Fonte: Diário de campo da pesquisadora, Jun.09

No período da manhã do dia 17/6, foram distribuídos os exemplares de cada uma dessas coleções, recebidas por remessa postal. A essa amostra foi incluída ainda, a coleção *A Escola é Nossa – Letramento e Alfabetização Linguística*, recebida durante a reunião:

[...] Enquanto alguns analisam as coleções de Matemática, uma professora, voluntariamente, pede para dar um depoimento sobre suas experiências em edições anteriores do PNLD. Para isso foi preciso sair por alguns minutos da sala de reunião.

[...]

Retorno a sala de reunião. Observa-se a presença de uma pessoa, abrindo uma caixa e apresentando alguns materiais. Segundo informações da coordenadora, trata-se de uma divulgadora que trouxe livros que ainda não haviam sido recebidos. [...]

Iniciada a análise das coleções de letramento e alfabetização / língua portuguesa, a coordenadora distribui, além das coleções pré-selecionadas, a coleção *A Escola é Nossa* que acabara de chegar. [Diário de campo da pesquisadora, 17/06/09 – período da manhã.]

Após a análise dos livros, os professores do período da manhã definiram, como primeira opção, para 1º e 2º anos a coleção *Porta Aberta – Letramento e Alfabetização Linguística*; e para as turmas de 3º a 5º ano, a coleção *A Escola é Nossa – Letramento e*

*Alfabetização Linguística*. Como segunda opção, todos (do 1º ao 5º ano) indicaram a coleção *Projeto Prosa – Letramento e Alfabetização Linguística*.

No momento reservado à indicação das coleções desses componentes curriculares pelos professores que participaram da reunião do período da tarde, observou-se uma alteração relativa à distribuição dos exemplares a serem analisados, fato que tornou explícita a divergência de opiniões quanto à escolha dos livros de 1º e 2º anos:

[...] Início da análise das coleções de letramento e alfabetização / língua portuguesa.

A coordenadora distribui exemplares das coleções indicadas como 1ª e 2ª opções pelos professores que participaram da reunião do período da manhã. [...]

Professores de 1º e 2º anos questionam o fato de as coleções pré-selecionadas por eles nas HAs não fazerem parte da amostra disponibilizada para análise [*referindo-se às coleções Pensar e Viver – Letramento e Alfabetização Linguística e L.E.R. – Leitura, Escrita e Reflexão*]. [...] A professora Adriana é a que mais resiste às indicações feitas na reunião do período da manhã – fala que sua opinião sempre é ‘voto vencido’. [...]

Seguem as discussões. A maioria não concorda em manter a coleção *Porta Aberta* como 1ª opção. Em meio ao impasse, a coordenadora propõe que os professores de 1º e 2º anos analisem também a coleção *A Escola é Nossa*, que havia sido indicada apenas para as turmas de 3º a 5º ano. [...]

É sugerida a decisão por voto. Duas professoras [*Adriana e Lucimara*] se abstêm de votar. Após a contagem dos votos decide-se indicar a coleção *A Escola é Nossa* (do 1º ao 5º ano) como 1ª opção e, como 2ª opção, as coleções *Porta Aberta* (1º e 2º anos) e *Projeto Prosa* (3º ao 5º ano). [...]

A coordenadora dá por encerrada a escolha desse componente curricular e passam à próxima tarefa – a indicação das coleções de Ciências. [...] [Diário de campo da pesquisadora, 17/06/09 – período da tarde.]

Verifica-se que apesar da tentativa de agrupar o maior número de professores da escola em reuniões destinadas à análise dos livros do PNLD, os limites impostos à realização de uma plenária também impediram que se chegasse a um consenso quanto à indicação das coleções a serem solicitadas ao FNDE (Quadro 4.3):

**Quadro 4.3**  
**Coleções de Letramento e Alfabetização Linguística**  
**indicadas nas reuniões realizadas dia 17/06/09**

Coleções indicadas	Reunião realizada no período da manhã	Reunião realizada no período da tarde
1ª opção	<i>Porta Aberta</i> – Letramento e Alfabetização Linguística	<i>A Escola é Nossa</i> - Letramento e Alfabetização Linguística
2ª opção	<i>Projeto Prosa</i> – Letramento e Alfabetização Linguística	<i>Porta Aberta</i> – Letramento e Alfabetização Linguística

Fonte: Diário de campo da pesquisadora, 17/06/09.

A decisão final ficou, portanto, sob responsabilidade da equipe gestora da escola – diretora (DIR), coordenadora de ciclo (CC) e coordenadora pedagógica (CP) –, que se reuniu alguns dias antes do término do prazo para o registro das solicitações na Internet:

CP: Eu fiquei pensando... Peguei o livro do 1º ano dessa coleção [*A Escola é Nossa*], dessa [*Porta Aberta*] e dessa [*Projeto Prosa*].

DIR [*dirigindo-se à CC*]: Você acha melhor o *Porta Aberta*?

CC: Não é que eu acho melhor o *Porta Aberta*... É que pras nossas crianças ele é o melhor. Apresenta o alfabeto...

CP: Eu pensei em fazer o seguinte: escolher o *A Escola é Nossa*, porque ele tem uma boa sequência, trabalha com diversos gêneros textuais e também trabalha com sílabas, tá vendo? [*mostrando uma das propostas do livro*]

DIR: De qualquer maneira, a gente vai acabar escolhendo uma das opções escolhidas por elas [*professoras*], não é? Dá pra ver que houve uma inversão [*da 1ª para a 2ª opção*] do período da manhã para o da tarde, mas tá fechado nisso aqui [*referindo-se às três coleções indicadas*]. Então, a gente não vai deixar nenhuma delas descontente. É o que a gente já tinha falado... Pega os três e vê, desses, qual é o melhor.

CP: O que você acha de a gente colocar como 1ª opção *A Escola é Nossa* e como 2ª opção esse *Porta Aberta*?

CC: E o *Projeto Prosa*? Não é legal?

CP: É que o *Projeto Prosa* elas acharam mais legal do 3º ao 5º ano... E o que aconteceu muito foram comentários do tipo: ‘ah, esse é muito forte’. Ah, esse daqui não dá, meus alunos não viram nada disso...’. Então, acho que a gente pode colocar o *A Escola é Nossa* como 1ª opção e, como 2ª opção o *Porta Aberta*... [...]

CP: Espero que venham os que a gente escolheu. [...] [transcrição de trechos de gravação em áudio, 22/06/09]

É possível observar que das coleções pré-selecionadas nas HAs – organizadas no Quadro 4.2 – foi mantida apenas a coleção *Porta Aberta*, escolhida, após essa conversa, como 2ª opção e que a coleção *A Escola é Nossa* – recebida durante a reunião realizada dia 17/06 – acabou como 1ª opção entre as coleções de Letramento e Alfabetização Linguística solicitadas ao FNDE.

O fato de a coleção *A Escola é Nossa* ter sido a única entregue em mãos pelo divulgador da editora<sup>65</sup> parece não ter sido identificado como um problema pela equipe gestora da escola, pois em nenhum momento da discussão associam a chegada desses livros à sua inclusão na lista de indicações feitas por um dos grupos de professores, mesmo sem as condições adequadas a uma análise mais detalhada dos mesmos.

Ainda assim, em outro trecho da conversa entre a diretora e coordenadora pedagógica, registra-se o levantamento de hipóteses acerca do que pode ter motivado a presença do representante da editora no dia em que os professores estavam reunidos:

DIR: Qual coleção chegou em cima da hora?

CP: A coleção *A Escola é Nossa*...

DIR: Você não acha que foi proposital, esse negócio de mandar depois das outras editoras [*no dia da escolha coletiva*]?

CP: Acho que eles tiveram a ideia assim: ‘hoje a escola vai estar parada, eles vão fazer a escolha do PNLD’... Porque a rede parou, todas as escolas pararam, certo?

DIR: Mas você acha que eles iam ter essa informação... Iam né?

CP: Tem, tem sim. É assim: ‘a minha colega trabalha em tal editora, então eu aviso que nenhuma escola vai trabalhar...’ e pronto, eles vêm.

DIR: Porque todo mundo que ia analisar o *Quadro de Saberes* [*proposta curricular da rede*] também ia acabar discutindo o PNLD, né?

CP: Supõem-se que sim...

[transcrição de trechos de gravação em áudio, 22/06/09]

### Escolheram um e receberam outro?

Para além da discussão sobre o estímulo das editoras como fator que intervêm no processo de escolha – concretizado, neste caso, pela entrega em mãos de uma coleção à escola –, chama a atenção um fato identificado pelos participantes da reunião realizada no período da manhã que, embora não tenha ocorrido durante a escolha das coleções de

<sup>65</sup> Ver Quadro 2.1, no Capítulo 2 desta dissertação.

Letramento e Alfabetização Linguística, fez com que os professores desconfiassem de que os exemplares da coleção *A Escola é Nossa* que acabavam de receber do divulgador talvez não correspondessem àqueles aprovados pelo PNLD 2010.

No final do processo de indicação das coleções de História para turmas de 2º a 5º ano, os professores observaram que, na capa do exemplar da coleção *A Escola é Nossa* que tinham em mãos, havia a indicação de que em um mesmo volume estavam contemplados tanto conteúdos de História, quanto de Geografia – Figura 4.1 – diferente dos exemplares de outras coleções, recebidas por remessa postal, os quais correspondiam, separadamente, a cada um desses componentes curriculares. Nas figuras 4.2 e 4.3, observa-se tal diferença nas imagens das capas dos livros da coleção *A Escola é Nossa*, publicadas no *Guia de História* e no *Guia de Geografia* do PNLD 2010.

**Figura 4.1**  
*A Escola é Nossa - História e Geografia*  
(capa do livro entregue pelo divulgador)



Fonte: sítio da editora Scipione.

**Figura 4.2**  
*A Escola é Nossa – História*  
(capa divulgada no Guia do PNLD)



Fonte: *Guia de Livros Didáticos – História / PNLD 2010.*

**Figura 4.3**  
*A Escola é Nossa – Geografia*  
(capa divulgada no Guia do PNLD)



Fonte: *Guia de Livros Didáticos – Geografia / PNLD 2010.*

Embora esse episódio tenha se dado durante a indicação das coleções de História e de Geografia – e não durante a indicação das coleções do componente curricular focalizado neste estudo – ganha peso acentuado o fato de que os livros das coleções entregues pelo divulgador da editora e analisados pelos professores durante as reuniões realizadas dia 17/6 não guardavam semelhança com os livros das coleções divulgadas

nos Guias do PNLD 2010. E que, neste caso, provavelmente, diferiam não apenas quanto aos seus aspectos gráficos, mas também quanto aos conteúdos neles veiculados.

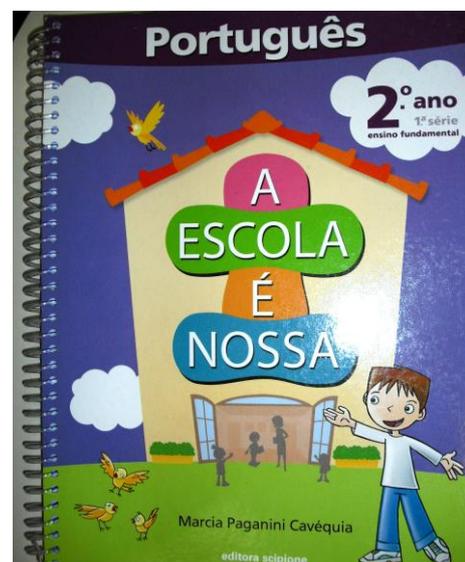
A hipótese de que havia diferença entre os exemplares analisados pelos professores e os livros que, caso fossem escolhidos, chegariam à escola tende a confirmar-se frente à constatação de que na capa dos exemplares entregues pelo divulgador da editora também não havia nenhuma indicação referente ao PNLD, como por exemplo, o código da coleção, utilizado no preenchimento dos formulários do sistema de registro da escolha no sítio do FNDE. Nas figuras 4.4 e 4.5, observa-se tal diferença comparando a capa de um dos livros da coleção *Projeto Prosa – Letramento e Alfabetização Linguística* (recebido por remessa postal) com a capa do livro *A Escola é Nossa – Português* (entregue em mãos durante a reunião).

**Figura 4.4**  
*Projeto Prosa – Letramento e Alfabetização Linguística*  
(exemplar de outra coleção recebido por remessa postal)



Fonte: registro fotográfico feito pela pesquisadora, Jun.09.

**Figura 4.5**  
*A Escola é Nossa - Português*  
(exemplar entregue pelo divulgador)



Fonte: registro fotográfico feito pela pesquisadora, Jun.09.

Em mais um trecho da reunião em que se deu a decisão final quanto aos livros a serem solicitados pela escola, verifica-se que a equipe gestora também discute a esse respeito:

DIR: Mas chegou algum livro que não estava indicado [*no Guia*]?

CP: Não. Só tive uma dúvida em relação ao código deste que entregaram [*A Escola é Nossa*]. Eu acredito que eles [*referindo-se à editora*] já tinham essa coleção assim prontinha. Então, eu acho que fazer uma outra capa, com aquele selo [*referindo-se ao selo que contém o código da coleção*] ia ser um custo pra eles... Acho que eles quiseram aproveitar o que tinha. O legal foi que ela [*a representante da editora*] informou: ‘não será assim, com espiral’... Ela foi honesta. Pelo menos isso ela avisou.

CC: Sabe o que parece? Que esse era uma sobra que ela tinha.

CP: É, mas já tá corrigida a ortografia [*referindo-se à nova norma ortográfica*]. Ela falou que não muda o conteúdo. Ela falou que o que muda mesmo é isso aqui... que vai ser brochura e não espiral.

CC: É que esse deve ser pra escola particular... [...] [transcrição de trechos de gravação em áudio, 22/06/09]

Entre as discussões sobre as diferenças identificadas nos livros – seja quando se tenta encontrar explicações para a ausência do código do PNLD na capa da coleção *A Escola é Nossa* ou quando se minimiza o impacto de aspectos como o da encadernação dos livros que a compõem – chama a atenção o crédito dado à informação relativa ao seu conteúdo.

Ainda que os conteúdos dos livros entregues pelo divulgador da editora não mudem em relação aos que estão veiculados na coleção *A Escola é Nossa - Letramento e Alfabetização Linguística* do PNLD 2010, a forma de tratamento dos mesmos pode diferir caso – conforme supõe uma das coordenadoras da Escola 1 –, os exemplares analisados pelos professores tivessem, de fato, como destinatários, alunos de escolas particulares<sup>66</sup>.

Assim sendo, ao defini-los como 1ª opção sem a certeza da existência de diferenças significativas entre a edição que tiveram em mãos durante as reuniões do dia 17/6 e aquela aprovada pelo PNLD, aumentam as chances de os professores de 1º e 2º anos do EF “não reconhecê-los” quando desejarem utilizar em suas salas de aula os livros enviados pelo FNDE.

---

<sup>66</sup> Tal hipótese apóia-se nos estudos de Gallian (2005), que ao analisar duas edições de um livro de Ciências – uma recebida por alunos de escolas públicas e outra à venda em livrarias - identificou, na comparação entre elas, diferenças na forma de tratamento dos conhecimentos científicos. No livro destinado a alunos de escolas públicas privilegiava-se a apresentação de definições; e o que servia à rede particular, promovia a utilização dos conhecimentos prévios dos alunos e oferecia a eles a oportunidade de refletir sobre as questões propostas e aos conceitos a elas relacionados. Segundo essa pesquisadora, desta constatação resta a sensação de que o livro didático que chega à escola pública porta uma redução / simplificação no que diz respeito à forma de tratamento dos conteúdos nele veiculados (p.63).

## Considerações Finais

A descrição do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 no município de Guarulhos – SP possibilitou a identificação das práticas vivenciadas por professores dos anos iniciais do EF frente à tarefa de selecionar os livros didáticos para as turmas nas quais lecionam.

Nesta análise foram considerados tanto aspectos da microestrutura, como a organização escolar para a escolha dos livros, quanto aspectos da macroestrutura – as ações do governo no quadro do PNLD, as práticas comerciais das editoras, a gestão do processo de escolha na esfera municipal e a política nacional de educação que torna obrigatória a matrícula de crianças no EF a partir dos seis anos de idade.

O estudo foi feito a partir de duas perspectivas: a das condições sob as quais os professores – independente do ano de escolaridade em que atuam – selecionam os livros didáticos para seus alunos; e a do contexto em que se deu a escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 por professores que atuam em classes de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental em função do processo de ampliação desse segmento da Educação Básica para nove anos de duração.

No que diz respeito às condições gerais de execução do PNLD, verificou-se conexões com aspectos apontados em algumas pesquisas realizadas nos últimos dez anos, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica<sup>67</sup>. Foi possível observar que o *Guia de Livros Didáticos*, considerado pelo próprio MEC como um dos principais canais de comunicação entre o PNLD, a escola e os professores, também não foi utilizado pelos docentes das unidades escolares focalizadas neste estudo - a análise dos exemplares de livros didáticos enviados pelas editoras continua sendo a principal referência para a escolha.

Conexões relacionadas a fatores como o tempo e a gestão do processo de seleção dos livros didáticos nas escolas também são identificadas quando se ‘dá voz’ aos professores que participaram desta pesquisa: em relação ao tempo destinado à escolha, observou-se um ‘descompasso’ entre o prazo programado pelo PNLD e a sua percepção por parte dos docentes entrevistados; e, quanto à organização das escolas para sua realização, verificou-se que, na tentativa de resolver problemas como a dificuldade enfrentada para a criação de espaços adequados à análise dos livros pelos professores e

---

<sup>67</sup> Ver Capítulo 2 desta dissertação.

a impossibilidade de reuni-los em um mesmo dia e horário, lançou-se mão da votação ou da definição da escolha final pela equipe gestora das unidades escolares.

Em relação às práticas vivenciadas, especificamente, por professores do 1º e 2º anos do EF durante o processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010, foram identificados entraves relativos à utilização de subsídios que auxiliassem na formulação de critérios compartilhados para a análise dos livros, bem como à organização das equipes escolares para sua concretização. Tais entraves limitaram as possibilidades de realização da “escolha qualificada da coleção de alfabetização”, preconizada nas orientações contidas no *Guia de Livros Didáticos* – sobretudo quando se considera a especificidade requerida por essa tarefa em função do processo de regulamentação da obrigatoriedade da matrícula de crianças com seis anos de idade no EF.

Apesar das soluções encontradas pela equipe gestora da Escola 1<sup>68</sup> na tentativa de assegurar espaços de discussão coletiva entre os professores, verificou-se que as reuniões destinadas ao debate sobre os livros didáticos do PNLD parecem não ter sido suficientes para a formulação de critérios consensuais entre professores que atuam em classes de 1º e 2º anos do EF. Foi possível notar que as análises feitas por eles guardavam relação com pontos de vista individuais ou pouco negociados acerca dos livros das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística. Infere-se que a diversidade dos temas tratados nas horas-atividades (HAs) e as demandas do cotidiano escolar parecem ter imposto limites à realização de debates em torno do projeto pedagógico da escola no que se refere à alfabetização, bem como das diretrizes para o ensino da leitura, da escrita e da oralidade – formuladas tanto na esfera federal, quanto na municipal.

Somam-se a isso, a relativa abrangência das ações de formação oferecidas pelo município aos professores alfabetizadores e a gestão pedagógica das reuniões realizadas nas HAs, que parecem restringir as possibilidades de consolidação da formação continuada nas escolas e o enraizamento da concepção de ensino e de aprendizagem da leitura, da escrita e da oralidade preconizada pela rede. Assim sendo, os problemas enfrentados para reunir os professores para a escolha dos livros do PNLD 2010 – tanto aqueles que lecionam em classes de 1º e 2º anos, quanto toda a equipe – apenas

---

<sup>68</sup> Ver, na Introdução, os critérios de seleção dessa escola da rede municipal de Guarulhos para o acompanhamento do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010.

evidenciam a ausência de espaços de debates entre os docentes que, neste caso, tratariam de temas como a continuidade e a diversidade de conteúdos veiculados em cada uma das coleções frente às expectativas de aprendizagem que se têm ao final de cada ano / ciclo; ou a pertinência / coerência metodológica dos livros de cada uma das coleções analisadas – aspectos considerados decisivos para a eficácia de suas propostas pedagógicas.

Finalmente, neste contexto, o fator tempo ganha peso acentuado – sobretudo quando se leva em conta que a indicação das coleções a serem solicitadas ao FNDE se deu por meio da análise dos livros mesmos. A tensão entre a quantidade de atividades previstas para as reuniões destinadas à realização de tal tarefa e a duração das mesmas impossibilitou a efetivação de um exame minucioso das coleções Letramento e Alfabetização Linguística por parte dos professores – aos quais, conforme se observou, não foi dada a oportunidade de analisar, detalhadamente, as unidades de cada um dos livros a fim de compará-los. Ainda assim, cabe assinalar que, no caso específico da escola focalizada no último capítulo desta pesquisa, mesmo que os professores tivessem realizado tal exame nos livros aos quais tiveram acesso, sua efetividade não estaria assegurada, pois, conforme relatado, ao final do processo foi indicada, como 1ª opção, uma coleção cujos exemplares analisados traziam indícios da existência de diferenças em relação à edição aprovada pelo PNLD 2010.

A descrição do processo de escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010, no quadro da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, ocorrido em uma das unidades escolares da rede municipal de Guarulhos possibilitou, portanto:

- a verificação de que os entraves relativos ao processo de seleção dos livros destinados aos alunos matriculados em classes de 1º e 2º anos do EF guardam semelhança com aqueles já identificados em pesquisas anteriores a esta – independente do segmento do EF a que correspondam cada uma das edições do PNLD em questão;
- a constatação de que no processo de escolha dos livros didáticos para alunos de 1º ano não foram levadas em conta as especificidades relativas a esse segmento da escolaridade, apesar das mudanças ocorridas, tanto na organização do sistema municipal de ensino para a incorporação de crianças de seis anos de idade ao EF, quanto nas orientações relativas ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade nessas turmas;

- a identificação de aspectos da gestão dos espaços de trabalho coletivo nas escolas que impuseram limite às possibilidades de realização de debates em torno de um projeto pedagógico relativo ao processo de alfabetização dos alunos dos anos iniciais do EF, bem como de efetivação de mudanças qualitativas no processo de escolha de livros didáticos;
- o reconhecimento de que a escolha dos livros didáticos da última edição do PNLD se deu em meio a um processo de *transição*, mesmo em uma rede de ensino onde os debates sobre a matrícula das crianças de seis anos no EF – regulamentada em 2006 - iniciaram há quase dez anos.

E que, portanto, qualquer tentativa de análise da qualidade de participação dos professores de 1º e 2º anos na escolha das coleções de Letramento e Alfabetização Linguística do PNLD 2010 requer sua contextualização na trama de relações que esta pesquisa procurou tecer – entre as ações do governo para a execução do programa de distribuição de livros didáticos no quadro da implementação do Ensino Fundamental de nove anos, as práticas das editoras e a gestão desses processos nas redes de ensino e no interior das escolas.

## Referências Bibliográficas

### 1. Fontes

- Documentos:

BANCO MUNDIAL. Sector de Educación. 2003. *World Bank - Guía Operacional para libros de texto y material de lectura*. Tradução: Gladys Arango. Bogotá: Cerlalc.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. 2001. *Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos*. Brasília: MEC/SEF.

BRASIL. Ministério da Educação. 2003. *Guia do livro didático PNLD 2004 1ª a 4ª séries. Língua Portuguesa e Alfabetização*. Brasília: SEF/FNDE.

\_\_\_\_\_ 2004. *Ensino fundamental de nove anos – orientações gerais*. Brasília: SEB/DPE/COEF.

\_\_\_\_\_ 2006. *Ensino fundamental de nove anos – orientações para inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: SEB/DPE/COEF.

\_\_\_\_\_ 2006. *Guia do livro didático 2007: apresentação: séries/anos iniciais do ensino fundamental*. Brasília: SEB/FNDE.

\_\_\_\_\_ 2006. *Guia do livro didático 2007: alfabetização: séries/anos iniciais do ensino fundamental*. Brasília: SEB/FNDE.

\_\_\_\_\_ 2007. *Pró-Letramento – Alfabetização e Linguagem*. Brasília: SEB/UFMG/UFPE/UnB/UNICAMP.

---

\_\_\_\_\_ 2009. *A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos – orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade*. Brasília: SEB/DCOCEB/COEF.

---

\_\_\_\_\_ 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: apresentação*. Brasília: SEB/FNDE.

---

\_\_\_\_\_ 2009. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e Alfabetização/Língua Portuguesa*. Brasília: SEB/FNDE.

---

\_\_\_\_\_ 2009. *Ensino fundamental de nove anos – passo a passo do processo de implantação*. Brasília: SEB/DCOCEB/COEF, 2ª edição.

CERLALC. 2008. *El espacio iberoamericano del libro*. Bogotá: Cerlalc.

GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários – versão preliminar para discussão na Rede*. Guarulhos: SME.

---

\_\_\_\_\_ 2009. *Proposta Curricular. Quadro de Saberes Necessários*. Guarulhos: SME.

- Leis Federais, Pareceres CNE/CEB, Decretos Municipais /Guarulhos-SP (ordem cronológica):

1) Decreto Municipal nº 19.894, de 15 de maio de 1997.

Dispõe sobre a implantação do ensino fundamental no município de Guarulhos.

2) Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Aprova o Plano Nacional de Educação.

3) Decreto Municipal nº 21.209, de 6 de março de 2001.

Autoriza a Secretaria de Educação de Guarulhos a incorporar ao ensino fundamental e considerar como matrículas no primeiro estágio do 1º ciclo, alunos de seis anos de idade.

4) Decreto Municipal nº 21.397 de 14 de novembro de 2001.

Dispõe sobre a organização do Ensino Fundamental no Município de Guarulhos e revoga o Decreto nº 21209/01.

5) [Parecer CNE/CEB nº 24/2004](#), de 15 de setembro de 2004.

Estudos visando ao estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Reexaminado pelo Parecer CNE/CEB 6/2005.

6) Lei Federal nº 11.114, de 16 de maio de 2005.

Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

7) [Parecer CNE/CEB nº 6/2005](#), de 8 de junho de 2005.

Reexame do Parecer CNE/CEB nº 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

8) [Parecer CNE/CEB nº 18/2005](#), de 15 de setembro de 2005.

Orientações para a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114/2005, que altera os arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96.

9) Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

10) [Parecer CNE/CEB nº 39/2006](#), de 8 de agosto de 2006.

Consulta sobre situações relativas à matrícula de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.

11) Decreto Municipal nº 24.113 de 26 de dezembro de 2006.

Dispõe sobre a organização do ensino infantil e do ensino fundamental no Município de Guarulhos e dá outras providências. Revoga os Decretos nºs 21.209/01 e 21.397/01.

12) [Parecer CNE/CEB nº 5/2007](#), de 1º de fevereiro de 2007.

Consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que tratam do Ensino Fundamental de nove anos e da matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Reexaminado pelo Parecer CNE/CEB nº 7/2007.

13) [Parecer CNE/CEB nº 4/2008](#), de 20 de fevereiro de 2008.

Reafirma a importância da criação de um novo ensino fundamental, com matrícula obrigatória para as crianças a partir dos seis anos completos ou a completar até o início do ano letivo. Explicita o ano de 2009 como o último período para o planejamento e organização da implementação do ensino fundamental de nove anos que deverá ser adotado por todos os sistemas de ensino até o ano letivo de 2010. Ressalta os três anos iniciais como um período voltado à alfabetização e ao letramento no qual deve ser assegurado também o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento. Destaca princípios essenciais para a avaliação.

14) Decreto Municipal nº 26.996, de 9 de novembro de 2009.

Dispõe sobre alteração de nomenclatura e denominação das unidades de ensino que especifica.

- Outros:

1) Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale).  
<http://www.abrale.com.br>.

- 2) Banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes). <http://servicos.capes.gov.br/capesdw>.
- 3) Diário de campo da pesquisadora utilizado durante reuniões realizadas no município de Guarulhos em junho de 2009.
- 4) Entrevistas com diretores e coordenadores pedagógicos das Escolas 1, 2 e 3 - Guarulhos.
- 5) Entrevistas com professores da Escola 1 - Guarulhos.
- 6) Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). <http://www.seade.gov.br/>
- 7) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). <http://www.fnde.gov.br>
- 8) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/escolar/matricula/default.asp>
- 9) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Data Escola Brasil. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>
- 10) Jornal *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2008.  
14% das escolas públicas erraram ao pedir livros didáticos em 2007.  
Renata Cafardo.
- 11) Jornal *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2008.  
MP na Bahia investiga falha em remessas. Documentos apontam adulteração de assinatura e indícios de fraude.  
Tiago Décimo.
- 12) Questionário do Professor – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil, 2007. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

13) Questionário respondido por 44 professores de três escolas da rede municipal de ensino de Guarulhos – SP, em junho de 2009.

14) Prefeitura Municipal de Guarulhos / Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos. <http://www.guarulhos.sp.gov.br>

## **2. Livros, artigos, teses e dissertações:**

APPLE, Michael W. 1995. Cultura e comércio do livro didático. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 81-105.

BARDIN, Laurence. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, COSTA VAL, Maria da Graça. 2004. Livros didáticos, controle do currículo, professores: uma introdução. In: *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, pp.9-28.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. 2004. O processo de escolha de livros: o que dizem os professores? In: *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, pp.29-73.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. 1996. Práticas de leitura em livros didáticos. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.22, n.1, pp. 89-110.

---

\_\_\_\_\_ 1997. Livros didáticos entre textos e imagens. In: *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, pp.69-90.

---

\_\_\_\_\_ 2008. Livros didáticos e professores. *Livro didático e saber escolar 1810 –1910*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 167-221.

BRITO, Andrea Ferreira et al. 2007. Livros de Alfabetização: como as mudanças aparecem? *30ª Reunião Anual da ANPed*, GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita. Texto disponível na Internet: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT10-3822>, em 04 mai. 2010.

BUNZEN JUNIOR, Clecio dos Santos. 2009. *Dinâmicas discursivas na aula de Português: os usos do livro didático e projetos didáticos autorais*. 227 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO, Lindabel Delgado. 2006. *A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP – Gestão 2001 - 2004: da construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-Pedagógico*. 120 f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1998. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: CATANI, Denice Barbara SOUZA, Cynthia Pereira de (orgs.). *Práticas Educativas Culturas Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, pp.31-40.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. 2003. *Circulação do livro didático: entre práticas e prescrições. Políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar*. 154 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

---

2005. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, jul./dez. 2005, pp. 281-312.

- 
2007. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 252 f. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- CHARTIER, Anne-Marie. 2007. A leitura e sua aquisição: modelos de ensino, modelos de aprendizagem. Tradução: Brandão, Ruth Silviano. In: *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, pp.147-184.
- CHOPPIN, Alain. 2004. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, pp. 549-556.
- COSTA VAL, Maria da Graça et al. 2004. Padrões de escolha de livros e seus condicionantes: um estudo exploratório. In: *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, pp.76-114.
- DAMASCENO-REIS, Angela Maria. 2006. *O uso do livro didático de língua portuguesa por professores do ensino fundamental*. 195 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. 2001. La renovacion de la manualistica escolar en la España de entresiglos. *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*. Actas do Colóquio A Geração de 98 e o Pensamento Finisecular na Península Ibérica, 3 de dezembro de 1998. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Centro de História da Cultura, v. XIII/2000/2001, II<sup>a</sup>. Série, pp. 171-188.
- GALLIAN, Claudia Valentina Assumpção. 2005. *Conhecimento escolar em ciências naturais no ensino fundamental*. 156 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

- GIMENO SACRISTÁN, José. 1995. Materiales y textos: contradicciones de la democracia cultural. In: MÍNGUEZ, Jesús García; BEAS, Miguel Miranda (orgs.). *Libros de texto y construcción de materiales curriculares*. Granada: Proyecto Sur de Ediciones S.A.L., pp. 75-130.
- GIMENO SACRISTÁN, José. 1999. A prática é institucionalizada: o contexto da ação educativa. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artmed, pp. 70-98.
- GOLLER, Gisele. 2002. *A prática docente nas séries iniciais e seus determinantes*. 186 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- JOHNSEN, Egil Borre. 1996. Capítulo 6 – Conclusión. *Libros de texto em El caleidoscópio*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, pp. 278-296.
- LEAL, Telma Ferraz, ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de, MORAIS, Artur Gomes de. 2006. Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica. In: BRASIL / MEC. *Ensino fundamental de nove anos – orientações para inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: SEB/DPE/COEF.
- LLINÁS, Paola. 2005. *Políticas de dotación de libros de texto en Argentina*. Buenos Aires: Centro para Implementación de Políticas para el Equidad y Crecimiento CIPPEC.
- MÁSCULO, José Cássio. 2006. Professores, alunos e livros didáticos nas correspondências da Companhia Editora Nacional. *IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História*, Goiânia.
- MELLO, Marinilzes Moradillo. 2007. A questão da municipalização da educação em Guarulhos: 1997 - 2004. 255f. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

MONTEIRO, Sara Mourão. 2004. Exercícios para compreender o sistema de escrita nos livros de alfabetização. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes, COSTA VAL, Maria da Graça (orgs.). *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, pp.201-238.

\_\_\_\_\_, BAPTISTA, Mônica Correia. 2009. Dimensões da proposta pedagógica para o ensino da linguagem escrita em classes de seis anos de idade. In: *A criança de seis anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos – orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade*. Brasília: SEB/ DCOCEB/COEF.

MUNAKATA, Kazumi. 1997. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 218 f. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

\_\_\_\_\_ 2001. Livro didático e formação do professor são incompatíveis? *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores*, Brasília: MEC/SEF, v. 1, pp. 89-94.

PARRA, Cecilia. 2007. Contar com libros. Una revisión de las políticas de dotación de libros a las escuelas pensada desde la enseñanza. *Antes de Ayer*. Texto disponível na Internet: [www.educared.org.ar/infanciaenred/antesdeayer/files/Contar%20con%20libros.pdf](http://www.educared.org.ar/infanciaenred/antesdeayer/files/Contar%20con%20libros.pdf), em 19 out. 2009.

ROJO, Roxane. 2006. Programa 5 - O livro didático de língua portuguesa: modos de usar, modos de escolher (PNLD/2007). *Salto para o futuro*, TVE Brasil. Texto disponível na Internet: [http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2006/\\_ldq/tetxt5.htm](http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2006/_ldq/tetxt5.htm), em 16 mar. 2009.

SANTOS, Cibele Mendes Curto dos. 2007. *O livro didático do Ensino Fundamental: as escolhas do professor*. 236 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação: Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

SOARES, Magda Becker. 1998. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.

\_\_\_\_\_ 2003. A reinvenção da alfabetização. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, vol.9, n.52, pp.16-21.

\_\_\_\_\_ 2004. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, jan. fev. mar. abr, 2004, pp.5-17.

TORRES, Rosa Maria. 1998. Tendências da formação docente nos anos 90. In: WARDE, Mirian (org.). *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas II Seminário Internacional*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, p.173-191.

TORRES, Rosa Maria. 2000. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. Tradução: Mónica Corullón. In: DE TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian, HADDAD, Sergio (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, p.125-186.

URIBE, Richard. 2006. *Programas, compras oficiales y dotación de textos escolares em América Latina*. Bogotá: Cerlalc.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard, THIN, Daniel. 2001. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.33, jun/2001, pp.7-47.

**Anexos**

## Anexo 1

Transcrição de trecho de palestra proferida por Emília Ferreiro\*, no *1º Seminário Victor Civita de Educação*, em outubro de 2006.

\* Doutora em Psicologia – Universidade de Genebra, Suíça. Investigadora do Centro de Investigação e de Estudos Avançados do Instituto Politécnico Nacional (Cinvestav), México. Linha de investigação: Processos de alfabetização: perspectiva psicogenética y psicolingüística.

[...] No Brasil, a pesquisa psicolingüística deveria ter seguido de perto a inovação pedagógica. Mas isso não aconteceu. E por isso abriu-se uma brecha para polêmicas pouco produtivas. No início, um debate estéril e improdutivo, opondo Piaget e Vygotsky. E agora temos um debate opondo alfabetização e letramento. E como pano de fundo outro debate entre construtivismo e método fônico.

O que está subjacente a esses debates são dois problemas teóricos da maior importância, sobre os quais vou me dedicar nesta conferência. Esses dois problemas podem ser vistos como perguntas. Primeira pergunta: a escrita é apenas uma técnica de transcrição de sons em letras, ou seja, um código? Segunda pergunta: um método de ensino pode ser elaborado com total independência dos processos de apropriação de quem aprende?

Vamos a primeira pergunta. Eu a repito: a escrita é apenas uma técnica de transcrição de sons em letras, ou seja, um código? O que é um código? Exemplos de códigos conhecidos no ocidente: o código ASCII usado nos computadores, que com uma série de símbolos 1 e 0 identifica de maneira unívoca cada um dos caracteres do teclado. Outro exemplo é o código de barras impresso nos produtos comerciais e que serve para identificar cada um deles. Outro exemplo um pouco mais histórico é o código Morse, que se utilizava nas comunicações a distância, no qual cada letra e número resulta numa configuração única entre pontos e traços. Outro exemplo conhecido é o código Braille, utilizado por pessoas cegas em que cada letra e número tem uma configuração única de pontos em relevo. Todos são exemplos de códigos e todos são construções racionais, invenções que às vezes levam o nome de seus criadores, como Morse e Braille. Atenção: nenhum desses códigos tem ortografia.

Isso não acontece com a escrita, que é uma construção coletiva e não individual, que é resultado de séculos de desenvolvimento e de múltiplos e variados usuários. Esses múltiplos e variados usuários foram deixando suas marcas nos sinais gráficos. Os sistemas de escrita de uso social são um produto histórico e são profundamente diferentes dos códigos racionalmente construídos e utilizados por um número limitado

de especialistas. As escritas são aspectos históricos socioculturais. A história que conta a escrita é necessariamente a história social de um produto cultural. Precisamente por ser produto de uma história social, a escrita carece das propriedades que têm os códigos. Num código há relações estáveis entre um sinal e sua interpretação. Não há sinais ambíguos. Um código com sinais ambíguos não serve para nada. Não há sinais ambíguos que possam ser interpretados às vezes de uma maneira e às vezes de outra. Por isso, quando os linguistas tentaram escrever os sons das línguas nativas da África e da América, que nada tinham em comum com o latim, descobriram que o alfabeto, tal como era usado em qualquer língua européia, não servia. E tiveram que inventar, aí sim, um código chamado alfabeto fonético internacional, que não é uma escrita que circula entre grupos amplos da população, mas apenas entre os especialistas. Um código que mantém o princípio básico de univocidade, ou seja, para cada som uma única letra e para cada letra um único som.

Nas escritas desenvolvidas historicamente isso não acontece. Insisto. Um código tem a regra de correspondência, mas não tem ortografia, porque suas regras são unívocas. Por outro lado, todas as línguas escritas naturais têm ortografia, porque suas regras de correspondência não são unívocas. Ou seja, um mesmo som pode ser escrito de várias maneiras e uma mesma letra pode corresponder a mais de um som. Então falar de alfabetização como a aprendizagem da codificação é, ao mesmo tempo, falar da escrita de um código. E isso não é correto. Por isso não estou de acordo com a oposição entre alfabetização e letramento tal como se tem hoje no Brasil, já que os maiores defensores dessa dicotomia sustentam – e aqui copieei algo que eles escrevem – “que ler e escrever é aprender a codificar e a decodificar e que se trata de aprender uma técnica”.

Está claro que as escritas de tipo alfabético tendem a representar as diferenças sonoras nos significantes dos signos linguísticos. Mas as escritas, por meio de seu desenvolvimento histórico se converteram em sistemas mistos e as diferenças sonoras não são exclusivamente o que as representam. Dou rapidamente três exemplos fáceis de entender. Primeiro exemplo: os espaços que deixamos entre as palavras. Os espaços definem as palavras gráficas, ou seja, definem certas unidades, mas não representam ausência de som, já que na fala normal as palavras simplesmente se juntam ao serem ditas. Segundo exemplo: o uso das maiúsculas em contraposição às minúsculas. As maiúsculas não indicam nenhuma mudança sonora. São indicadores semânticos, por exemplo, a maiúscula nos nomes próprios ou indicadores sintáticos, por exemplo, a

maiúscula no início da frase. E o último exemplo, a pontuação, que forma uma parte do sistema gráfico, mas não tem nada a ver com os fonemas.

Eu disse que as escritas de tipo alfabético tendem a representar as diferenças sonoras nos significantes, porém, como são empregadas por milhões de pessoas que vivem em territórios muito extensos, esses escritos estão mais próximos de certos dialetos do que de outros. Com o passar dos séculos, essas escritas passaram a não refletir adequadamente a língua oral de nenhum grupo, mas são instrumentos úteis de comunicação para todos eles. Não apenas isso. A escrita é um poderoso objeto de identificação que sinaliza o que todos esses modos de falar têm em comum.

Quando se quer ensinar a escrita como um código, necessariamente se recorre a um dialeto de prestígio, chamado dialeto padrão, com os consequentes problemas de desprezo ou menosprezo das variantes de falas dos alunos que pertencem aos grupos segregados do poder cultural e econômico. Porque o dialeto de prestígio, não é raro que assim seja chamado dialeto padrão, corresponde aos modos de falar dos grupos que têm prestígio social e poder econômico.

Em consequência, a pergunta se a escrita é apenas uma técnica de transcrição de sons em letras, ou seja, um código, recebe uma resposta negativa [...] [Vídeo disponível na Internet: [http://www.youtube.com/watch?v=ImQa0t\\_qVm4](http://www.youtube.com/watch?v=ImQa0t_qVm4), em 18 jun. 2010].

Transcrição de entrevista

Professora Marília – 1º ano

### **1- Formação / perfil profissional**

**Você atua em sala de aula por volta de 18 anos, certo? Há quantos anos atua em classes de alfabetização?**

Trabalho na Prefeitura há 14 anos. Trabalhei muitos anos intercalando entre salas de crianças de cinco e de seis anos. Nunca trabalhei com os alunos maiores. Na verdade eu não gosto dos conteúdos do ensino fundamental... Também não sei... acho que não penso, obrigatoriamente, em alfabetizar meus alunos de cinco, seis anos.

**Qual é sua situação funcional da rede?**

Sou concursada.

**Exerce outra profissão? (Qual?)**

Não.

**Qual é a sua jornada de trabalho semanal? (no magistério / total)**

25 horas.

**O que fazia antes de ingressar no magistério?**

No início da carreira, quando ainda fazia magistério, trabalhei em banco.

**Você fez Magistério e Pedagogia, certo?**

É. Fiz o Magistério em uma escola particular... e, depois, também fiz Pedagogia na FIG [*Faculdades Integradas de Guarulhos*].

**Quando concluiu o curso de Pedagogia?**

Terminei a Pedagogia em 1989.

**Como você avalia os cursos que faz em sua formação inicial?**

Eu acho que o Magistério não devia ter acabado. Quem só fez Pedagogia, fica sem saber atuar com as crianças menores. Vai ficar sem saber a prática. Algumas atividades não são discutidas no curso de Pedagogia. Não há uma formação que trabalhe com coisas para as crianças. Por mais que falem daquelas pastas com datas comemorativas, o curso, no Magistério, foi melhor que o de Pedagogia.

**No início de sua carreira você sentiu algum tipo de dificuldade para a realização de seu trabalho em sala de aula? Qual? E atualmente?**

No início, acho que todo mundo sente dificuldade. Como o passar dos anos você vai mudando de ideia. Eu tinha muitas dúvidas sobre a sequência dos conteúdos... Na escola

particular, onde eu trabalhei logo no início, recebia como ajuda a orientação de tudo o que eu deveria fazer em sala de aula.

**E com quais ajudas você pôde contar para enfrentar dificuldades ao longo de sua carreira?**

Ah, em primeiro lugar, eu acho que os conteúdos que aprendi no Magistério, depois eu acho que um livro didático, pode te ajudar a ter ideia de atividades... Também gosto de fazer cursos, por mais que você não aproveite... Fiz danças folclóricas, Libras, desenvolvimento de distúrbios... Tudo pela Prefeitura. Eu não fiz o Pró-Letramento. O que tinha, eram umas capacitações sobre jogos para a alfabetização... Eram bimestrais e reunia sempre o mesmo grupo. Também acho que na hora-atividade uma professora ajuda a outra na elaboração de matrizes, a gente troca ideias...

**A hora-atividade é um momento de reflexão sobre a própria prática, de planejamento coletivo, de estudo. Você: concorda com essa afirmação; concorda parcialmente; discorda totalmente? Por quê?**

Eu concordo. Como acontece aqui... Tem dias para planejar atividades, então, a gente vai preparando matrizes, trocando ideias, informações sobre os alunos. Algumas semanas, mais no início do ano, a coordenadora lê uns textos, mas isso não é sempre. A gente discute também sobre as festas...

## **2- Livro didático de Alfabetização**

**Este ano você não está utilizando livro didático. Na sua carreira, você já utilizou o livro didático?**

Nunca utilizei livro didático, porque eu sempre dei aulas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais [*denominação dada às turmas de crianças com seis anos de idade*].

**Você reproduz atividades ou textos do livro didático em outro suporte (lousa, folha avulsa)?**

Não. Eu uso CD com atividades... Imprimo direto. Às vezes uso também atividades que outras professoras montam. Principalmente as de leitura.

**O que você acha da forma como o ensino da leitura é proposto no livro que está a sua disposição neste ano, mesmo que você não o utilize? E em relação ao ensino da escrita? E o da oralidade? Muito bom; Bom; Razoável; Ruim. Por quê? Mostre exemplos no próprio livro.**

Razoável. Às vezes, não dá para usar todo o livro. No início algumas atividades você não consegue dar... Por exemplo, essa aqui [*mostrando atividade do livro Alfabetização – Ponto de partida, 2006, p.21*] só daria pra fazer se eles copiassem. As crianças são bem diferentes... Algumas já leem, outros são intermediários, outros precisam de mais ajuda. No livro, é tudo a mesma coisa e você tem que fazer junto na lousa... depois eles copiam.

**Como você avalia, em termos gerais, o livro didático que está a sua disposição este ano [2009]? Por quê?**

Eu nunca olhei esse livro inteirinho [*referindo-se ao livro Alfabetização – Ponto de partida, 2006*]. Mas tem coisas que você pode pular... Por exemplo: essa atividade da vogal [p.61]... Mas tem também umas que são boas, como essa aqui da musiquinha [p.32]...

**Você se lembra de como foi a escolha dos livros em 2006 (PNLD 2007)? Como foi o processo, em sua opinião?**

Olha, 2006 foi a primeira vez que lembro de ter escolha... Eu estou aqui desde 2003, né? Eu não escolhi, porque não era pra minha turma, mas eu ajudava, dava uma olhada...

**O que você acha que deve ser mantido ou modificado para a próxima edição do PNLD?**

Eu não sei, mas eu acho que a gente podia ter um pouco mais de tempo, né? Você viu aquele dia? Muitos livros ao mesmo tempo... Por mais que você olhe, passa alguma coisa... Passa alguma coisa batido... Você viu: de repente parece que a gente tinha adorado o *A Escola é Nossa*. A gente tentou dar uma olhada, mas você concorda? Nós não olhamos todas as páginas... Porque não é possível... Não foi possível naquele momento ali, pegar, olhar mais tranquilamente... Você folheia, dá uma olhada no início, às vezes olha um pouquinho do fim do livro e tal, mas eu acho que o tempo é curto... São muitos livros. Do jeito que foi ali, eu acho que é olhar... É isso mesmo. Não tem outro jeito... tem que folhear, olhar, conversar com as colegas, discutir... Eu acho que o tempo é que não está adequado...

Eu falo de tempo ali na reunião e de tempo antes da reunião... É que chega tudo de uma vez... Você viu a *A Escola é Nossa* que chegou na última hora? A gente já estava olhando outro e daí todo mundo falou: ‘olha esse aqui!’ Ele tinha acabado de chegar...

Na verdade tinha que ser ao longo do semestre, porque quando chega o final do semestre as coisas vão ficando mais e mais apertadas pra gente. Cada dia a gente tem que fazer alguma coisa. Elas [*diretora e coordenadora*] têm que ler circular pra gente... é escolha, é não sei o que... A hora-atividade não é uma coisa tranquila. [...] A hora-atividade fica tomada com outras coisas e aí já viu... Sorte que tiraram aquele dia só pra fazer isso [*a escolha*], né? Pelo menos teve um dia, porque eu acho que só na hora-atividade a coisa não ia... Você viu que tirou um período [*de aula*] e mesmo assim...

**Se você fosse consultada pelos avaliadores do PNLD, que aspetos você consideraria para a inclusão / exclusão de um livro de alfabetização no *Guia de Livros Didáticos*?**

Eu acho que não pode ter tanta poluição visual. Na nossa realidade, não dá pra dar no 1º ano um texto enorme... Ler um livro [*referindo-se aos livros de literatura infantil*] é diferente. Tá. O texto é grandinho, mas é diferente quando você está lendo pra eles aquela história... Mas, pra trabalhar em cima do texto do livro didático, como eles fazem aqui, não dá... É um texto muito grande. E também tem as questões depois do texto, perguntando várias coisas... Não é adequado, logo de cara, estar entrando em um monte

de perguntas que você vai ter que escrever com eles na lousa... Vai servir só pra quê? Interpretação? Tudo bem, você consegue ver se eles estão conseguindo interpretar o texto. Pra essa parte, tudo bem, eu acho legal. Eu acho que oralmente, no início, é muito importante pra ver quem é que consegue *[interpretar]*, porque, partindo do oral, quando eles estiverem fazendo suas próprias produções e tiver questões pra responder, eles já vão estar entendendo, né? Eles vão ler a pergunta pra ver o que é que tem que responder. Eu acho que faz falta trabalhar bastante oralmente... Eu faço isso várias vezes. [...] No livro, às vezes, as questões pegam uma página inteira... daí, tem aquela letrinha miudinha, de imprensa minúscula e várias questões, quase sem nenhuma figura, nem nada...

**Antes do PNLD 2007, tinha livro para as turmas de 6 anos? Em 2004, 2005, 2006?**

Não. Tinha o da 1ª série, né? Quando tinha ‘estágio 3’*[denominação dada, até 2006, às turmas de crianças com seis anos de idade]*... não tinha livro. Que eu me lembre não. Quando o ‘estágio 3’ passou para o ensino fundamental, passou a se chamar ‘ano inicial’. E não tinha... eu não me lembro de livro no ‘ano inicial’.

[...] Agora, se tiver *[quantidade suficiente]* pra todo mundo vai ser a primeira vez que eu vou usar livro. Eu acho até que pode ajudar... Você pode até intercalar, né? Imprimir algumas coisas de vez em quando... Com o livro você ganha tempo, eu acho. Ganha tempo em sala de aula, né? No livro já está pronto... E eu acho que eles gostam de ter aquele livro. E como nós achamos que o livro vai ser bacana pra eles, eu acho que eles vão gostar e eu acho que ajuda em sala de aula... Já está pronto, né? Vai ter que complementar com outras atividades, lógico... Em folha, em caderno... Eu acho que dá tempo de você fazer mais coisas, né? É lógico que a gente tenta providenciar tudo antes, mas às vezes você faz várias coisas durante a semana...

**Que atividades deveriam aparecer na primeira unidade de um livro didático para o 1º ano?**

Nós, professoras que trabalhamos aqui, pelo menos a maioria ou com quem eu conversei, gostamos daquela sequência que eu te falei... Começar pelas vogais e, ao mesmo tempo, dar o alfabeto todo... Também trabalhando um pouco com os nomes das crianças [...] A gente começa mesmo por aí... A maioria gosta que comece com esse tipo de atividade... O alfabeto na sequência, mas ao mesmo tempo o alfabeto geral, apresentando ele todo... [...] É que tudo começa por aí... Se você tem também umas musiquinhas, curtinhas, você pode tirar dali uma palavrinha que comece com A... Aí você vai respeitando a ordem alfabética...

### **3- Práticas de ensino**

**Como você faz para alfabetizar? Que critérios você estabelece para definir as atividades que propõe aos seus alunos?**

Então, a gente mistura um pouco as coisas todas, né? Normalmente, eu ensino as letras do alfabeto. Quase sempre eu começo pelas vogais, com aquelas atividades sobre as

letras, palavras que começam com uma letra, com outra... Ou através de um texto pequeno, quando eles percebem o som... quando começa com A, com E... Eu começo por aí e depois vêm as consoantes. Normalmente, eu falo nas famílias silábicas... quantas vezes abre a boquinha pra falar... Na escola particular as classes são mais homogêneas... Os alunos seguem de um ano para o outro... Aqui, todo ano chega aluno que não sabe nem coordenação motora...

**Você utiliza algum método ou conhece alguma teoria relacionada à alfabetização?  
Como teve acesso a eles?**

Não tenho nenhum método definido. Hoje está tudo misturado... Entrou o construtivismo e entenderam errado. A gente não consegue deixar de trabalhar com as famílias. Esse negócio de jogar as palavras e eles tentarem escrever não funciona... É uma salada. O que funciona pra um, não funciona pra outro. A gente escreve bem e não se traumatizou por ter sido alfabetizada com família silábica. Eu até acho que a gente deve agir de uma maneira diferente como propõe o construtivismo, mas é que as pessoas entenderam errado, achavam que era pra deixar o menino se virar sozinho, mas não é assim...

[...]

O construtivismo eu tive acesso naquela creche que eu trabalhei, na secretaria do menor... Foi lá a primeira vez que eu vi... Eles tinham essa linha... Estava começando, era aquela coisa... E lá a gente lia alguns textos. Lá era uma proposta legal, porque era uma creche e pré-escola e eles não queriam que o professor ficasse como um 'guarda criança', como na maioria das creches... Então eles queriam que tivesse uma proposta pedagógica bem construtivista. Tinha todos os recursos, só que ao mesmo tempo, quando iam os maiores, aí essa proposta era mais radical... Então, foi o primeiro contato que eu tive com o construtivismo. Mas era radical mesmo, tinha que inventar mesmo... Quase que não fazia nada mimeografado. [...]

Eu acho que eu uso uma mescla de tudo. Aqui, há pouco tempo, eles estavam em cima de Vygotsky, né? A gente leu umas coisas... Eu acho que com todas as professoras funciona assim. Em cima de tudo o que vê, procura o que ela acha melhor. E, na verdade, a gente lê, lê... Na hora que tá lendo a teoria você até se empolga... Quando a gente lê, tá com a cabeça tranquila, tá tudo muito bonito, mas quando você está lá no dia a dia, com trinta alunos, realmente, aquela frase que você leu ali... aquilo se perde... Porque quem escreve, faz as pesquisas em educação... a maioria não enfrentou uma sala de aula, assim, com trinta crianças... A gente até brinca: 'vamos nós, escrever um livro... pra escrever qual é a real, qual é a realidade...'. Porque quando você tá com a cabeça tranquila, em casa, ou quando você está nas palestras a pessoa começa a falar e você viaja um pouquinho, começa a se questionar: 'será que sou eu a errada?'. Mas, quando você chega aqui e pisa na sala de aula a coisa parece que muda... Você até acha interessante algumas coisas, ajuda em algumas coisas... Mas não é a realidade, porque você volta à vida normal: a indisciplina, o comportamento de alguns alunos durante a aula. Além disso, cada um tem um desenvolvimento e você tem que ver a individualidade deles... Mas sabe, no dia a dia, nem sempre é possível dar uma coisa diferenciada... Então, às vezes eu acho até que a gente faz algum milagre. Tenta ver

quem está muito diferente, dá uma coisa diferente para ele fazer... Aí, você esquece daquilo que você leu e diz: 'não, agora eu vou usar a minha própria psicologia, a que eu adquirei com o tempo'. Às vezes você ouve: 'ah, não é bom falar isso pra uma criança'... Mas você muda de ideia: 'não! Não falar é que vai traumatizar, tem que falar!'. São essas coisas... A gente sabe com qual criança pode falar isso ou aquilo. Tem que criança que não dá pra falar certas coisas... [...] Tem criança que está no comecinho, ainda não consegue... Não tem coordenação, não tem nada...

### **Você poderia indicar alguma atividade que você considera muito boa? Por quê?**

Eu gosto muito mais de Língua Portuguesa do que de Matemática... Eu gosto muito da parte de ler... Eles gostam muito que eu leia... Qualquer livro... Gostam de tudo que eu leio... Poesia, contos... Quando tem rima eles se interessam mais ainda e se divertem... [...] Eu acho que é porque eu gosto de contar historinhas. Eles perguntam, eles ficam interessados em palavras diferentes... E essa coisa de ter rimas, eles acham divertido. [...] Eu comecei a ler um livro, na sequência, em vários dias e, a cada vez, eu pegava uma parte pra ler... Todo mundo gostou. Então eu falei: 'vamos fazer isso todo dia na hora da entrada?' E a gente passou a fazer o ano todo. [...] Tinha um livro que não fazia parte da 'ciranda de livros', só ficava comigo, mas depois que eu já tinha lido todo o livro eu apresentei na 'ciranda'. E aí, uma das crianças falou que queria levar pra casa. Depois ela me contou: 'à noite minha mãe e meu pai abaixaram a televisão e eu falei a história pra eles'. E aí, como ela já tinha decorado veio até pedir pra falar lá na frente da sala... Depois que ela começou a fazer isso, outros quiseram fazer também... E agora, eles nem precisam mais do livro, eles já falam a história sem ler... Quando eles esquecem uma parte eu falo baixinho! [...] Foi bem bacana! Eles pediam pra contar de novo, mas eu parei, porque eu tinha contado várias vezes e daí, tentei mudar de tema, né? [...]

A produção de texto começou agora, na última 'provinha'... Esses sete [*alunos*] são os que já estão lendo, que já estão dominando [*o sistema alfabético de escrita*] e a produção deles ficou muito legalzinha... Era um texto que eles já tinham o título... Parecida com a atividade que tem no caderno... aquela da Turma da Mônica que a gente produziu coletivamente na sala. Eles iam dando as ideias, o título e tudo... Só tinha a figura... E, agora, na 'provinha' o título era 'O mágico atrapalhado'. E eu falei: 'vocês vão criar, inventar o que vocês quiserem, vão imaginar... Aqui embaixo, tem o desenho do mágico, do coelho...'. E eles produziram uns textos bem legais...

Isso eu já tinha feito um dia com cenas... Eram três cenas e eu falei: 'vocês vão criar... Como vocês acham que essa história pode chamar?'. Aí eles começam e se dá algum impasse eles falam: 'eu acho melhor a ideia do fulano. Eu não. Acho melhor a ideia dela'. Daí, eu mesma falo: 'bom tem essa ideia, tem essa outra, mas o que vocês acham se a gente colocar assim...?'. Quando eles falam alguma coisa sem sentido eu vou ajustando. Por exemplo, eles falam: 'bombeiro feliz'. Daí eu ajudo: 'não, tem que formar uma frase... assim... o bombeiro ficou feliz...'. Eles vão falando e a gente vai montando na lousa. Depois que fica pronto na lousa eles copiam. Vai pro caderno ou pra uma folha... [...] Foi aí que eu pensei em dar na prova, porque na 'provinha', pra esses que já leem, não dava pra ser uma coisa diferente...

**Quais atividades você realiza há muito tempo? Por que você as mantém em seus planejamentos? Como você teve acesso a elas?**

Atividades com parlendas para circular palavrinha, o alfabeto na sequência, trabalhando o som da letra... É porque eu acho que assim eles conseguem entender melhor... Eu acho que eles começam a entender melhor e a levantar as hipóteses da escrita através dessas formas... Começando pelo som, depois passando pras sílabas...

Eu não me lembro de onde vem isso... Ninguém me falou: ‘olha, faz assim... faz assado...’ Acho que é da troca entre os professores: ‘ah, eu faço assim... E você? Ah, eu coloco a palavra, com uns desenhos do lado’. E outra coisa que eu percebo na minha sala é que eles gostam... Você deve ter visto que no caderno tudo é representado com desenho. Eles copiam e depois desenharam ao lado da palavra... [...] Parece que desenho é necessário, faz parte... Eles gostam da escrita, mas eles gostam bastante de representar por desenho, né? Essa minha sala gosta muito de desenhar... Todo dia... [...]

**Quais atividades você introduziu em sua prática nos últimos anos? Que razões a levaram a fazer isso?**

Olha, coisa que eu gosto... é das musiquinhas... Por isso que eu gosto dos alunos menores... Eu gosto dessa parte, das músicas, das dancinhas... Eu gosto dessa parte. Agora [*no 1º ano*] não pode mais colocar musiquinha, desenho... E eu falo: ‘ai que coisa chata!’ ...

**Comentários adicionais feitos pela professora ao mostrar atividades realizadas por alguns de seus alunos:**

Esse aluno já estava alfabetizado em maio. Ele já estava lendo, mas o que é que acontece... Por exemplo, na ‘provinha’ que eu dei agora, os que leem bem não têm paciência de esperar os outros. Porque o que é que eu faço: eu leio a primeira página e dou um tempo pra eles fazerem. Eu tenho que ler pra eles... Mas os que já leem não esperam. Essa outra aluna já lia desde o final do ano passado, então este ano ela ficou boa de mais da conta! Ela é uma dessas crianças que vai lendo sozinha... A prova tinha quatro folhas e quando eu vi, ela já estava na parte do ‘ordenamento de texto’, que é uma parte que eu tenho que explicar... Aí eu penso: ‘deixa eu já falar pra todo mundo de uma vez o que é pra fazer, porque tem uns que não aguentam mais ficar esperando’.

[...]

E esses alunos que já leem, eu vejo o interesse deles. Eles querem escrever, eles vêm perguntar... De tanto eu falar pra eles assim: ‘isso aqui está certo, mas deixa eu te falar uma coisa, tem dois esses’. Então, muitas palavras eles já sabem. Eu acho que é uma turma que vai ter pouco erro ortográfico, pelo interesse que eles têm, porque você vê que eles sabem... Outro dia, eu fiz uma competiçõzinha entre as fileiras... Eu falei: ‘quando alguém, mesmo aquele que sabe escrever direitinho, errar uma letra, não vai ganhar ponto’.

[...]

Então, tem esses alunos ótimos, que já fazem tudo em [*letra*] cursiva. Tem uns dois que ficam no meu pé e me pedem: ‘você não vai me pedir pra fazer ‘sondagem’?’ Porque

eles já sabem, de tanto eu falar: ‘hoje eu tô fazendo sondagem... não me venha aqui perto...’. Agora, eles querem que eu treine com eles a leitura, mas eu não tô com muito tempo. Eles querem que eu fique treinando... Eles já estão lendo palavras com sílabas simples ou que iniciam com as sílabas simples.

[...]

A ‘sondagem’ a gente tem que fazer individualmente, mas não é fácil. E tem também a ‘provinha’... Eu não falo que é prova, mas eles sabem, porque não pode olhar, não pode conversar... A gente fala que é uma ‘verificação da aprendizagem’, mas eles já usam a palavra prova... Eu tenho dó, a gente separa as carteiras... [...] Mas, essa ‘provinha’, em tese, me ajudou um pouco também, porque caso não dê tempo de eu chamar individualmente algumas crianças lá [*na prova*], aparecem algumas ‘escritas espontâneas’ e tem ditado também. Aí, já dá pra ver como eles estão escrevendo. [...] Mas eu continuo chamando individualmente. Até esses que já leem, eu chamei e dei algumas palavrinhas com [*letra*] cursiva pra ver se eles já estão sabendo ler a [*letra*] cursiva... Na de escrita também... Eu dito. Já aconteceu até de eu dar figuras ao invés de ditar. Eu dou uma folha peço para eles escreverem o nome espontaneamente e digo para eles pensarem bem nas letras que eles vão usar... Tem uns que são mais concentrados e não precisa, mas tem uns que se você não pegar no pé, eles põem qualquer letra... Teve uma [*criança*], que eu sabia que ela sabia escrever, mas já na primeira palavra que eu ditei eu precisei falar: ‘escuta, MEL, MEL... qual é a letra?’ E ela: ‘M’. ‘Então porque você não colocou? Pode parar... Põe a cabeça pra pensar e pensa no som... Repete baixinho, quantas vezes você quiser, depois você me avisa, mas põe o que você sabe!’ Porque tem criança que tem preguiça de pensar... [...] Às vezes tem algumas palavras que mesmo aqueles que já leem, parecem que não estão alfabéticos... Parecem silábicos ‘com valor’, ou parecem ‘silábico-alfabético’ na escrita... Só que já estão começando a ler. Vai ver que agora que eles estão começando a ler é que vão começar a escrever adequadamente... [...] Então, quando a ‘sondagem’ é individual dá pra ver essas coisas, mas quando é em grupo, igual a ‘provinha’, você tem menos controle, porque eles não estão ali do seu lado. Quando eu quando dou ‘provinha’ eu falo pra todo mundo: ‘leiam, se concentrem, pensem no som’, porque como eles estão fazendo sozinhos, eles podem colocar qualquer coisa, né?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)